

**ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Álvaro de Oliveira D'Antona, Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, Anderson de Rezende Rocha, André Buonani Pasti, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Antônio José de Almeida Meirelles, Augusto Cesar da Silveira, Carlos Alberto Rodrigo da Silva, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudiney Rodrigues Carrasco, Cláudio José Servato, Diego Machado de Assis, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana Martorano Amaral, Ester de Paula Moraes, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Heloise Oliveira Pastore, Iuriatan Felipe Muniz, Jefferson Cano, João Ernesto de Carvalho, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José Cláudio Geromel, José Roberto Ribeiro, Luan Ramos da Silva, Lucas Marques de Almeida, Luis Fernando Mercier Franco, Luiz Carlos Zeferino, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Robson Bomfim Sampaio, Samuel Rocha de Oliveira, Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Teresa Dib Zambon Atvars, Vanderlan da Silva Bolzani e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais, compareceram os professores: Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Marco Aurélio Pinheiro Lima, Maria Silvia Viccari Gatti, Mariano Francisco Laplane, Néri de Barros Almeida, Paulo Lício de Geus, Shirlei Maria Recco Pimentel e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinicius Gomes Narcizo, Fernanda Lavras Costallat Silvado e Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Aduino Bezerra Delgado Filho, Edmar Yassuo Misota, Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os conselheiros: Erich Vinícius de Paula, sendo substituído pelo conselheiro Luiz Fernando Mercier Franco; João Paulo Ferreira Bertacchi, sendo substituído pelo conselheiro Luan Ramos da Silva; João Luis Saraiva Moraes Abreu; Ignácio Maria Poveda Velasco, sendo substituído pela conselheira Vanderlan da Silva Bolzani. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Sexagésima Sétima Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se justifica pela necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Solicita a todos que mantenham os

1 microfones silenciados para que possam iniciar a reunião. Está recebendo inscrições para o  
2 Expediente, que devem ser feitas por meio da ferramenta do Zoom que tem o símbolo de uma  
3 mão. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Primeira Sessão Extraordinária, realizada em  
4 12 de maio de 2020, e a Ata da Centésima Sexagésima Sexta Reunião Ordinária, realizada em  
5 02 de junho de 2020, com continuação em 09 de junho de 2020. Não havendo observações,  
6 submete à votação as referidas Atas, que são aprovadas com 05 abstenções. Passa à Ordem do  
7 Dia, com 24 itens, informando que há destaque da Mesa para os itens 01 – Proc. nº 01-P-  
8 1300/1967 –, 02 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, 03 – Proc. nº 01-P-9401/2020 –, 07 – Proc. nº  
9 01-P-8164/2020 –, 08 – Proc. nº 01-P-8173/2020 – e 09 – Proc. nº 01-P-8169/2020. Pergunta  
10 se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI destaca  
11 o item 14 – Proc. nº 12-P-10860/2018. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL destaca o  
12 item 11 – Proc. nº 01-P-14501/2001. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA  
13 destaca o item 15 – Proc. nº 01-P-8792/2020. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO  
14 destaca o item 10 – Proc. nº 01-P-10342/2020. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO  
15 REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados com  
16 03 abstenções os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: C - Normas Eleitorais –  
17 Para Aprovação – a) Representação dos Servidores Técnico-Administrativos – 04) Proc. nº 01-  
18 P-8776/2018 – Proposta de Deliberação Consu que altera os incisos I e II do artigo 11 e o § 2º  
19 do artigo 19 da Deliberação Consu-A-05/2018, que dispõe sobre as Normas Eleitorais que  
20 regulamentam as eleições da Representação dos Servidores Técnicos-Administrativos junto ao  
21 Conselho Universitário e estabelece disposição transitória para a votação que se realizará em  
22 2020 – Pareceres PG-1885/2020 e CLN-24/2020. b) Representação Discente da Pós-  
23 Graduação – 05) Proc. nº 01-P-21012/2005 – Proposta de Deliberação Consu que altera os  
24 incisos I e II do artigo 9º da Deliberação Consu-A-14/2017, que dispõe sobre as Normas  
25 Eleitorais que regulamentam as eleições da Representação Discente da Pós-Graduação junto  
26 ao Conselho Universitário e Comissão Central de Pós-Graduação – Pareceres PG-1882/2020 e  
27 CLN-25/2020. c) Representação Discente da Graduação – 06) Proc. nº 01-P-5319/2007 –  
28 Proposta de Deliberação Consu que altera os incisos I e II do artigo 9º da Deliberação Consu-  
29 A-13/2017, que dispõe sobre as Normas Eleitorais que regulamentam as eleições da  
30 Representação Discente da Graduação junto ao Conselho Universitário e Comissão Central de  
31 Graduação – Pareceres PG-1883/2020 e CLN-26/2020. G - Comissão de Planejamento  
32 Estratégico Institucional da Unicamp - Copei – Para Aprovação – 12) Proc. nº 01-P-  
33 25640/2001 – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-15/2001, que Cria a Comissão  
34 de Planejamento Estratégico Institucional da Unicamp – Pareceres PG-2112/2020 e CLN-  
35 30/2020. H - Parque Científico e Tecnológico da Unicamp – Para Aprovação – 13) Proc. nº  
36 01-P-9930/2020 – Proposta de Deliberação Consu que estabelece a delimitação da área física  
37 do Parque Científico e Tecnológico da Unicamp – Pareceres PG-2122/2020 e CLN-31/2020.  
38 K - Adesão da Universidade à Declaração de Emergência Climática e Ambiental – Para  
39 Aprovação – 16) Proc. nº 01-P-10817/2020 – Solicitação de adesão da Universidade à  
40 Declaração de Emergência Climática e Ambiental e outras providências – Ofício DeDH nº

1 29/2020 e Parecer PG-2236/2020. L - Congregações – Para Homologação – 17) Proc. nº 29-P-  
2 2736/2019, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Eleições da representação  
3 discente da graduação (Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação) e da pós-graduação  
4 (Engenharia Elétrica), realizadas nos dias 29.06 a 07.07.20 – Aprovadas pela Congregação em  
5 27.07.20. 18) Proc. nº 26-P-2131/2020, do Instituto de Economia – Eleições da representação  
6 dos servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 14 e 15.05.20 – Aprovadas pela  
7 Congregação em 24.06.20. 19) Proc. nº 10-P-18792/2001, do Instituto de Matemática,  
8 Estatística e Computação Científica – Eleições da representação docente (MS-5 – suplente –  
9 mandato complementar), da representação dos servidores técnico-administrativos (suplente –  
10 mandato complementar) e da representação discente da graduação (suplente – mandato  
11 complementar), realizadas nos dias 13 a 17.04.20 – Homologadas pela Congregação em  
12 07.05.20. M - Área de Prestação de Serviços – Encerramento – Para Aprovação – 20) Proc. nº  
13 06-P-15816/1995, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Área de prestação de serviços  
14 “Diagnóstico Eletromiográfico” – Aprovação pela Congregação da FOP em 22.04.20 – Parecer  
15 CAD-06/2020. N – Convênios – a) A ser celebrado – 21) Proc. nº 07-P-8114/2020, do Instituto  
16 de Biologia – Termo de Cooperação – Partes: Unicamp/Funcamp e Fundação para o  
17 Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec – Executor: Fabio Trindade  
18 Maranhão Costa – Vigência: 20 meses – Recursos: R\$242.409,99 – Resumo do Objeto:  
19 execução do projeto que tem por objetivo identificar marcadores moleculares preditores do  
20 carreamento de hipnozoítos de Plasmodium vivax em indivíduos vivendo em áreas endêmicas  
21 para malária. – Parecer: Cacc. b) Para homologação – 22) Proc. nº 29-P-19854/2019, da  
22 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio de Cooperação – Partes:  
23 Unicamp/Funcamp e Padtec S.A. – Executores: Darli Augusto de Arruda Mello e Christian  
24 Rodolfo Esteve Rothenberg – Data de Assinatura: 12.12.19 – Vigência: 21 meses – Recursos:  
25 R\$598.657,36 – Resumo do Objeto: execução do projeto de pesquisa aplicada “Identificação  
26 de falhas suaves em redes ópticas com telemetria e controle SDN em cenários de interconexão  
27 de slices de datacenters” – Parecer: Cacc. 23) Proc. nº 32-P-22420/2019, do Centro de  
28 Hematologia e Hemoterapia – Contrato de Patrocínio de Pesquisa por meio de Estudo Clínico  
29 – Partes: Unicamp/Funcamp e Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. – Executores: Margareth  
30 Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad – Data de Assinatura: 20.01.20 – Vigência:  
31 Conforme “Cláusula Segunda – Do Prazo” – Recursos: Conforme “Anexo B” – Resumo do  
32 Objeto: realização do Estudo Clínico "Estudo de Fase 2 de Cusatuzumabe Mais Azacitidina  
33 em participantes da pesquisa com leucemia Mieloide Aguda Recém-Diagnosticada que não  
34 são candidatos para Quimioterapia Intensiva" – Parecer: Cacc. 24) Proc. nº 10-P-953/2020, do  
35 Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica – Convênio de Cooperação –  
36 Partes: Unicamp/Funcamp e Dot Product Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda. –  
37 Executores: Paulo José da Silva e Silva e Kelly Cristina Poldi – Data de Assinatura: 07.04.20  
38 – Vigência: 24 meses – Recursos: R\$159.060,00 – Resumo do Objeto: Execução do projeto de  
39 pesquisa aplicada “Otimização de processos industriais em indústria moveleira” – Parecer:  
40 Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 01 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –,

1 que trata de proposta de Deliberação Consu que suprime o artigo 110, o “Capítulo III - Das  
2 Câmaras dos Alunos” e seus artigos 139, 140 e 141, os artigos 156, 164, 169, o § 1º do artigo  
3 170 e os artigos 171 e 172 e altera o § 4º do artigo 170 dos Estatutos da Unicamp; suprime o  
4 artigo 180, o “Capítulo III Das Câmaras de Alunos” e seus artigos 223, 224 e 225, os artigos  
5 246, 254, 259, o § 1º do artigo 261 e os artigos 262 e 263 e altera o § 4º do artigo 261 do  
6 Regimento Geral da Unicamp. O item 01 necessita de 2/3 dos votos para aprovação. Solicita  
7 que a professora Teresa faça as explanações iniciais. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON  
8 ATVARS diz que estão dando continuidade à revisão estatutária, trazendo vários itens para  
9 deliberação hoje, a maioria deles também já estudada pelo GT criado na gestão passada, e que  
10 trabalhou durante os anos de 2014 e 2015. As propostas de reformulação trazidas hoje são  
11 bastante coerentes com aquilo que o GT já havia indicado, não há nenhum assunto diferente  
12 do que o outro GT já havia recomendado, a não ser alguma eventual adequação de redação,  
13 por conta do parecer PG. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL cumprimenta a Reitoria  
14 pela maneira como essa proposta foi formulada, explicando o porquê que essa decisão está  
15 sendo tomada, o que simplifica imensamente o trabalho de leitura e de análise por parte dos  
16 conselheiros. Coloca em evidência o artigo 156, cuja justificativa é que não existe mais o Ciclo  
17 Básico, mas existem disciplinas, e, portanto, sua dúvida é se não deveriam manter a  
18 possibilidade da emissão de certificados para disciplinas. A outra dúvida é no artigo 169, em  
19 que a justificativa é que a Unicamp só contrata, já há algum tempo, doutores, o que é  
20 absolutamente pertinente. Entretanto, deveriam ter certeza, para que pudessem eliminar essa  
21 restrição, que não existe mais nenhum docente sem doutorado, em qualquer que seja o nível da  
22 carreira, ainda na ativa. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR destaca o Capítulo  
23 III, artigos 139 a 141, que tratam da Câmara de Alunos. Solicita algumas explicações sobre  
24 essa Câmara, porque ela não é de conhecimento dos alunos, então acredita que em algum  
25 momento essa Câmara deixou de ser utilizada, e pergunta por que isso aconteceu. Além disso,  
26 houve um GT dos Estatutos, e pergunta como podem ter acesso à documentação desse GT.  
27 Conversou com os seus pares no Instituto de Artes e eles se manifestaram contrariamente à  
28 extinção dessa Câmara. Acha que isso tem de ser mais discutido, e, se possível, poderia ser  
29 positivo que ela fosse reativada ao invés de ser extinta. No curso de Música, por exemplo,  
30 existe um grupo de estudantes que se reúne para pensar sobre o curso, pensar em melhorias e  
31 como resolver os problemas, e chegaram à conclusão de que esse grupo é basicamente essa  
32 Câmara, só que sem nenhum respaldo institucional. Então, tendo em vista isso, e que  
33 aparentemente não houve uma discussão com os estudantes sobre a extinção de uma câmara  
34 de estudantes, solicita a retirada de pauta e um novo GT para discutir se seria possível e positivo  
35 que a Câmara fosse reativada, e um GT que fosse paritário, com estudantes de todas as áreas  
36 de ensino. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS, sobre os comentários do  
37 professor Geromel, diz que existem disciplinas básicas dos cursos, mas aquele Ciclo Básico  
38 Comum a todos os cursos formalmente não existe mais, portanto não pode ser emitido  
39 certificado do Ciclo Básico. Exatamente por isso estão propondo, da mesma forma que o outro  
40 GT, que não exista mais esse certificado de conclusão do Ciclo Básico, porque formalmente

1 ele não existe mais em nenhum dos cursos. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
2 observa que o texto menciona “ou disciplinas”, qualquer disciplina da Universidade. Esse foi  
3 o seu entendimento. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que as disciplinas  
4 aparecem no histórico escolar, então emitir um certificado daquilo que já está no histórico  
5 escolar, na visão com foco na desburocratização, não faz nenhum sentido. Por isso a sugestão  
6 de revogar. O histórico escolar permanece, a descrição do que o aluno fez permanece, mas  
7 emitir um certificado além do histórico escolar é uma burocracia desnecessária. Em relação ao  
8 artigo 169, observa que ele diz respeito a contratações novas, não às contratações que já foram  
9 feitas, então por isso que da mesma forma que o GT anterior, recomendam que isso seja  
10 revogado. Se não contratam mais doutores, não faz sentido manter este artigo. É possível que  
11 haja alguns docentes ainda no nível MS-2, mas nenhuma das funções descritas no artigo 169  
12 são exercidas por essas pessoas hoje. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que  
13 poderão ser; estão concedendo essa possibilidade ao eliminar esse artigo. A Conselheira  
14 TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que estão concedendo essa possibilidade, e ressalta  
15 que todos esses cargos são eletivos. A proposta é que isso poderia ser revogado sem nenhum  
16 impacto para a Universidade. Sobre a Câmara de Alunos, explica que ela foi criada nos  
17 primórdios da Universidade, quando não havia ainda conselhos de departamento, congregações  
18 nas unidades, quando não havia Conselho Universitário, quando não havia outras câmaras nas  
19 quais os alunos são parte integrante. Pelo que se recorda, essa Câmara nunca funcionou.  
20 Portanto, a recomendação é que ela seja extinta, porque os alunos têm representação em todos  
21 os órgãos colegiados da Universidade. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que foi  
22 comentado que isso não foi discutido com os alunos quando essa proposta foi feita. Entretanto,  
23 lembra que no GT dos Estatutos, que faz o texto básico pelo qual agora a CGU está se  
24 orientando, os alunos tiveram representação, tanto os de pós-graduação quanto os de  
25 graduação. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que é importante esse  
26 esclarecimento, porque o fato é que os Estatutos foram envelhecendo, muito pouco foi revisto  
27 em profundidade, como fez o GT criado na gestão passada, e o que estão fazendo basicamente  
28 é retomando em partes aquele trabalho de revisão e tomando as decisões que precisam ser  
29 tomadas. Por isso é contra manter o artigo, é contra criar GT para aprofundar essa discussão, e  
30 está encaminhando aqui, da mesma forma que o GT passado, no sentido de remover esse artigo  
31 do estatuto universitário, porque os estudantes têm representação em todos os órgãos  
32 colegiados internos ou externos às unidades de ensino e pesquisa. A Conselheira CLAUDIA  
33 MARIA BAUZER MEDEIROS observa que em algum lugar neste encaminhamento há  
34 referência a itens em amarelo e azul. Talvez isso datasse da época em que as propostas foram  
35 feitas, mas teria ajudado a manutenção das cores para facilitar a leitura. O Conselheiro JOSÉ  
36 CLÁUDIO GEROMEL diz que em relação ao artigo 156, sua preocupação era que algum aluno  
37 tivesse necessidade de ter certificados de disciplinas, mas concorda com a professora Teresa,  
38 que não há necessidade, porque, de fato, essa informação já consta do histórico escolar. Mas  
39 quanto ao artigo 169, ainda existem pessoas sem doutorado no quadro docente da  
40 Universidade, e estariam indo em uma direção de permitir o acesso teórico desses docentes aos

1 cargos de direção, algo que aboliram, acha que corretamente, há muito tempo. Por cautela, e  
2 pelas decisões, a seu juízo corretas, tomada há vários anos, deveriam manter o artigo 169. A  
3 Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR agradece às professoras Teresa e Rachel  
4 pelas explicações. Mantém o pedido de ter acesso à documentação e relatório do GT que foi  
5 feito, porque a representação discente muda com uma frequência muito maior do que a  
6 representação docente, e infelizmente não existe o hábito de passar as informações de uma  
7 representação para a outra, por isso acontecem essas confusões. Então, se fosse disponibilizada  
8 sempre a documentação dos GTs que foram realizados em anos anteriores, isso já poderia  
9 resolver, e não teriam esses questionamentos aqui. Concorde que realmente existe  
10 representação discente nas câmaras e nos órgãos colegiados, porém é um problema muito  
11 grande a falta de paridade. Muitas vezes em câmaras, ou conselho departamental, na CG, há  
12 um representante discente apenas, então por isso a Câmara de Alunos, que tinha oito pessoas,  
13 pareceu interessante para os alunos do Instituto de Artes, porque não deixaria toda  
14 responsabilidade de representação a cargo de uma única pessoa. Mas concorda com as  
15 ponderações feitas e a justificativa para a extinção, então retira a proposta de retirada de pauta.  
16 A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que como as reformas estatutárias são  
17 sempre assuntos que precisam de grande maioria no Conselho, não teria nenhuma objeção em  
18 acatar a sugestão do professor Geromel, de manter o artigo 169. Com uma sugestão adicional  
19 de mantê-lo na íntegra, na forma como ele está, porque buscar consensos nesse assunto de  
20 Estatutos é sempre uma coisa boa. Se há uma dúvida, é melhor que não avancem nesse pacto,  
21 que é a criação justamente da constituição internada Universidade. Então, não possui nenhuma  
22 objeção em manter o artigo 169, apenas sugeriria que adotassem a redação do GT anterior,  
23 porque ela substitui a palavra “professores” por “docentes”, o que é uma nomenclatura mais  
24 atualizada. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a  
25 matéria, sem o artigo 169, que votará à parte, sendo aprovada com 57 votos favoráveis, 05  
26 contrários e 06 abstenções. Obtiveram a maioria de 2/3, que era de no mínimo 52 votos. Em  
27 seguida, submeterá à votação o artigo 169, destacado pelo professor Geromel, cuja sugestão  
28 acatada pela Mesa é de manter a redação que está na terceira coluna: “As funções de diretor de  
29 unidade, diretor associado, chefe de departamento, coordenador de curso, serão exercidas por  
30 docentes que possuam, no mínimo, o título de doutor”. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
31 GEROMEL concorda que essa redação é muito mais apropriada. Não havendo mais  
32 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a manutenção do artigo 169 com a  
33 nova redação, que é aprovada com 53 votos favoráveis, 06 contrários e 07 abstenções. Passa  
34 ao item 02 – Proc. n. 1300/1967 –, que trata da proposta de Deliberação Consu que altera  
35 excepcionalmente a duração do mandato do Reitor da Unicamp, que se inicia em 2021. O item  
36 necessita de 2/3 dos votos, pois excepciona a aplicação do § 1º do artigo 58 dos Estatutos da  
37 Unicamp. Explica que a motivação é que a Unicamp provavelmente seja o único órgão público  
38 cujo mandato da Reitoria ocorre em meados do ano, em abril. Isso tem uma implicação muito  
39 relevante em dois aspectos: o principal é a questão dos órgãos de controle, o Ministério Público,  
40 Tribunal de Contas. Nos anos em que há mudança de Reitoria, são duas administrações

1 colocadas no julgamento dos Tribunais de Contas, e isso tem uma implicação muito  
2 importante, porque cada um dos membros da Administração participa durante cinco anos desse  
3 processo, e não apenas em quatro. Basta ter um dia na Administração para que isso ocorra. Por  
4 isso, a USP, a Unesp, os governos estaduais, governos municipais, mudam exatamente no dia  
5 1º de janeiro, que coincide com a mudança do ano fiscal. Da forma como está, às vezes uma  
6 Administração responde por atos que ela não praticou, devido a essa interdependência que  
7 ocorre em anos onde tem mudança de Reitoria. É um assunto importante, sobre o qual já vem  
8 falando desde que assumiu, e tinha a disposição de propor isso inclusive para esta  
9 Administração, para que terminasse no final deste ano, mas como implicaria mudança em uma  
10 gestão que está ocorrendo, poderia haver interpretações diversas. Trata-se de uma questão  
11 institucional importante, tanto que estão propondo para a próxima gestão, que não sabem quem  
12 será, e portanto não terá nenhum tipo de implicação na atual gestão, que continuará até abril  
13 de 2021. Outro assunto relevante é que o próprio processo interno de sucessão à Reitoria  
14 demanda discussões no âmbito da Universidade, o que considera um ponto muito positivo, mas  
15 essas discussões ocorrem geralmente no final do ano, e são interrompidas no Natal, Ano Novo,  
16 início do ano, quando geralmente as pessoas tiram férias, depois tem carnaval, e tudo se  
17 concentra em uma pequena fração de tempo pós-carnaval, quando ocorrem os debates e a  
18 consulta à comunidade. Outro aspecto fundamental é que praticamente 25% dos estudantes se  
19 formam no final do ano, e não têm a possibilidade de participar da consulta, sendo que são os  
20 estudantes mais experientes, que mais conhecem a Universidade, ao passo que estudantes  
21 novos, que estão às vezes há uma semana, duas semanas na Universidade, votam. Outro  
22 aspecto, que é menor, mas que precisa ser colocado com toda clareza, é que o *timing* de quando  
23 a nova Reitoria assume é muito complexo. Ela assume na última semana de abril, e já tem um  
24 Consu marcado para maio, onde tem de ser feita a primeira revisão orçamentária. Além disso,  
25 também em maio ocorre um processo bastante importante e complexo, que é a data-base. Tendo  
26 a possibilidade de entrar em janeiro, há mais tempo para se organizar, para pensar, para montar  
27 a equipe, para trabalhar em cima de uma proposta de uma revisão orçamentária com a nova  
28 equipe, e organizar também a possibilidade da data-base, a discussão com o STU, com a  
29 ADUnicamp. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO concorda com o senhor  
30 Reitor, seria muito positivo para a Unicamp se o início da gestão coincidissem com o início do  
31 ano fiscal. Já a campanha para consulta realmente é interrompida no final do ano, ela fica mais  
32 difícil, atinge menos pessoas, e é importante também a questão dos alunos, de que eles vão  
33 poder participar não só da campanha, mas também da votação. A ideia é que tenham realmente  
34 mais alunos votando na consulta para Reitor. E também concorda que assumir em abril é uma  
35 época complicada, em meio a várias questões difíceis na Universidade. Acredita que podem  
36 tomar essa decisão no Conselho, de mudar a data de eleição para antes do final do ano, para  
37 que o Reitor assumisse no início do ano. Mas acha que o que deveriam fazer é deixar que o  
38 Reitor que está presidindo o Conselho estivesse presente durante essa decisão. O próximo  
39 Reitor vai ter quatro anos aqui, e ele poderia participar da decisão, e não fazerem isso de  
40 maneira adiantada. Sua proposta é que este Conselho decida a respeito, mas quando o novo

1 Reitor estiver aqui. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que sua  
2 fala vai na mesma direção daquilo que o professor Osvaldir acabou de falar, que considera uma  
3 proposta extremamente interessante. Tudo aquilo que o professor Marcelo comentou é muito  
4 oportuno, mas ficaria muito mais confortável se essa proposta fosse realmente feita na próxima  
5 gestão. A nova gestão terá pelo menos três meses de trabalho com essa composição do Consu,  
6 portanto a proposta pode ser discutida com os candidatos que vão concorrer à sucessão. Seria  
7 bem mais razoável que essa proposta fosse decidida no início da próxima gestão. Deveriam  
8 retirar de pauta com um acordo firmado com o Consu e com os candidatos a Reitor de que esse  
9 tema volte no primeiro Consu do ano, para que fosse já devidamente solucionado. O  
10 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que sua posição é contrária àquela dos colegas  
11 que o antecederam. Acha que todos concordam que os argumentos a respeito da mudança  
12 proposta são bastante sólidos, pertinentes, e melhoram o processo de consulta. Acha, inclusive,  
13 ao contrário dos seus dois colegas que se manifestaram, que o Conselho Universitário deve  
14 fazer isso sem a presença daquele que vai atuar na próxima gestão. A crítica que fazem, por  
15 exemplo, hoje em dia em relação ao Senado e à Câmara é exatamente sobre as decisões que  
16 esses presidentes estão tentando tomar em relação a algo que ocorre no presente momento. O  
17 Conselho Universitário tem toda legitimidade, e é bom que faça isso em um momento como  
18 este, atingindo a perspectiva de começar uma nova legislatura com as regras plenamente  
19 estabelecidas. Foram eleitos exatamente para tomar este tipo de decisão do ponto de vista de  
20 incrementar com segurança o bom andamento daquilo que ocorre na Universidade. A  
21 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que se surpreende um pouco com os  
22 comentários dos dois colegas anteriores ao professor Geromel, porque vão ouvir a opinião do  
23 próximo Reitor a respeito de quando deve se iniciar e terminar o mandato, mas pergunta e em  
24 relação aos reitores subsequentes. Pergunta por que o próximo teria essa concessão e os demais  
25 não, ou se terão de julgar isso ao final de cada quatro anos. Não tem sentido. Concorda com o  
26 professor Geromel que é melhor que façam isso agora, que ajustem o período do próximo  
27 Reitor e dos seguintes. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA concorda com os  
28 professores Geromel e Heloise, e discorda dos professores Osvaldir e Fernando Coelho. Não  
29 vê nenhum argumento novo para esperar a próxima Reitoria assumir para depois decidir. Como  
30 eles mesmos falaram, o Conselho vai ser praticamente o mesmo, os argumentos são os mesmos,  
31 e a ideia principal de decidirem agora é exatamente que a decisão não seja da própria gestão  
32 que está assumindo. Então, este é o momento, independentemente de quem vai ser o próximo  
33 Reitor, de tomar essa decisão. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS diz que seria bom  
34 votar isso hoje porque os próximos candidatos já terão essas definições feitas. Se deixarem  
35 para discutir o mandato do próximo Reitor na presença dele, claramente teriam conflito de  
36 interesse, porque ele estaria deliberando ou se manifestando contra encurtar ou alargar o seu  
37 próprio mandato. Para evitar todo esse conflito, não vê nenhum problema de fazerem isso  
38 agora, só benefícios. Manifesta-se contrário à retirada de pauta e favorável à aprovação. A  
39 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU concorda com o professor Geromel; inclusive para  
40 prezar por um dos princípios da gestão pública, que é a impessoalidade, acha que não deveriam



1 tomar essa decisão com a presença do vencedor do pleito à Reitoria. Se o Conselho  
2 Universitário enxerga que as argumentações são corretas, plausíveis, independente de quem  
3 esteja à frente, o Conselho Universitário tem de tomar essa decisão. Portanto, também é  
4 contrária à retirada de pauta, acha que a discussão tem de acontecer neste momento, zelando  
5 assim pelo princípio da impessoalidade. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que  
6 acompanha a proposta do professor Osvaldir, e faz a seguinte ponderação: as colocações do  
7 professor Marcelo nessa questão são muito corretas, as motivações de alteração são  
8 absolutamente bem sustentadas, existem problemas pelo fato de a gestão se iniciar em um  
9 período complicado, também há problemas com o envolvimento do corpo da comunidade  
10 universitária, que é muito diferente no início do ano do que no seu final com relação aos alunos.  
11 Vê a alteração de forma muito positiva, e como todos sabem e o próprio professor Marcelo  
12 mencionou aqui, essa é uma ponderação que ele já traz desde o início do seu mandato. Este  
13 ano foi um ano de atropelo completo, não tinham agenda para pensar determinadas mudanças  
14 que gostariam de fazer. Vê como muito positiva a mudança, mas é sempre muito difícil alterar  
15 institucionalmente o mandato das pessoas, e reduzir já o mandato de um corpo que não sabem  
16 qual será, é muito complicado, em qualquer câmara, em qualquer instância de poder, em  
17 qualquer lugar do país, mudar mandatos dos diretores, coordenadores, presidentes, seja lá quem  
18 for, é sempre muito difícil, é sempre muito criticável, porque precisam levar em conta a própria  
19 institucionalidade. Acredita que a professora Heloíse não tenha prestado atenção na palavra  
20 “excepcionalmente”, porque a proposta que o professor Marcelo faz é completa, é  
21 excepcionalmente. Não se trata de cada Reitor, em seguida o próximo, ponderar sobre o  
22 tamanho do seu mandato, é só este próximo, ou só este caso de mudança de mandato. Então,  
23 apoiando a proposta do professor Osvaldir, concorda que em termos políticos institucionais é  
24 mais adequado que a próxima Reitoria coloque isso já no seu início, porque é ela quem vai  
25 comprometer o seu mandato, é ela quem vai condicionar o tempo do seu mandato. Apoiar a  
26 retirada de pauta para que o próximo Reitor ou Reitora coloque isso na sua pauta, já no início,  
27 para este Conselho, que será o mesmo, e precisam identificar aqui o compromisso dessa  
28 mudança, que parece que todos vão no caminho de considerá-la importante. O Conselheiro  
29 ANDRÉ BUONANI PASTI diz que são muito acertadas todas as ponderações que o professor  
30 Marcelo traz, é uma questão importante para a Administração da Universidade, mas também  
31 se sente bastante inseguro, pois não se trata de decidir sobre datas, mas sobre a redução de  
32 duração de um mandato, que tem um sentido complexo, também de outras possíveis  
33 implicações, por exemplo, o que significará ter uma gestão com menos tempo para executar  
34 suas políticas. Acha que em 15, 20 minutos de discussão não conseguem avaliar todos os  
35 possíveis impactos disso. Também se sente inseguro em relação ao possível significado de uma  
36 certa retirada de um direito político instituído a quem possa ingressar, por isso considera que a  
37 retirada de pauta e rediscussão depois da nova mudança do quadro da Reitoria seria mais  
38 acertado. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que é favorável à manutenção  
39 da votação agora. O fato de que terão o mesmo Conselho Universitário fortalece esse  
40 argumento, pois praticamente serão as mesmas pessoas discutindo, decidindo. Mas pergunta

1 se a melhor medida não seria a ampliação desse mandato, jogar o término dele para o ano  
2 seguinte, para dezembro do mesmo ano em que terminaria se o calendário fosse mantido. Então  
3 haveria, no lugar de uma redução, uma pequena ampliação em alguns meses também do  
4 mandato. Talvez fosse uma posição mais interessante, mais prudente, evitando que o próximo  
5 Reitor se sentisse lesado com essa redução de mandato à revelia da participação dele. O  
6 Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que vê um problema  
7 adicional: estão fazendo uma mudança regimental estatutária, então a ideia é que seja algo  
8 duradouro, que se mantenha no tempo. Ela vai atingir excepcionalmente o encurtamento ou  
9 ampliação da próxima gestão, mas a ideia é que isso continue, e podem ter motivações de  
10 alteração do tempo de uma pessoa no cargo por motivos diferentes. A pessoa pode renunciar,  
11 pode querer ir para outro órgão, já ocorreu isso na história da Unicamp, ela pode ter uma  
12 vacância motivada por doença, e nesses casos, pelos regimentos da Unicamp, vai haver uma  
13 eleição que ocorrerá dependendo da data em que o evento desse tipo acontecer. Então, na  
14 verdade, a mudança que estão fazendo não gera um efeito definitivo, até nesse aspecto ela  
15 acaba sendo excepcional para o próximo mandato, porque uma vez que ocorra algum evento  
16 sobre o qual não tenham responsabilidade ou poder de decisão, restabelecem algo que sai da  
17 sincronia desse período desejado. Há várias implicações regimentais, estatutárias, que  
18 deveriam ser discutidas nesta forma, devem pensar em todos esses outros aspectos que estão  
19 no contexto do problema. Considera que essa decisão não é muito adequada, porque ela acaba,  
20 com certeza, influenciando no mandato do próximo Reitor, mas ela não resolve o problema se  
21 algum evento sobre o qual não possuem controle ocorrer novamente. Acredita que o mais  
22 adequado seria ter uma espécie de GT que fizesse um estudo das implicações desses aspectos  
23 nos Estatutos da Unicamp, e então isso seja discutido no Conselho Universitário, para que  
24 tenham uma solução provisória, mas que não seja provisória no sentido exato da palavra  
25 somente para o próximo Reitor; que ela ajuste a questão da periodicidade, mas tenha vida  
26 longa, como é natural de uma questão regimental estatutária. A Conselheira TERESA DIB  
27 ZAMBON ATVARS diz que há alguns aspectos importantes nessa proposta, que começa com  
28 o princípio fundamental da impessoalidade. A mudança está sendo feita sem que se saiba quem  
29 será o futuro Reitor, e é fundamental que assim ocorra. Outro ponto é que ela é sim definitiva,  
30 porque ajusta o mandato do próximo Reitor, e a partir daí todos os outros terão, como têm os  
31 atuais, os quatro anos de mandato. O que muda é a data da posse em relação ao que possuem  
32 hoje. E acha que essa questão da data da posse, com os argumentos já colocados pelo professor  
33 Marcelo, não pode ser minimizada, justamente pelos argumentos da correlação com o ano  
34 fiscal, com a correlação dos diversos tipos de *accountabilities* externos, sob os quais os reitores  
35 e as administrações estão submetidos. Cria um mecanismo mais adequado de discussão durante  
36 os semestres letivos, das candidaturas, das propostas de trabalho, com a Universidade a pleno  
37 vapor. Além disso, tira a posse do Reitor da data-base. Acha que são argumentos substantivos  
38 para que se faça a mudança agora. Poderiam ter encaminhado antes o assunto, mas precisam  
39 olhar para o ano que estão vivendo e por que isso não foi apresentado no Consu de março,  
40 quando talvez pudesse ter sido a melhor opção. Então apenas reforça os argumentos do

1 professor Marcelo, ressaltando de modo enfático o argumento da impessoalidade, e manifesta-  
2 se contrariamente à retirada de pauta, afirmando que este Consu, que será o mesmo ainda  
3 durante bastante tempo, tem condições de decidir, lastreado pelo princípio da impessoalidade.  
4 O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma proposta pessoal sua. Considera esse assunto de  
5 extrema relevância para a governança da Universidade, para o dia a dia que estão vivendo. Não  
6 teria o mínimo problema de ter colocado esse assunto logo no início, inclusive diminuir o  
7 mandato desta gestão. Era um assunto que discutiu com a equipe, com várias pessoas, mas que  
8 foi considerado não aceitável justamente porque tem uma implicação política relevante e fere,  
9 de uma maneira muito clara, o princípio da impessoalidade. Seria uma atuação em causa  
10 própria, então foi convencido de que o ideal seria colocar isso para uma próxima gestão. O  
11 professor Renê colocou uma ideia que pode ser viável, de aumentar o mandato da próxima  
12 gestão, mas ficou em dúvida se deveriam diminuir quatro meses de um ou aumentar oito meses  
13 de outro. E a sugestão que ficou foi essa de diminuir, pela proximidade. Podem propor  
14 eventualmente, em algum momento, aumentar, propor que o mandato passe a ser de cinco ou  
15 seis anos, mas não é o caso agora. O caso agora é de ajustar simplesmente o calendário, que na  
16 Unicamp tem essa especificidade. O professor Antonio Meirelles tem razão, mas em algum  
17 momento no passado esse assunto não foi considerado, e agora há toda essa discussão e  
18 elementos para considerar esse assunto, porque é importante que a Administração comece dia  
19 1º de janeiro. A ideia é proteger a próxima Administração, ou seja, é uma medida positiva para  
20 evitar a vulnerabilidade de uma administração de ser julgada por situações na qual não tomou  
21 parte. Sempre se pode discutir mais, organizar mais, mas é justamente isso que eventualmente  
22 a próxima Administração pode fazer, propor medidas para aprimorar inclusive a governança  
23 da Universidade. É uma proposta da qual a Universidade vai se beneficiar, portanto não vê  
24 também nenhum problema em não fazerem isso na próxima gestão, que façam mais para a  
25 frente. O problema é que a Universidade ficará vulnerável ainda nesse período. É uma proposta  
26 no sentido de aprimoramento da governança universitária, sem absolutamente nenhuma  
27 conotação política, nenhuma ação no sentido de um ou outro candidato, que já começam,  
28 naturalmente, a aparecer. A proposta de retirada de pauta feita pelo professor Osvaldir envolvia  
29 que o assunto voltasse somente para o Consu de maio de 2021. Não sabe se isso é possível,  
30 porque o regimento prevê que o assunto retirado de pauta tem de entrar no próximo Consu.  
31 Mas podem eventualmente criar um grupo de trabalho para estudar, não há problema nenhum.  
32 Votarão a proposta de retirada de pauta e analisam então depois como proceder nessa questão.  
33 Caso não venha a ser aceita, procedem para votação. Não havendo mais observações, submete  
34 à votação a retirada de pauta da matéria, que é rejeitada com 50 votos contrários, 17 votos  
35 favoráveis e 01 abstenção. Pergunta ao professor Renê se sua proposta seria de ampliar o  
36 mandato. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que não formulou como  
37 proposta, foi mais uma ponderação em função de algumas falas que apareceram apontando a  
38 possibilidade de que o próximo Reitor ou Reitora se sintam prejudicados; era uma tentativa de  
39 minimizar esse problema mantendo a votação agora. O MAGNÍFICO REITOR observa que  
40 os Estatutos colocam claramente, no parágrafo 1º do artigo 58, que a duração do mandato de

1 Reitor é de quatro anos. Para ampliar, teriam de consultar a PG, mas ficou claro que foi uma  
2 dúvida apenas. Novamente ressalta que todos os órgãos públicos têm o mandato no dia 1º de  
3 janeiro, prefeito, governador, presidente, todos os outros reitores das demais universidades  
4 paulistas, e assim por diante. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que  
5 precisa de 2/3 dos votos para aprovação; fará votação nominal, que transcorre da seguinte  
6 forma: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Contrário. A Conselheira ADRIANA  
7 NUNES FERREIRA Contrário. O Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O  
8 Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA Favorável. O Conselheiro ALEXANDRE LEITE  
9 RODRIGUES DE OLIVEIRA Favorável. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA  
10 D'ANTONA Favorável. O Conselheiro ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ  
11 Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro  
12 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro ANDRÉ VICTOR LUCCI  
13 FREITAS Favorável. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI Contrário. O Conselheiro  
14 ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA  
15 SILVA Contrário. O Conselheiro ANTÔNIO CARLOS BANNWART Favorável. O  
16 Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Favorável. O Conselheiro  
17 ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES Contrário. O Conselheiro AUGUSTO  
18 CÉSAR DA SILVEIRA Contrário. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA  
19 SILVA Favorável. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. O  
20 Conselheiro CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO  
21 JOSÉ SERVATO Abstensão. O Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS Favorável. O  
22 Conselheiro EDSON TOMAZ Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO  
23 AMARAL Favorável. A Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL Favorável. O  
24 Conselheiro LUIS FERNANDO MERCIER FRANCO Favorável. O Conselheiro  
25 FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO Contrário. O Conselheiro FERNANDO  
26 AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro FERNANDO CENDES  
27 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO  
28 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Abstensão. O Conselheiro  
29 FRANCISCO HIDEO AOKI Contrário. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE  
30 Contrário. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE Favorável. O Conselheiro  
31 IURIATAN FELIPE MUNIZ Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O  
32 Conselheiro JOÃO ERNESTO DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro JOÃO  
33 FREDERICO DE COSTA AZEVEDO MEYER Contrário. O Conselheiro LUAN RAMOS  
34 DA SILVA Favorável. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA  
35 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro JOSÉ  
36 ROBERTO RIBEIRO Favorável. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL Favorável. O  
37 Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS  
38 ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Favorável. A  
39 Conselheira MARIA HELENA BAENA MORAES LOPES Favorável. A Conselheira  
40 MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO

1 Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MUNIR  
2 SALOMÃO SKAF Favorável. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA Favorável. O  
3 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA  
4 TARANTO Contrário. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO Favorável. A  
5 Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR Favorável. O Conselheiro PAULO  
6 ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO CÉSAR MONTAGNER Contrário.  
7 O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO Favorável. A Conselheira RACHEL  
8 MENEGUELLO Contrário. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O  
9 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O Conselheiro ROBSON  
10 BOMFIM SAMPAIO Favorável. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA  
11 Favorável. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE Contrário. O Conselheiro  
12 SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO Favorável. A Conselheira TERESA DIB  
13 ZAMBON ATVARS Favorável. A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO  
14 Favorável. O MAGNÍFICO REITOR anuncia que a matéria foi aprovada com 52 votos  
15 favoráveis, 14 votos contrários e 02 abstenções. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-9401/2020 –  
16 , que trata de: 1) Minuta de Deliberação Consu Fixa Normas para a Consulta à Comunidade  
17 com caráter indicativo ao Conselho Universitário, para composição da lista tríplice para  
18 escolha do(a) Reitor(a). 2) Constituição da Comissão Organizadora da Consulta, com a  
19 seguinte composição: 04 (quatro) diretores de unidade de ensino e pesquisa, sendo um  
20 representante de cada área, indicados pelos diretores das respectivas áreas; 03 (três) membros  
21 da representação docente, indicados por seus pares; 01 (um) membro da representação  
22 discente, indicado por seus pares; 01 (um) membro da representação dos servidores técnicos e  
23 administrativos, indicado por seus pares; e 01 (um) membro da representação da comunidade  
24 externa, indicado por seus pares. 3) Fixação de calendário para a consulta: Proposta de  
25 Calendário: Inscrições: de 25 a 29.01.2021. Divulgação dos Candidatos: 29.01.2021. Primeiro  
26 Turno: 10 e 11.03.2021 - quarta e quinta-feira. Sem 2º turno: Consu 23.03.2021 - terça-feira.  
27 Segundo Turno: 24 e 25.03.2021 - quarta e quinta-feira. Com 2º turno: Consu: 06.04.2021 -  
28 terça-feira (lista tríplice encaminhada em 07.04.2021). A Secretaria Geral já fez contato prévio  
29 com os conselheiros para a proposta de constituição da consulta. Há um nome a mais que o  
30 necessário. Os que se dispuseram a participar foram: dos diretores, Pascoal José Giglio  
31 Pagliuso, das Exatas; das Tecnológicas, Alberto Luiz Serpa; das Humanas, André Martins  
32 Biancarelli; e das Biológicas, Orival Andries Júnior. Da representação docente, são necessários  
33 três, mas há quatro nomes: Samuel Rocha de Oliveira, Bárbara Janet Teruel Mederos, Fernando  
34 Antônio Santos Coelho e Adriana Nunes Ferreira. Então tem que sair um. Um representante  
35 discente, acadêmico Matheus Alves Albino, da pós-graduação; um representante dos  
36 servidores técnico-administrativos, Cláudio José Servato; e um representante da comunidade  
37 externa, Ignácio Maria Poveda Velasco, da Fapesp. O Conselheiro LUAN RAMOS DA SILVA  
38 diz que sentiu falta na minuta da indicação de debate entre os candidatos. O MAGNÍFICO  
39 REITOR diz que isso não é colocado na minuta de deliberação Consu; as regras específicas  
40 são fixadas depois pela comissão organizadora. Pergunta se dos quatro representantes docentes

1 alguém se manifesta para sair voluntariamente. Não havendo manifestação, informa que farão  
2 a votação da forma como está e sugere que depois esses quatro se reúnam e tomem uma  
3 decisão, porque precisam tirar um desses quatro nomes. Submete à votação da matéria, que é  
4 aprovada com 61 votos favoráveis e 07 abstenções. Passa ao item 07 – Proc. nº 01-P-8164/2020  
5 –, que trata do processo eleitoral para eleição de representantes dos servidores técnico-  
6 administrativos junto ao Consu, para cumprimento de mandato de 02 anos, a partir de 21.12.20.  
7 1) Composição da Comissão: 02 diretores; 01 membro da Secretaria Geral. 2) Fixação de  
8 calendário para a eleição: apreciação da proposta. Proposta de Calendário: Inscrições: de 13 a  
9 21.08.2020. Cancelamento das inscrições: de 24 a 26.08.2020. Eleições: 22, 23 e 24.09.2020.  
10 Interposição de recursos: 3 dias úteis após a divulgação dos resultados. A composição sugerida  
11 é: dois diretores de unidade, Edson Tomaz e Renê José Trentin Silveira, e um membro da  
12 Secretaria Geral, Ângela de Noronha Bignami. A fixação do calendário seria: inscrições de 13  
13 a 21 de agosto de 2020; cancelamento das inscrições de 24 a 26 de agosto de 2020; eleições  
14 dia 22, 23 e 24 de setembro de 2020, com recursos três dias úteis após a divulgação dos  
15 resultados. Não havendo observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 64  
16 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 08 – Proc. nº 01-P-8173/2020 –, que trata do  
17 processo eleitoral para eleição de representantes discentes da Pós-Graduação junto ao Consu e  
18 CCPG, para cumprimento de mandato de 01 ano. 1) Composição da Comissão: 01 diretor de  
19 unidade; 01 representante docente; 01 representante dos servidores técnicos e administrativos;  
20 02 representantes discentes da pós-graduação. 2) Fixação de calendário para a eleição:  
21 apreciação da proposta. Proposta de Calendário: Inscrições: de 28.09 a 19.10.2020.  
22 Cancelamento das inscrições: de 20 a 22.10.2020. Eleições: 24, 25 e 26.11.2020. Interposição  
23 de recursos: 3 dias úteis após a divulgação dos resultados. Para composição da comissão, a  
24 sugestão é um diretor de unidade, Álvaro de Oliveira D'Antona; um representante docente,  
25 Sávio Machado Cavalcante; um representante dos servidores técnico-administrativos, Adilton  
26 Dorival Leite; e dois representantes discentes da pós-graduação, Patrícia Kawaguchi César e  
27 Robson Bomfim Sampaio. Não havendo observações, submete à votação a matéria, que é  
28 aprovada com 64 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 09 – Proc. nº 01-P-8169/2020  
29 –, que trata do processo eleitoral para eleição de representantes discentes da Graduação junto  
30 ao Consu e CCG, para cumprimento de mandato de 01 ano. 1) Composição da Comissão: 01  
31 diretor de unidade; 01 representante docente; 01 representante dos servidores técnicos e  
32 administrativos; 02 representantes discentes da graduação. 2) Fixação de calendário para a  
33 eleição: apreciação da proposta. Proposta de Calendário: Inscrições: de 24.08 a 14.09.2020.  
34 Cancelamento das inscrições: de 15 a 17.09.2020. Eleições: 20, 21 e 22.10.2020. Interposição  
35 de recursos: 3 dias úteis após a divulgação dos resultados. Sugestão para composição da  
36 comissão: um diretor de unidade, Marco Aurélio Zezzi Arruda; um representante docente, e  
37 sugere que o representante docente que não ficar naquela comissão anterior, que tinha quatro  
38 e só pode ter três, ocupe este lugar; um representante dos servidores técnico-administrativos,  
39 Adilton Dorival Leite; dois representantes discentes de graduação, o acadêmico João Luis  
40 Saraiva Moraes Abreu e a acadêmica Rafaella Malafaia Algodoal da Silveira. Não havendo

1 observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 61 votos favoráveis e 04  
2 abstenções. Passa ao item 10 – Proc. nº 01-P-10342/2020 –, que trata de proposta de  
3 Deliberação Consu que aprova a Política de Segurança da Informação da Universidade  
4 Estadual de Campinas, destacado pelo conselheiro Robson. O Conselheiro ROBSON  
5 BOMFIM SAMPAIO diz que o assunto está bem estruturado, é importante ter essa  
6 regulamentação, pensando na questão da normativa e no marco civil da internet, quando é  
7 mencionada a questão do público-alvo, da sua responsabilidade e também da questão das  
8 penalidades. Observa que o órgão gestor e que vai executar as diretrizes, que é a Coordenadoria  
9 Integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação, na sua estruturação, não tem, além  
10 dos docentes, dos técnicos específicos, um espaço de maior participação da comunidade da  
11 Universidade. Especificamente falando da representação discente, possuem o DCE, a APG, e  
12 seria importante um acompanhamento mais próximo, porque algumas questões são muito  
13 pertinentes ao debate mais amplo. Na situação que vivem, cada vez mais a tecnologia é meio  
14 para o acesso e desenvolvimento do conhecimento e compartilhamento. Acredita que  
15 necessitam de uma gestão mais democrática desse espaço. E outro destaque é que dentro dos  
16 conselhos, dos fóruns específicos que têm o comitê, os membros são do gênero masculino.  
17 Portanto, é uma discussão sobre a representatividade, e mais a representatividade dos  
18 estudantes nesse espaço, pois também é importante para poderem acompanhar a gestão das  
19 tecnologias da Universidade. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI diz que é uma  
20 iniciativa importante, mas acha que seguem com alguns debates que precisam avançar um  
21 pouco na Universidade. Destaca que entre os valores com que compactuam e que estão no  
22 documento, é o entendimento de que a informação gerada, adquirida, utilizada e armazenada  
23 na Unicamp é um patrimônio da Instituição e deve ser protegida. Já se manifestou em outras  
24 ocasiões, e acha que ainda mais neste momento em que estão usando de forma intensa e mais  
25 permanente as tecnologias da informação. A quantidade de informações produzidas pelos  
26 cursos, pelas pesquisas é imensa, e têm feito muito pouco um debate qualificado sobre a  
27 escolha dessas tecnologias, sobre a migração dos dados da Universidade para nuvens privadas  
28 de grandes corporações que não ficam no país. Parece uma fala conspiratória, mas existe uma  
29 geopolítica dessa informação, que é um patrimônio universitário, é o centro do que produzem,  
30 e há toda uma discussão sobre tecnologias livres, autonomia e soberania sobre as tecnologias  
31 que lhe parece necessária. Especialmente no âmbito do Consu, que tenham grupos com  
32 participação de setores da Universidade que amplamente têm feito essa discussão, para que  
33 avancem e entendam que a segurança da informação não é só para casos de invasões, não é só  
34 para casos de vazamentos de informações, mas também para proteger esse patrimônio, que é o  
35 conhecimento produzido pela Universidade, proteger e disponibilizar ao mesmo tempo, e  
36 refletir sobre as tecnologias que estão adotando. Coloca essa urgência de avançarem nesse  
37 debate, que lhe parece ainda muito naturalizado. Existe, por exemplo, no caso do ensino  
38 remoto, uma adoção quase automática, não só da Unicamp, mas de outras universidades e  
39 escolas, de plataformas que estão hoje concentrando boa parte do conhecimento que produzem,  
40 boa parte das mediações que realizam na internet, e é um debate bastante sensível, que deve

1 lhes tomar tempo e atenção. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz que todos  
2 os comentários foram pertinentes, realmente é um debate intenso que precisa ser feito sobre  
3 esses assuntos, um debate global. Têm assistido às polarizações entre Estados Unidos e China,  
4 sobre adoção de certas tecnologias, e esse é um assunto que precisam acompanhar sempre com  
5 muita atenção. Esse é o primeiro documento que trata de uma política desse tipo, ela  
6 obviamente depois se desdobra em atos normativos que vão tratar realmente da implementação  
7 da política. Algumas coisas já estão sendo feitas, outras não. E no aprofundamento desses  
8 planos de ação, dessas normativas, é que alguns dos tópicos aqui precisam ser colocados. A  
9 escolha das tecnologias, sem dúvida nenhuma, é um tema que tem sua tecnicidade, mas  
10 também não pode ignorar o cenário externo. Migração para as nuvens é a mesma coisa, assim  
11 como todos esses outros assuntos. Enfatiza que esse é um documento de política e que isso vai  
12 se desdobrar, posteriormente, em vários comitês, justamente para que possam dar conta dos  
13 grandes desafios que estão colocados para a universidade no geral, para a universidade pública  
14 no particular, e para a questão da pandemia, em uma situação ainda mais drástica, como foi  
15 indicado pelo professor André. Então não estão falando aqui de comissões, estão falando de  
16 uma política, e é nesse sentido que apresentam esse documento. Ele foi debatido  
17 exaustivamente no comitê, ainda informal, de segurança, foi tecnicamente apoiado por  
18 consultorias, que mostraram quais são as melhores práticas para um documento de política, e  
19 é isso que está aqui apresentado. Acha muito importante definir claramente quais são os  
20 valores, princípios e diretrizes que precisam seguir, quais são os níveis de responsabilização, e  
21 esse é o primeiro passo que dão trazendo justamente o assunto ao órgão máximo da  
22 Universidade. A partir daqui, haverá uma série de normativas para que possam implantar a  
23 política. Isso não se limita aos problemas de invasão etc. Invasão é uma consequência da  
24 ausência de uma política, da ausência de um esquema de recorte formal de eventos, e é isso  
25 que estão buscando configurar como prática no âmbito da Universidade. Não havendo mais  
26 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 55  
27 votos favoráveis e 08 abstenções. Passa ao item 11 – Proc. nº 01-P-14501/2001 –, que trata de  
28 proposta de Deliberação Consu que regulamenta a realização dos concursos de livre-docência  
29 durante o período de suspensão das atividades presenciais em decorrência da epidemia de  
30 Covid-19. Destaque do professor Geromel. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz  
31 que é muito bem-vindo manter neste momento de pandemia os concursos para título de livre-  
32 docente. Todos sabem como julga essa etapa da carreira docente absolutamente essencial. E  
33 todos sabem também que discorda da decisão tomada no Conselho Universitário de desvincular  
34 a livre-docência da promoção ao nível MS-5. Continua achando que a existência dessa  
35 regulação era muito importante para a carreira acadêmica estabelecida na Unicamp. Observa  
36 que recentemente três jovens docentes da Unicamp, os professores doutores Erich de Paula, da  
37 FCM; Lázaro Padilha Júnior, do IFGW; e Luiz Fernando Franco, da FEQ, lançaram uma carta  
38 com reflexões sobre a carreira docente da Unicamp. Um dos pontos citados era exatamente  
39 esse, da desvinculação da progressão automática para nível MS-5 da titulação de livre-docente.  
40 Acha que seria bom que depois dessas dificuldades que se apresentam no momento, possam



1 voltar à situação anterior, de maior expressão acadêmica na Universidade. Acredita que a  
2 Administração Central deve se preocupar em alterar a legislação de tal forma a permitir que no  
3 âmbito da Cepe os concursos de livre-docência sejam homologados de forma individual, ou  
4 seja, analisando os aprovados um a um. Diz isso porque recentemente tiveram a aprovação de  
5 concurso de livre-docência com professores que infelizmente tiveram nota muito baixa, e  
6 portanto a análise global deveria ter sido feita, como foi, para não prejudicar os demais que  
7 tiveram um desempenho absolutamente excelente. Ao concordar com esta proposta, traz essas  
8 duas preocupações, de que retomem a possibilidade de voltar à situação anterior com a  
9 vinculação da progressão automática na carreira, e uma nova legislação para uma análise  
10 individual dos aprovados no concurso de livre-docência. A Conselheira PATRÍCIA  
11 KAWAGUCHI CÉSAR concorda com o professor Geromel; acha que a sugestão dele é muito  
12 pertinente, e concorda que deveria ser feita uma análise individual caso a caso na Cepe, e não  
13 uma aprovação ou rejeição em bloco, porque tiveram recentemente casos de notas muito  
14 discrepantes. A representação discente vem sempre destacando esses casos na Cepe, porque é  
15 notável que as notas mais baixas são na prova didática. Receberam a justificativa de que às  
16 vezes é um tema de uma área em que o professor não é especialista, o professor teve um dia  
17 ruim. Seu questionamento é no sentido de que nesse período de atividades remotas é uma  
18 realidade muito diferente, então é uma preocupação com a qualidade dessas provas e  
19 avaliações, como elas serão feitas, e uma preocupação mesmo para não prejudicar a prova  
20 didática. Pergunta como isso poderá ser feito, como poderá ser garantido que não haverá  
21 concessões para provas didáticas de uma qualidade inferior de maneira remota. O Conselheiro  
22 SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO parabeniza a iniciativa, pois é uma demanda  
23 latente de voltarem a ter os concursos de livre-docência. Faria aqui também uma observação  
24 nesse sentido da desvinculação com a progressão. Acha que talvez seja o momento, se não  
25 agora, em breve, de fazer uma avaliação dos efeitos que essa desvinculação trouxe para a  
26 Universidade e para a carreira docente. Tanto a carta mencionada há pouco, do professor  
27 Geromel, quanto a própria sensibilidade que possuem do que está acontecendo em termos de  
28 represamento de promoções, vale uma avaliação se devem manter ou alterar esse tipo de  
29 procedimento. O assunto da vinculação da promoção com o título de livre-docente precisaria  
30 ser retomado, até porque livre-docência é um título que existe nas universidades paulistas e  
31 talvez ele deva ser mais valorizado do que a forma como o estão encarando hoje em dia. O  
32 Conselheiro MATEUS ALVES ALBINO diz que a sua preocupação é exatamente a mesma da  
33 conselheira Patrícia, com a qualidade dessas provas; provas remotas de livre-docência, em  
34 especial as provas didáticas. Estando na Cepe, ficam muito surpresos com o fato de que as  
35 notas das provas didáticas são sempre limites, são sempre muito ruins, e que a justificativa seja  
36 sempre a mesma, de que o docente às vezes poderia não estar em um dia bom, que é uma prova  
37 que avalia vários outros aspectos. No entanto, pergunta o que acontece com o aluno que não  
38 tem um dia bom em uma avaliação remota. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz  
39 que este é um assunto extremamente relevante, que tem de ser trazido para discussão. Acolhe  
40 a carta feita pelos três docentes nível MS-3 da bancada, Luis Fernando, Erich e Lázaro. São

1 assuntos importantes, que têm passado tangencialmente à pauta da Universidade, porque por  
2 mais que todas as carreiras sejam importantes, a carreira docente é um eixo pilar na  
3 Universidade. Acha que existem alguns mal-entendidos talvez das razões e dos porquês  
4 algumas ações foram tomadas. Acredita que todos concordam que a questão principal de  
5 progressão de carreira do docente tem de ser o mérito, ele tem que realmente demonstrar  
6 meritoriamente na sua carreira todas as habilidades necessárias para essa progressão. Sobre o  
7 que levou a uma necessária desvinculação, e talvez uma má assimetria em relação às outras  
8 duas universidades estaduais, é que possuem atualmente um processo que revela vagas de  
9 promoção específicas distribuídas nas unidades. E as unidades eventualmente colocam em  
10 quais áreas especificamente essas progressões vão ser feitas, porque essas áreas levam em  
11 conta a quantidade de docentes habilitados, que estão capacitados, que estão no momento de  
12 carreira que já podem se prestar ao pleito dessa progressão. Mas também todas as progressões  
13 têm uma questão do quesito orçamentário, que neste momento considera que é até menor nesta  
14 discussão toda, porque a diferença para progressão de um docente de nível MS-3.2 ou 3.1 para  
15 MS-5 não é uma quantia exorbitante para a Universidade, dado o valor meritório da situação.  
16 O problema que se instalou da maneira como estava antes, 100% com uma condição se e  
17 somente se atribuída à livre-docência, à progressão para MS-5.1, era que depois de passadas  
18 todas as discussões em âmbito das unidades, as respectivas comissões internas de pesquisa, ou  
19 do que for que cada unidade tenha, e aprovações em congregação, começaram a acontecer  
20 casos de docentes que, por vontade própria, do seu interesse, prestavam concurso de livre-  
21 docente em outras universidades estaduais paulistas. Eles traziam o título de lá e diziam que  
22 queriam ser MS-5.1, à revelia dos desejos ou dos critérios da própria unidade. Precisam discutir  
23 muito claramente, em que pese toda a questão meritória da progressão, o problema que levou  
24 a essa situação. Da forma como estava, a Procuradoria Geral confirmava que realmente era  
25 preciso conceder progressão para aquela pessoa. Vieram pleitos que muitos diretores traziam  
26 como um problema que estava acontecendo. Não necessariamente o título de livre-docente que  
27 o docente trazia era na área e com os requisitos que a unidade colocava em questão, esse era o  
28 primeiro ponto. O segundo é a questão das prioridades das comissões internas da unidade  
29 avaliarem o que era de fato prioritário naquele momento. Não sabe se foi a melhor maneira,  
30 mas essa desvinculação foi a solução jurídica encontrada à época para que o título de livre-  
31 docente fosse um dos requisitos necessários para essa progressão. Ressalta que a discussão é  
32 muito válida, mas é muito importante também que derrubem certos fantasmas de que foi  
33 somente uma porção de maldade etc. Houve questões como as que levantou aqui que levaram  
34 a essa situação. A USP e a Unesp não fizeram a mesma coisa provavelmente porque elas não  
35 possuem tantos casos de pessoas vindo para a Unicamp prestar concurso, levando o título para  
36 lá e pedindo a progressão. Os mecanismos delas de controle devem ser outros. Reafirma que  
37 acolhe a carta colocada pelos jovens docentes, por várias questões. A primeira delas é que no  
38 âmbito político é muito importante que haja voz para essas questões que têm, de fato,  
39 depreciado o interesse dos excelentes talentos e sua retenção na Universidade. Esse é um fato  
40 que não podem negar; precisam se debruçar sobre esse assunto, assumir determinadas

1 situações, porque da mesma forma que a parte orçamentária tem a ver com a sustentabilidade  
2 da Universidade, uma carreira docente bem estruturada, concatenada, também vai lidar com a  
3 sustentabilidade da Universidade no longo prazo. Então isso é extremamente importante de  
4 debaterem. O outro aspecto pelo qual acolhe essa carta é que além da questão política, de olhar  
5 a carreira docente, há também assimetrias entre as três universidades estaduais que, em algum  
6 momento, vão ter de ser discutidas no âmbito do Cruesp. Não adianta só a Unicamp fazer uma  
7 solução mais ou menos caseira e ficar com uma condição muito assimétrica. Acha muito  
8 louvável este item estar presente na pauta, porque apesar de terem a necessidade de cumprirem  
9 a lei complementar 173, sabem que existe uma inércia nos processos que são realizados de  
10 progressão da carreira docente. Então acha que dar andamento a esse tipo de atividade, seja  
11 parando ou aguardando a homologação, já ajudaria um pouco nas expectativas dos docentes  
12 que estão muito preocupados com a questão da progressão como item importante para retenção  
13 de talentos dentro da Universidade. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz  
14 que a alteração proposta tem o sentido de facilitar e viabilizar a realização de concursos, mesmo  
15 durante a pandemia, mesmo durante esse bloqueio pela lei complementar 173. No entanto,  
16 estão sendo levantadas no âmbito desse ponto algumas outras questões, e chamará a atenção  
17 para mais uma. Concorda com a necessidade de discutir e eventualmente rever essa  
18 desvinculação, ou torná-la mais clara, mais compatível com práticas de outras unidades. Outro  
19 ponto, que tem a ver com o concurso de livre-docente também, é a respeito da simplificação  
20 adicional dos concursos, independentemente de ser durante a pandemia ou não, de entrega de  
21 documentos e prova didática, a questão do sorteio do ponto. Pergunta se esse processo, que  
22 estava sendo tocado pela CGU, é independente dessa mudança para a pandemia. O Conselheiro  
23 SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que recebeu a carta dos colegas, professores Erich,  
24 Luis Fernando e Lázaro, que se utilizaram até de uma expressão mais forte a respeito da  
25 qualificação dessa decisão tomada, como “desastrosa”. Essa percepção foi colocada no  
26 momento, recorda-se de ele e outros colegas terem feito as mesmas sinalizações. Reconhece  
27 que havia um problema interno, que foi aqui exposto pela professora Marisa, mas à época havia  
28 registrado que estavam tentando resolver um problema interno criando um problema muito  
29 maior, que repercutia de forma muito negativa no corpo docente mais jovem, na maneira pela  
30 qual criam as expectativas em relação à carreira, e que era urgente pensar uma alternativa que  
31 não colocasse um problema maior para resolver esse problema interno que estava surgindo.  
32 Portanto, a colocação que foi feita naquele momento está voltando agora, ela não sumiu, de  
33 nenhuma maneira, até gostaria que tivesse a mesma ênfase, mas registra a importância de  
34 voltarem a discutir esse ponto, porque a repercussão para os jovens docentes, pesquisadores e  
35 pesquisadoras tem sido bastante negativa, na medida em que as perspectivas que acompanham  
36 esse cenário não são boas. Mas o desafio é saber o que a Instituição pode sinalizar para esse  
37 conjunto de docentes que estão se esforçando bastante para poder fazer o melhor trabalho  
38 possível. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que a livre-docência é  
39 um concurso que existe nas universidades paulistas, um concurso muito meritocrático. Nesse  
40 sentido, foi realmente uma decisão muito complicada a desvinculação dele da carreira docente.

1 Espera que possam evitar esse tipo de decisão da maneira como ela foi tomada, sem maiores  
2 estudos de impacto. Muitas vezes fazem a argumentação de que há casos, mas nunca mostram  
3 nem números, nem em quais áreas estão concentrados esses casos, que justifiquem uma política  
4 que vá afetar a vida de todos os docentes. Então foi isso o que aconteceu; em função de uma  
5 narrativa de casos que burlavam, casos que traziam a livre-docência de fora, resolveram isso.  
6 Mas, na verdade, essa não é nem muito a questão, a questão é que estão com uma política de  
7 progressão docente há muitos anos que está simplesmente impedindo os docentes de irem  
8 adiante. Atualmente existe um gargalo enorme nas progressões, tanto para nível MS-5, quanto  
9 de MS-3.1 para o MS-3.2, quanto nas progressões na carreira para a frente. Portanto, precisam  
10 realmente discutir essa questão da valorização docente, porque entram na carreira com uma  
11 certa expectativa, e o que acontece é que ela não se concretiza. Podem levar muitos anos para  
12 poder efetivar alguma coisa. A política que decidiram no Consu, quando ela e muitos colegas  
13 foram voto vencido, foi burocratizar ainda mais e fazer com que esse gargalo ficasse ainda  
14 maior em relação à progressão docente. Então não podem mais legislar contra as burlas, não  
15 podem mais fazer esse argumento, precisam legislar em relação a estudos que de fato pensem  
16 em como vão resolver isso, porque se as pessoas foram fazer concursos de livre-docência em  
17 outras instituições, deveriam se perguntar por que estão fazendo isso, por que não estão fazendo  
18 concurso de livre-docência na sua instituição, com a concordância do seu departamento e da  
19 sua congregação, qual é a política que está acontecendo aqui. Então, criaram essa distorção,  
20 estão com o gargalo enorme de progressão e precisam resolver isso de uma vez por todas,  
21 porque se as pessoas não tiverem expectativa de uma boa carreira aqui, elas vão migrar para  
22 outras universidades, que têm uma carreira docente muito mais respeitada nesse sentido, apesar  
23 de a Unicamp ser, do ponto de vista do mérito, muito mais exigente. Poderia dizer que ela é  
24 enormemente exigente. Então, quem se coloca para fazer um concurso de livre-docência, seja  
25 na Unicamp, seja em qualquer outra universidade estadual paulista, é porque tem condições de  
26 fazer isso. E vai na direção contrária do que o professor Geromel disse, porque acha um absurdo  
27 que um concurso de livre-docência, concurso mesmo, seja repassado em uma câmara outra.  
28 Não é possível que comecem a criar novamente outros mecanismos de regulação, pois assim  
29 estarão tirando toda a autonomia da banca. São princípios que não podem ficar mudando de  
30 uma hora para a outra. Se há um concurso de livre-docência, se há um concurso de entrada e  
31 se há um concurso de titular, a banca é soberana para essa decisão. As câmaras só vão atuar se  
32 houver algum tipo de irregularidade muito grande. Não é possível que haja outra avaliação de  
33 mérito em outra instância da Universidade, pois dessa forma estarão mudando completamente  
34 a carreira e o modo de progressão. Então acha que, de fato, criaram uma distorção enorme, e  
35 não estão levando em consideração os direitos dos docentes de fazerem as suas progressões de  
36 acordo com aquilo que se diz que é mérito. A Unicamp é tida como a segunda ou terceira  
37 melhor universidade do Brasil, da América Latina, e ela é assim porque possui docentes da  
38 maior qualidade, mas aqui dentro ficam disputando, entre eles, vagas de forma absolutamente  
39 desnecessária, porque a maioria dos colegas têm toda condição de fazer a progressão no tempo.  
40 Ficam aqui fazendo uma regulação e não estão dando prioridade para isso. Então, do ponto de

1 vista administrativo, precisam resolver de uma vez, para que todos os docentes tenham uma  
2 atuação esperançosa na Instituição, ou seja, que a Instituição de fato diga que possui essa  
3 política de progressão e ela vai ser executada, que os seus docentes podem ficar tranquilos  
4 porque irão ter as suas progressões no tempo. É claro que nunca são todos juntos ao mesmo  
5 tempo, mas o que estão fazendo pelo menos nos últimos cinco anos é criar gargalos enormes,  
6 disputas, mal-entendidos, incompreensões e competições desnecessárias dentro da Instituição.  
7 Lembra que ela e outros colegas foram voto vencido, mas essa política foi aprovada em função  
8 de narrativas que não são interessantes para serem feitas em nenhum tipo de administração, e  
9 agora estão se defrontando com essa questão. Então, devem pensar nessa política de progressão  
10 docente, progressão na carreira, de forma a fazer com que os docentes fiquem um pouco mais  
11 tranquilos em relação à possibilidade de ter os seus salários elevados e de ter reconhecimento  
12 das suas carreiras. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que vai retomar  
13 alguns assuntos sobre a questão da carreira, porque parece, pelas falas, que não possuem uma  
14 política, mas possuem e ela é muito clara. Primeira política é de respeito às bancas. A Cepe e  
15 outras comissões homologam ou não processos, mas elas não alteram resultados, e considera  
16 importante preservar isso. Segundo ponto importante é que as unidades têm os seus critérios,  
17 podem até considerar que os critérios são muito heterogêneos, e são, e isso produz desconforto.  
18 Mas esses critérios todos estão aprovados pelo Conselho Universitário. Se há desconforto em  
19 relação a critérios de uma outra unidade, é necessário que sejam apontados e alterados por  
20 deliberação do Conselho Universitário. Além disso, na história da Universidade a carreira  
21 docente sempre foi um ponto central e continua sendo, mas as dificuldades nas promoções  
22 sempre existiram. Portanto, não é correto argumentar que as gerações mais antigas tiveram  
23 facilidades na sua progressão. No IQ, pelo menos, os critérios são bastante altos. O professor  
24 André Biancarelli perguntou se a simplificação nas entregas de documentos etc., que está sendo  
25 discutida no âmbito da CGU, está relacionada com a proposta que está na pauta. Responde que  
26 neste momento não. A Administração achou que era importante viabilizar rapidamente essa  
27 questão do concurso remoto e, em um segundo momento, apresentar a proposta de  
28 simplificação, que está sim sendo discutida no âmbito da CGU, em particular pelo comitê de  
29 desburocratização. Vai simplificar bastante e trarão em breve essa proposta, que é de natureza  
30 mais operacional, não é de natureza acadêmica, ela é simplesmente processual. Outro ponto  
31 que relembra é o que aconteceu e por que chegaram aonde chegaram. Em 2016, foi tomada  
32 uma decisão de colocar cotas de livre-docência para as unidades, e as outras promoções não  
33 foram nem sequer consideradas, só se tratou de livre-docência, para as outras promoções não  
34 houve recurso. Algumas unidades respeitaram, e pede desculpas à professora Anna Christina  
35 porque os exemplos são todos conhecidos, foram todos debatidos na CVD, na Cepe e na CAD.  
36 Então, não estão tratando aqui de exemplos não conhecidos. Algumas unidades fizeram  
37 processo respeitoso com os docentes, qualificado do ponto de vista acadêmico, e obedeceram  
38 às cotas que foram estabelecidas pela CVD, não sabe com que critério, porque isso não está  
39 escrito em nenhum documento. Outras unidades abriram os concursos de livre-docência em  
40 completa desobediência às cotas que foram distribuídas. E com isso se criou no âmbito interno

1 uma situação em que promoções com concurso de livre-docência foram postuladas sem  
2 obediência àquilo que foi deliberado pela CVD. Passaram o ano de 2017, depois que  
3 assumiram a gestão, consertando todo esse passivo que ficou para trás, que vinha de antes.  
4 Destaca que esta gestão considera a carreira docente extremamente importante. Encontraram  
5 50 concursos de professor titular contingenciados, com vagas que foram atribuídas e que foram  
6 sendo contingenciadas na sequência, uma atrás da outra. Passaram 2017 e 2018 liberando todos  
7 esses concursos de professor titular, e ao mesmo tempo foram atribuindo recursos no  
8 orçamento para todas as outras promoções; basta verificar as atas do Conselho Universitário  
9 de 2018, 2019, com recursos no orçamento. Então resolveram o passivo que existia e foram  
10 ampliando gradativamente os processos de promoção que estavam represados, definindo no  
11 orçamento qual era o tamanho do recurso de que podiam dispor, porque carreira é importante,  
12 sustentabilidade financeira é importante, e elas têm de caminhar juntas para que a Unicamp  
13 pudesse sair de uma profunda crise orçamentária, e vinha saindo. Nessa direção, considerando  
14 que carreira é importante, avaliação de mérito é importante, passaram a ter critérios para  
15 distribuição de recursos baseados no perfil docente de cada unidade, isto é, quantos docentes  
16 satisfaziam o interstício para serem promovidos, critérios claros, objetivos. Mas veio a  
17 pandemia e prejudicou todo esse esforço institucional. Fez esse histórico porque acha que  
18 algumas falas feitas aqui foram absolutamente inadequadas em relação à política que essa  
19 gestão vem adotando, parecendo que não houve priorização para progressão e reconhecimento  
20 de mérito. Houve sim, de modo claro, objetivo. Ainda há problemas, mas vão resolver.  
21 Portanto, considera que a proposta que está apresentada neste momento pela Mesa, de permitir  
22 os concursos remotos, é boa e resolve uma parte dos problemas. Ela não impede avaliação de  
23 mérito, ao contrário, acha que viabiliza as avaliações internas que já foram feitas, dá  
24 seguimento aos concursos e verão como resolvem os outros tipos de problemas que  
25 eventualmente venham a aparecer. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que este  
26 assunto é extremamente palpitante e importante justamente para que a Unicamp continue tendo  
27 todo esse brilho, todo esse impacto que de fato ela tem. Lamenta profundamente essa política  
28 que foi feita, de desvinculação. Ela realmente acabou criando muito mais confusão e  
29 desarmonia, e desarmonia é uma coisa muito séria. Quando existe muita confusão instalada, é  
30 impossível trabalhar em paz, com todos os recursos intelectuais. Acha que isso tem de ser  
31 repensado, e apoia a carta dos docentes. Em tempos passados, isso era normatizado de forma  
32 que não criava tanto impacto, tantos problemas como há hoje, inclusive tinham uma  
33 porcentagem do orçamento para as promoções nas unidades. Entende que as coisas mudam,  
34 que a questão orçamentária é importante, ela faz com que aconteça ou não, mas, de qualquer  
35 forma, não foi uma boa política. Na sua opinião, foi lamentável. Acha que é uma questão de  
36 olhar de novo sobre a carreira, pois ela é essencial, porque da forma como está, os jovens  
37 docentes não enxergam horizonte, e duvida que não tenham tido preocupação com mérito. Isso  
38 nunca aconteceu, as unidades têm seus perfis, que são votados, são sérios, porque nenhuma  
39 instituição quer ter professor mediano, até porque o resultado final é uma tragédia. Então apoia  
40 os colegas que falaram sobre isso, principalmente o que a professora Anna Christina disse, que

1 é bastante sério e pertinente à situação de hoje. Realmente precisa ser revisto, isso não pode  
2 continuar dessa forma. O Conselheiro LUIS FERNANDO MERCIER FRANCO diz que a  
3 carta foi produzida pelos professores Erich e Lázaro e por ele, em uma série de conversas  
4 refletindo a carreira docente. Chegaram a um texto bastante amplo que divulgaram na última  
5 sexta-feira, e até hoje pela manhã havia 236 assinaturas de docentes da Unicamp que  
6 corroboram, não com tudo, mas com boa parte do que está proposto. Observa que não são  
7 proposituras que vão ser resolvidas em um ou dois anos, nem com discursos mais fáceis. A  
8 ideia é refletir o modelo de carreira docente no longo prazo e discutir o futuro da Universidade.  
9 Os docentes que entraram depois de 2004 perfazem 56% dos docentes da Unicamp, e a  
10 atratividade à permanência docente na Universidade, o combate a uma certa fuga de cérebros,  
11 passa por uma carreira que seja de fato atrativa e consistente, e isso só é possível com  
12 consistência orçamentária, com rigor orçamentário. A palavra “desastrosa”, ao contrário do  
13 que disse o professor Sávio, não foi utilizada no texto para caracterizar a desvinculação do MS-  
14 5 com a livre-docência; ela foi utilizada no contexto de que há uma década, pelo menos,  
15 administrações recentes tomaram atitudes muito perversas do ponto de vista orçamentário, no  
16 mínimo perigosas, e isso compromete a valorização da carreira docente. Não ser rigoroso do  
17 ponto de vista orçamentário é mais danoso à carreira docente do que a desvinculação do nível  
18 MS-5 do livre-docente. Pessoalmente é um docente MS-3 que deseja um dia prestar livre-  
19 docência e se tornar MS-5. Mas essa desvinculação deve ser discutida, ela está na carta como  
20 um elemento para que tomem consciência de que é uma série de medidas que aconteceram nas  
21 últimas duas décadas, que recaem mais pesadamente sobre os mais novos. Então não é um  
22 pedido de aumento salarial, de aumento de progressão, de mudança do que aconteceu em  
23 alguns quesitos e que devem discutir pontualmente, mas é um convite à reflexão sobre o  
24 modelo de carreira docente e o futuro da Universidade, tanto na atração de novos docentes  
25 quanto na permanência dos excelentes quadros formados nas recentes contratações. O  
26 Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE pede desculpas ao professor Luis Fernando  
27 pela interpretação equivocada do termo “desastrosa”. O MAGNÍFICO REITOR lembra que  
28 hoje discutiram o calendário da sucessão à Reitoria, e infelizmente, no meio em que vivem,  
29 todos esses assuntos que são um pouco mais quentes do ponto de vista político acabam tendo  
30 um contorno que é aproveitável do ponto de vista eleitoral, no momento de sucessão. Então  
31 precisam ter um pouco de cuidado e pensar no momento que estão vivendo atualmente.  
32 Ninguém discutiu o ponto de pauta em si, que é a realização de concursos de livre-docência  
33 neste contexto da pandemia, que é uma flexibilização que considera importante e interessante.  
34 O ponto que apareceu foi algo que foi discutido e aprovado por este Conselho Universitário,  
35 portanto é inadmissível ver conselheiros falando que é uma narrativa, supostos casos. Os casos  
36 ocorreram e continuariam ocorrendo e escalando, caso o Conselho Universitário não tomasse  
37 uma decisão, que considera complexa, delicada, mas necessária, que é a desvinculação do  
38 concurso de livre-docente do fato de se tornar professor nível MS-5.1. Existe uma implicação  
39 financeira, e dessa forma o descontrole iria levar a uma situação sem controle financeiro-  
40 orçamentário da Universidade. É um assunto que é evidente, os casos estavam aumentando, e

1 foi levantado por vários diretores, por várias unidades, que não sabiam o que fazer com casos  
2 que chegavam com livre-docência realizada em outras universidades, e tinham de aprovar e  
3 passar na frente de pessoas que ficaram na unidade para fazer os seus concursos da maneira  
4 institucional, que era esperada. Então, esses casos ocorreram e estavam aumentando, e foi uma  
5 preocupação trazida não pela Reitoria, mas pelos diretores das unidades. Também é  
6 inadmissível dizer que só no passado havia recursos orçamentários, pois sempre houve, como  
7 há para este orçamento 2020 recursos para promoções nas carreiras, tanto de docentes, quanto  
8 de funcionários. E foram aumentando esse recurso. Nunca fizeram tantos concursos como em  
9 2019 para professores nesta Universidade. Há agora uma situação que ocorreu de repente, que  
10 é essa lei complementar 173, que impede a realização de qualquer tipo de concurso que venha  
11 a trazer novas despesas. É um impedimento da lei e, portanto, hoje não possuem escolha. Se  
12 não tivessem desvinculado, este item de pauta sequer apareceria, porque ele diz respeito a  
13 concursos de livre-docente que serão realizados, porém não haverá aumento de despesas  
14 justamente porque há a vinculação, que espera que ocorra em janeiro de 2022. Por coerência,  
15 quem se diz contrário à desvinculação deve votar contrário à realização dos concursos, porque  
16 eles sequer estariam sendo realizados hoje se não houvesse essa desvinculação realizada.  
17 Destaca que essa discussão da carreira é importantíssima. Reuniu-se pelo menos duas vezes  
18 com os três docentes que escreveram a carta que foi mencionada, discutiram o assunto, e por  
19 motivação dessa discussão e o entendimento de que essa preocupação está ocorrendo entre os  
20 jovens da Unicamp, sugeriu ao Cruesp a criação de um grupo de trabalho para discutir as  
21 carreiras nas três universidades do estado, e sua proposta foi acatada. Foi criado o grupo de  
22 trabalho, e a professora Teresa e ele estão preparando uma minuta para ter um grupo de trabalho  
23 interno na Unicamp, porque além de dar subsídios para esse grupo do Cruesp, também  
24 precisam resolver alguns assuntos internos, em particular a situação dos médicos contratados  
25 na área da Saúde, que é um assunto não resolvido ainda em termos de carreira no âmbito da  
26 Universidade. Portanto, os assuntos vão sendo institucionalmente tratados, e é importante neste  
27 momento separar o que é fato do que não é. Acha que a preocupação deveria ser geral com a  
28 universidade pública no estado de São Paulo, com a carreira de servidor público do estado de  
29 São Paulo, que está hoje sob grave ameaça. Há uma discussão ocorrendo nos bastidores do  
30 Palácio dos Bandeirantes, uma reforma administrativa que está sendo discutida no estado de  
31 São Paulo, que diz respeito aos servidores públicos, em que estão incluídos os jovens, os  
32 velhos, os aposentados, os funcionários, os pensionistas, todos. Infelizmente esta deve ser a  
33 principal preocupação de todos, e a questão que está colocada aqui hoje é uma parte da  
34 discussão que precisam, naturalmente, equacionar, discutir, conversar. Mas há outras situações  
35 que preocupam imensamente a Administração nos momentos de crise financeira, de pandemia  
36 que estão vivendo. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é  
37 aprovada com 55 votos favoráveis, 02 contrários e 10 abstenções. Passa ao item 14 – Proc. nº  
38 12-P-10860/2018 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que inclui Disposição  
39 Transitória na Deliberação Consu-A-21/2020, que dispõe sobre a política de ingresso no  
40 Exame de Seleção dos Colégios Técnicos da Unicamp, adaptando o ingresso à adoção de cotas



1 étnico-raciais e sociais a partir de 2021. Destaque do professor André Pasti. O Conselheiro  
2 ANDRÉ BUONANI PASTI diz que conversou com muitas pessoas com dúvidas sobre essa  
3 alteração de uma disposição transitória, o que implica a mudança da forma de realização dos  
4 exames dos vestibulinhos dos colégios técnicos. Acha que seria importante trazer um  
5 esclarecimento em relação a essa medida. Houve um debate muito grande na comunidade dos  
6 colégios em relação a essa decisão, que considera que foi acertada no sentido da ausência de  
7 política pública, o que gera uma insegurança muito grande para a realização dos processos  
8 seletivos neste momento. Isso só é possível graças à decisão deste Conselho de adotar as cotas  
9 étnico-raciais e sociais, que vão garantir que qualquer processo seletivo nesse contexto,  
10 considerando as cotas, seja mais inclusivo e menos desigual do que os que vinham realizando.  
11 Nesse sentido, é favorável à forma como foi colocada a deliberação, mas traz algumas das  
12 preocupações e tensões que apareceram também nesse processo. Vem recebendo muitos  
13 comentários de professores em relação à forma como algumas decisões são tomadas neste  
14 contexto da pandemia, sem que as pessoas se sintam parte dessas decisões, sem que haja um  
15 diálogo anterior para as formas como elas vão acontecer. Nesse caso, achou muito acertado o  
16 anúncio prévio de que essa medida seria tomada, sem os editais publicados, assim como vão  
17 aprovar aqui também dizendo que a forma vai ser prevista nos editais, mas que há uma tensão  
18 da comunidade em relação a quais vão ser esses critérios e como isso pode ter impacto em  
19 relação a uma possível exclusão de alguns alunos. Faz um apelo para que esse modelo não seja  
20 adotado para sempre, porque a análise de histórico tende a excluir, sobretudo, trajetórias mais  
21 erráticas, trajetórias de migração, trajetórias marcadas por maior desigualdade, tende a  
22 diminuir essa possibilidade de transposição dessas barreiras para o ensino. São essas as  
23 considerações, mas é favorável à aprovação da disposição transitória e do modelo para este ano  
24 excepcional da pandemia. Seu apelo é para que ponderem sobre essa forma de tomada de  
25 decisões no contexto da pandemia, entendendo a excepcionalidade, mas respeitando todas as  
26 instâncias, e que consigam continuar unidos enquanto comunidade e garantindo o diálogo  
27 amplo sempre, cuidando da comunicação para que haja menos ruídos no processo de anúncio  
28 dessas decisões. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que este item lhe traz uma  
29 preocupação bastante grande, pois verificou que a proposta inicialmente de um dos colégios  
30 chegou à Procuradoria Geral e o parecer foi contrário à realização do exame nos moldes  
31 propostos. O motivo básico era que, em particular, a questão central era que o vestibular da  
32 Universidade seria feito de forma presencial. Em seguida, o outro colégio também consultou a  
33 PG e a resposta foi a mesma, o parecer indicava que não havia necessidade desse procedimento,  
34 tendo em vista o vestibular presencial da Universidade. O terceiro parecer foi favorável, e  
35 imagina que as questões sanitárias envolvendo aglomeração e a dificuldade que teriam em  
36 organizar o vestibulinho pesaram de forma bastante contundente na última decisão. Sua  
37 preocupação é o perigo que estão vivendo de não terem uma clareza absoluta a respeito dessa  
38 questão, tendo em vista que não desejaria imaginar que a ocorrência do vestibulinho pudesse  
39 ser contestada e pudesse mesmo ocorrer sem dentro das possíveis seguranças necessárias. Não  
40 tem nenhuma contrariedade em relação à proposta, tendo em vista que é algo que é requerido

1 pelo momento que vivem. Pergunta se o vestibular não teria de ser analisado sob esta mesma  
2 possibilidade. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR elogia a solução apresentada  
3 pelos colégios, que foi apresentada também de uma forma muito rápida em resposta à situação  
4 de saúde que estão vivendo. Acha que é realmente a melhor opção ter análise de histórico em  
5 vez de provas presenciais. No entanto, pergunta como se deu a escolha de avaliar apenas as  
6 disciplinas de português e matemática, e se essa seria realmente a melhor escolha. A  
7 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que é importante enfatizar que a questão  
8 sanitária é a prioridade absoluta, por isso estão resolvendo os problemas à medida que eles  
9 aparecem. Quando pensaram em fazer o edital, apareceu essa questão de presencial ou não  
10 presencial. E ao aparecer, por conta da pandemia, a necessidade de que não fosse presencial,  
11 precisaram fazer uma mudança transitória, e por isso as disposições transitórias do vestibular,  
12 do vestibulinho, prevendo então essa análise remota. Muitas vezes parece que é uma decisão  
13 autoritária trazer para o Conselho uma deliberação dessa natureza, sem passar, sem discutir,  
14 sem debater etc., mas o próximo Consu é no final de setembro, então precisaria entrar na  
15 reunião de hoje para que se pudesse viabilizar o edital. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO  
16 RIBEIRO diz que além das medidas sanitárias, os colégios tinham a necessidade de produzir  
17 esse processo seletivo ainda em 2020, porque eles precisam iniciar logo na primeira semana de  
18 fevereiro seu ano letivo, até para poder cumprir os 200 dias letivos previstos na legislação.  
19 Então, não teriam tempo e condições de realizar esse exame em janeiro, ou mesmo em  
20 fevereiro. Além disso, levaram em conta também que o público-alvo são os jovens que estão  
21 saindo do ensino fundamental 2 e que isso poderia ter graves consequências, não só para os  
22 colégios, como para toda a Universidade e os alunos que vão concorrer a essas vagas. O número  
23 de candidatos inscritos, em média, é de cinco mil para cada colégio, portanto um número  
24 considerável de jovens que estariam expostos a um processo seletivo presencial. Dessa forma,  
25 buscaram uma alternativa que fosse segura. Pesquisando, viram que o Instituto Federal de São  
26 Paulo vem utilizando esse formato de seleção por análise de histórico escolar há três anos, o  
27 que equivale a seis processos seletivos, porque eles realizam processos semestrais, que vêm  
28 sendo aprimorados ao longo do tempo. As comissões do exame de seleção do Cotil e do Cotuca,  
29 presididas pela professora Teresa Celina, reuniram-se com a comissão executiva do exame de  
30 seleção do Instituto Federal, que lhes apresentou o processo desde a sua concepção, e todo  
31 aprimoramento que ocorreu nesse período. É um processo seguro, eficaz, cumpre o seu papel,  
32 embora ele seja discutido, como todo processo é. Depois disso, Cotil e Cotuca elaboraram o  
33 seu processo, com base nas propostas dos colégios, mas preservando esse processo que o  
34 Instituto já vem utilizando e que tem sido eficaz em seu processo de seleção. Acreditam que  
35 seja uma decisão pontual, apenas para este ano, para este processo, em razão do momento que  
36 vivem, mas esse processo será analisado tanto pelos colégios, quanto pela Universidade.  
37 Solicita aos conselheiros o apoio na aprovação desta proposta, para que deem prosseguimento  
38 ao processo. A Professora TERESA CELINA MELONI ROSA, respondendo à pergunta da  
39 conselheira Patrícia, diz que foram selecionadas as disciplinas de português e matemática de  
40 acordo com o modelo que estão seguindo, do Instituto Federal. Eles já têm uma certa

1 experiência e consideram que português e matemática são o suficiente para fazer essa  
2 classificação, porque também as outras disciplinas têm nomenclaturas muito diferentes de  
3 acordo com a instituição de ensino do candidato. Então ficou uma quantidade boa de matérias,  
4 e estatisticamente falando, é o que dá uma boa classificação. O MAGNÍFICO REITOR,  
5 respondendo ao professor Geromel, diz que a diferença dos vestibulinhos para o vestibular é  
6 que eles são feitos, em geral, em uma única escola, em um lugar único, não é um processo tão  
7 extenso, tão complexo e caro como o vestibular da Unicamp. Geralmente o vestibulinho do  
8 Cotuca é feito em uma escola, com três ou quatro mil pessoas, e realmente é impossível de se  
9 pensar nesse modelo neste momento. É diferente do vestibular, que é espalhado por dezenas  
10 de escolas na região e que permite uma tentativa de não aglomeração. Não havendo mais  
11 observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 62 votos favoráveis e 04  
12 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO  
13 REITOR passa ao item 15 – Proc. nº 01-P-8792/2020 –, que trata de proposta de Deliberação  
14 Consu que dispõe sobre a participação de servidores em férias, licença prêmio e licença  
15 sabática em reuniões de órgãos colegiados. Destaque do professor Renê. O Conselheiro RENÊ  
16 JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que o item trata das condições em que docentes e funcionários  
17 em férias podem participar das reuniões oficiais da Universidade. Entende que é uma medida  
18 importante, uma precaução que protege a Universidade de um eventual problema trabalhista,  
19 com todas essas medidas que são sugeridas, caso haja uma interpretação de que a participação  
20 em férias fere algum direito do funcionário ou do docente. E há também um cuidado em  
21 respeitar o próprio direito do servidor à fruição de férias. Nessa mesma linha de raciocínio,  
22 propõe que se pense também alguma forma de que o sistema automático, de onde vem algumas  
23 demandas para os docentes, pudesse computar essas férias e essas licenças, de modo que essas  
24 demandas não viessem nesse período. Por exemplo, registro de frequência de PAD, de PED,  
25 entre outras, que muitas vezes acontece de chegarem para os docentes justamente no período  
26 de férias, e algumas delas, se não forem observadas, acarretam prejuízo para os estudantes, e  
27 às vezes até para o próprio docente. Então seria interessante que o sistema conseguisse  
28 computar a informação de que o docente está em férias ou em licença, de modo a evitar o envio  
29 dessas demandas, talvez transferindo essas atividades para a chefia imediata ou para alguma  
30 outra pessoa. Sabe que no RDIDP o professor tem de estar à disposição da Universidade 24  
31 horas, já ouviram isso aqui inclusive, mas seria importante também valorizar um pouco mais  
32 essa questão das férias, porque além de ser um direito, os docentes têm uma certa restrição do  
33 período em que podem usufruir delas, geralmente é no período não letivo, e seria importante  
34 que conseguissem fazer isso de forma plena. Aproveita a oportunidade para fazer esse apelo,  
35 não sabe se isso já está sendo providenciado, mas de que pensassem a respeito disso, garantir  
36 que as férias pudessem ser plenamente usufruídas, sem que precisassem responder algumas  
37 demandas institucionais e burocráticas nesse período. A Conselheira PATRÍCIA  
38 KAWAGUCHI CÉSAR pergunta qual a justificativa para essa alteração, para que docentes e  
39 funcionários não docentes possam participar das reuniões quando estão de férias, porque lhe  
40 parece que faz mais sentido convocar a suplência nesses casos. O MAGNÍFICO REITOR

1 responde que essa demanda surgiu em várias oportunidades em que houve alguma votação  
2 mais disputada em que algum representante em licença-prêmio, por exemplo, solicitou  
3 participar. Como não havia regra na Universidade sobre isso, ficou a dúvida se é possível ou  
4 não. A justificativa é que, como é uma representação eleita pelos pares, a pessoa tem a opção  
5 de escolher se quer participar ou não durante o período de gozo de férias, de licença sabática  
6 ou de licença-prêmio. Mas, naturalmente, existe sempre o suplente para tal ocasião. Se a pessoa  
7 quiser participar durante esse período, isso vai estar regulamentado, com todo o cuidado  
8 mencionado pelo professor Renê em relação à questão trabalhista, para que não possa haver  
9 implicações depois no sentido de que a pessoa diga que foi obrigada a participar de uma reunião  
10 e exigir algum tipo de direito por conta disso. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER  
11 MEDEIROS diz que era essa a dúvida que tinha, com relação ao direito que alguém poderia  
12 reivindicar de ter horas extras porque participou destas atividades. Quer ter certeza de que com  
13 essa deliberação acabam as demandas que já presenciou sobre horas extras para participar de  
14 reuniões enquanto gozando férias, licença-prêmio etc. O MAGNÍFICO REITOR responde que  
15 essa é a ideia. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que quando se afastam  
16 por licença-prêmio ou por sabático, ou mesmo férias, como o professor Renê lembrou muito  
17 bem, é terrível estar na praia, por exemplo, e receber um e-mail dizendo que precisam dar  
18 parecer de algum caso, algum relatório etc. Em sua opinião, pode ser concedida autorização  
19 para uma pessoa participar de uma reunião, caso esteja em férias, licença-prêmio ou período  
20 sabático, mas não com direito a voto, porque existe a suplência, como disse a conselheira  
21 Patrícia, e a suplência também representa uma certa parte de docentes. Uma vez que as pessoas  
22 tiram férias uma vez por ano, em média, é legítimo que naquele momento a pessoa seja  
23 substituída pelo seu suplente e o seu suplente vote. A pessoa pode assistir à reunião, pode estar  
24 na reunião, on-line ou presencial, mas é melhor que o direito ao voto fique para o seu suplente.  
25 O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Paulo Lício, que é responsável pelos  
26 sistemas computacionais da Universidade, que pediu para fazer um esclarecimento. O  
27 Professor PAULO LÍCIO DE GEUS diz que o professor Renê mencionou a implementação no  
28 sistema de algo como se a pessoa está fora, ela não receber convites e não ser incomodada  
29 durante o seu período de férias. Observa que implementar algo assim é muito complexo, não  
30 há possibilidade nenhuma de implementar um sistema desse, pois afetaria praticamente todos  
31 os sistemas da Unicamp, porque cada tipo de coisa roda em um tipo de sistema. É inviável  
32 tentar implementar algo assim. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que esse tipo  
33 de problema já ocorreu mais de uma vez na FEA, inclusive precisaram recorrer à DGRH. O  
34 problema é a pessoa se sentir apta a participar da reunião do colegiado e querer estender isso  
35 ao restante das suas atividades, porque tiveram problema de professores que tiram férias e que  
36 não saem, continuam nos laboratórios. Isso tem implicações, pois a pessoa pode sofrer algum  
37 acidente, por exemplo, por isso pergunta se não seria preocupante esse tipo de abertura. Além  
38 disso, há o aspecto de que o suplente foi igualmente eleito, ele teve um menor número de votos,  
39 mas foi igualmente eleito. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO cumprimenta a  
40 Reitoria por colocar o assunto, pois isso encerra uma dúvida, um problema que sempre

1 aconteceu. Em situações excepcionais, em que era importante a participação de um membro  
2 titular, um membro mais experiente, não tinham essa possibilidade. Então aqui está abrindo  
3 esse caminho e está explícito que é por livre e espontânea vontade, portanto não há problema  
4 trabalhista nenhum. Complementando o que foi dito pela professora Heloise, acha que seria  
5 interessante deixar explícito se a pessoa está solicitando participação com ou sem direito a  
6 voto. Era uma dúvida que tinha antes da fala da professora Heloise, e acha que ficaria mais  
7 claro explicitar com ou sem direito a voto. O Conselheiro ANTONIO CARLOS BANNWART  
8 diz que em 2019 se viu na contingência da licença-prêmio, e como tal deixou de participar das  
9 reuniões das câmaras em que estava envolvido, inclusive nem foi convocado. Acha que está  
10 correto não participar; se a pessoa escolheu a licença-prêmio e quer participar da reunião, ela  
11 pode se inscrever como convidada, participar das discussões. Votar deveria ficar a cargo do  
12 membro suplente, como colocou a professora Heloise. O Conselheiro MATHEUS ALVES  
13 ALBINO concorda com a conselheira Patrícia que não faz muito sentido a convocação ou  
14 direito a voto de um membro para reunião de colegiado em período de férias ou de licença,  
15 porque esses são os tipos de situação em que se convoca o membro suplente. E as reuniões de  
16 colegiado, de certa forma, também são atividades de gestão. Considera que isso conflita,  
17 inclusive, com o direito de gozo às férias ou à licença. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON  
18 ATVARS diz que é importante ter muito claro que férias, licença-prêmio etc. são direitos  
19 trabalhistas duramente conquistados. Portanto, abrir mão desse direito deveria ser para  
20 situações absolutamente excepcionais, e acha que a intenção desta proposta é que isto seja  
21 regulamentado para situações absolutamente excepcionais. Existem situações na Universidade,  
22 que os membros da Administração vivem com uma certa frequência, de cargos que não  
23 possuem suplência. É nesses casos que essa norma é muito importante, porque estando em  
24 férias, em licença, ou às vezes até afastado da Universidade, precisam assinar documentos e  
25 essa assinatura precisa ter uma validade legal inquestionável. Portanto, essa norma deve ser  
26 usada com muita parcimônia e em situações absolutamente excepcionais. Não pode ser a rotina  
27 o titular assumir durante as suas férias quando existe um suplente, senão não faz sentido haver  
28 suplente. Mas sobre os casos em que não há uma suplência, que é o caso, por exemplo, da  
29 Coordenadoria Geral da Universidade, às vezes tira férias, ou viaja, e é necessário assinar  
30 documentos que estão colocados na pauta da própria CGU; também é o caso dos pró-reitores,  
31 que às vezes têm de assumir responsabilidades e assinar documentos enquanto estão em férias,  
32 afastados ou em licença. Uma norma dessa natureza tem de ser a excepcionalidade, e não a  
33 prática. No caso de existirem suplentes, o suplente assume. A norma cria a possibilidade, ela  
34 explicita uma legalidade importante para os casos em que não há uma suplência presente. Não  
35 possuem o direito de abrir mão dos seus direitos, até porque esses direitos não foram  
36 conquistados só por eles. Esses casos deveriam ser olhados realmente como uma grande  
37 excepcionalidade, mas permitidos justamente para dar legalidade ao ato ou aos atos que são  
38 praticados nas conduções que estão colocadas nessa deliberação. A Conselheira RACHEL  
39 MENEGUELLO diz que essa excepcionalidade deveria constar no texto, porque o texto é  
40 muito genérico, é muito amplo e dá vazão a qualquer coisa. Não sabe exatamente como fazer

1 essa redação, mas acha que essa preocupação tinha de estar explícita no texto, para que não  
2 caiam nos equívocos que a professora Teresa mencionou. O MAGNÍFICO REITOR ressalta  
3 que essa resolução foi motivada por várias discussões que ocorreram ao longo destes anos,  
4 quando há assuntos mais polêmicos, grupos chamam pessoas que estão afastadas, fora do país,  
5 principalmente agora que estão fazendo as reuniões remotamente. Consultou a Procuradoria  
6 Geral e a Secretaria Geral, e de fato não há nenhum tipo de regulamentação nesse sentido.  
7 Pesquisando nas outras universidades, encontraram situações diferentes, como podem ver no  
8 parecer da PG; tanto a USP quanto a Unesp têm uma solução similar a esta proposta aqui, já a  
9 UFMG não permite, de modo algum, a votação de pessoas que estão em férias ou em qualquer  
10 afastamento. Estão colocando uma situação específica, mas a professora Mirna levantou uma  
11 outra questão e há outras situações similares, com outro tipo de consequência. Hoje discutiram  
12 a consulta à comunidade, então há a questão de como ficam os servidores que estão afastados,  
13 no caso de consulta, no caso de representação, e assim por diante. Este é um assunto de fato  
14 complexo, difícil, pois devem considerar as férias e os afastamentos de maneira adequada. A  
15 Secretaria Geral convoca os membros titulares para as reuniões mas ela não sabe quem está de  
16 férias ou não. Está sendo implementada no sistema a possibilidade de que vejam quem está  
17 eventualmente afastado, com ano sabático etc., para que consigam ter essa visão um pouco  
18 mais ampla. Essa solução é o que possuem para este momento de mais interessante, e iniciando  
19 com esta alteração, certamente haverá outros pontos a verificar, organizar, regularizar no  
20 âmbito da Universidade. Esta em particular é uma que se refere a órgãos colegiados, mas há  
21 uma série de outras questões para se colocar efetivamente. Sabem que muitas vezes as pessoas  
22 tiram férias para ter 1/3 adicional, ou às vezes uma licença-prêmio porque vai vencer etc., mas  
23 querem continuar participando. Isso é perfeitamente possível agora com esta regulamentação,  
24 mas certamente lembrando que as férias, as licenças-prêmio, os afastamentos, são direitos dos  
25 trabalhadores, como a professora Teresa levantou, arduamente conquistados. A Conselheira  
26 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que não entendeu exatamente, porque como o  
27 senhor Reitor mesmo disse, há muita coisa misturada nesse problema. Pergunta se a partir da  
28 aprovação dessa regulamentação, em reuniões de departamento, de congregação, Consu, Cepe  
29 e CAD, os membros desses colegiados que estiverem afastados, em sabático, por doença, por  
30 férias, por qualquer motivo que seja, oficialmente afastados, não devem participar, a não ser  
31 que solicitem e demonstrem a excepcionalidade. O MAGNÍFICO REITOR responde que  
32 devem fazer uma carta solicitando, com no mínimo 24 horas de antecedência, como está  
33 previsto nesta deliberação. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que  
34 havendo suplentes, supõe que essas pessoas não devem tomar o lugar dos suplentes. O  
35 MAGNÍFICO REITOR diz que isso não está previsto. Se essa resolução não for aprovada, a  
36 situação de hoje é exatamente a mesma, só que sem a necessidade da carta ou nada. Hoje,  
37 qualquer pessoa pode participar em qualquer momento, não há regulamentação sobre o  
38 assunto. A deliberação está regulamentando esta questão, se a pessoa deseja realizar a sua  
39 participação e está afastada, ela deve colocar explicitamente essa condição. A Conselheira  
40 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE pergunta se ela fica sujeita a aprovação. A Conselheira

1 RACHEL MENEGUELLO pergunta se a pessoa não será convocada, ela se autoconvocará  
2 mediante essa carta. O MAGNÍFICO REITOR diz que não sabe como funciona nas unidades,  
3 mas a Secretaria Geral convoca o titular e se ele responde que estará afastado ou em férias na  
4 data da reunião, é convocado o suplente. Esse é o procedimento feito pela Secretaria Geral e,  
5 portanto, continuará sendo seguido. Se a pessoa quer participar e está de alguma maneira  
6 afastada, terá de fazer esta declaração. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que hoje  
7 não existe legislação, como o senhor Reitor mencionou, então pergunta se no caso de a pessoa  
8 que está em licença participar da reunião, se houver um questionamento legal, essa sessão  
9 continua válida. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim; o entendimento da PG é que  
10 sendo um representante titular não há nenhum impedimento legal, fica mantida a validade da  
11 reunião. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO complementa que esse  
12 entendimento é uma proteção para o servidor, pois ele não deve trabalhar durante o seu período  
13 de férias. Mas se ele participa de uma reunião, aquela reunião não é invalidada pela sua  
14 participação, isso não gera nulidade da sessão ou da votação. Trata-se de mais uma questão  
15 mesmo da situação funcional ou trabalhista do representante. O Conselheiro MATHEUS  
16 ALVES ALBINO diz que continua muito confuso, porque como a doutora Fernanda acabou  
17 de dizer, o servidor não pode trabalhar em período de férias. Pergunta se participação em  
18 reuniões e votações não é um trabalho, se não faz parte das competências que estão no cargo  
19 do servidor. Porque se não é considerado trabalho, propõe uma resolução alternativa que vá no  
20 mesmo sentido da UFMG e não permita, em hipótese alguma, a participação. O Conselheiro  
21 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que fará uma sugestão de alteração do texto, com base  
22 no que a professora Teresa disse, que poderia ser nos seguintes termos: “O servidor que seja  
23 membro titular de órgão colegiado poderá, na ausência de membro suplente ou na  
24 impossibilidade de sua convocação, a critério e por livre e espontânea vontade, participar” etc.  
25 Talvez isso resolvesse um pouco esse problema, pois fica caracterizada a excepcionalidade da  
26 circunstância que permitiria a participação em férias. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai  
27 fazer uma proposta, porque esse assunto é realmente relevante e a experiência mostra que  
28 qualquer coisa mudada no calor da reunião não dá certo. Sua sugestão é retirar de pauta e  
29 rediscutir o assunto. Não há pressa, é algo que foi originado a partir de demanda da própria  
30 representação docente. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que essa sugestão é  
31 bastante adequada, é preciso verificar, porque pelo que se recorda, os membros eleitos possuem  
32 o direito inalienável de participar. Se eles estiverem em licença-prêmio ou férias e quiserem  
33 participar, acha que não há, como disse também a doutora Fernanda, impedimento legal.  
34 Inclusive isso pode se tornar talvez até uma demanda jurídica futura. Então é preciso olhar  
35 todos os aspectos, tenha suplente ou não, o direito é de quem foi eleito, isso lhe parece muito  
36 claro. O MAGNÍFICO REITOR diz que, guardadas as devidas proporções, há situações em  
37 que ministros, que são deputados federais, em algumas votações complexas, difíceis, que  
38 precisam de votos, são licenciados pelo governo e voltam a ser deputados por um dia, votam,  
39 e no dia seguinte voltam a ser ministros. Claro que o assunto é diferente, mas o deputado era  
40 um membro eleito e ele usa este direito com motivações políticas. Há o aspecto colocado pela

1 professora Gláucia, que também é relevante. Por mais que os membros suplentes também  
2 sejam representantes, possuem um sistema em que os mais votados são os titulares e, portanto,  
3 precisam levar em consideração esses dois aspectos. Por outro lado, há o aspecto trabalhista  
4 fundamental, de que não pode configurar uma situação que esteja quebrando a situação de  
5 férias ou de afastamento. Na UFMG é considerado ainda um terceiro caso, o de suspensões ou  
6 de situações mais complexas, que nem estão considerando nesta situação. Mas, devido à  
7 complexidade do assunto e as diversas questões que foram levantadas, não tem absolutamente  
8 nenhum problema de sugerir que discutam mais um pouco, ou se acharem conveniente, pelo  
9 menos votar esta deliberação e depois trabalhar no aprimoramento. A questão é que na  
10 Unicamp não há nada sobre o assunto, e se alguém está afastado, de férias e participa de alguma  
11 reunião, poderá participar. Vai encaminhar a retirada de pauta para que possam criar um grupo  
12 de trabalho e estudar uma proposta talvez um pouco mais consensuada. A Conselheira  
13 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE propõe a não retirada de pauta, porque uma coisa não  
14 perfeita é melhor do que nada. Acha que estão misturando o que é a situação que a professora  
15 Teresa mencionou, que é uma questão do executivo, como disse o professor Luis Fernando em  
16 uma outra ocasião, e uma questão do legislativo. São coisas diferentes. Acha que devem votar  
17 essa resolução tal como ela está e ajustá-la separando os diversos papéis na Universidade. O  
18 MAGNÍFICO REITOR diz que como já encaminhou a retirada de pauta, ela tem precedência,  
19 e quem considerar que devem votar o assunto de qualquer maneira, vote contrário à retirada de  
20 pauta. Aqueles que acham que podem discutir um pouco mais antes de votar, votem pela  
21 retirada. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada de pauta, que é aprovada  
22 com 53 votos favoráveis, 14 contrários e 01abstenção. Informa que vai criar um grupo de  
23 trabalho para discutir com mais cuidado esse item. Nada mais havendo a tratar na Ordem do  
24 Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A - Regime de Dedicção  
25 Integral à Docência e à Pesquisa – 01) Proc. nº 01-P-21630/2018 – Proposta de Deliberação  
26 Consu que dispõe sobre o Regulamento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à  
27 Pesquisa do Pessoal Docente da Universidade Estadual de Campinas, revogando a Deliberação  
28 Consu-A-02/2001. B - Comissão de Vagas Docentes – Indicação de Membros – 02) Proc. nº  
29 01-P-3969/1999 – Indicação de membros para compor a Comissão de Vagas Docentes – Inf.  
30 CVD-95/2020 – Representação da área de Biológicas: Titular: Prof. Dr. André Victor Lucci  
31 Freitas – IB (mandato: 26.08.20 a 25.08.21) – reconduzido e Suplente: Prof. Dr. Francisco  
32 Haiter Neto – FOP (mandato: 26.08.20 a 25.08.21). Representação da área de Exatas: Titular:  
33 Prof. Dr. Marco Aurélio Zezzi Arruda – IQ (mandato: 09.08.20 a 08.08.21) e Suplente: Prof.  
34 Dr. Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho – IG (mandato: 09.08.20 a 08.08.21) Representação da  
35 área de Humanas e Artes: Titular: Prof. Dr. Jefferson Cano – IEL (mandato: 09.08.20 a  
36 08.08.21) e Suplente: Prof. Dr. Paulo Adriano Ronqui – IA (mandato: 09.08.20 a 08.08.21) –  
37 reconduzido. Representação da área de Tecnológicas: Titular: Prof. Dr. Anderson de Rezende  
38 Rocha – IC (mandato: 09.08.20 a 08.08.21) e Suplente: Prof. Dr. Alberto Luiz Francato – FEC  
39 (mandato: 09.08.20 a 08.08.21). C - Contratações Aprovadas na Comissão de Vagas Não  
40 Docentes – 03) Contratações temporárias de servidores da carreira Paepe aprovadas no período



1 de 13/05/2020 a 15/07/2020 com recursos do orçamento de 2020, em atendimento à  
2 Deliberação do Consu-24/2020 – Informação CVND nº 07/2020. Diz que como já foi  
3 comentado, fizeram reuniões com representações de diretores, de funcionários, de estudantes,  
4 de representação docente para discutir a possibilidade de colocar em discussão a  
5 regulamentação do RDIDP. Gerou uma discussão, que era esperada, uma discussão importante,  
6 que consta no Expediente - Proc. Nº 01-P-21630/2018 -, que trata da proposta de deliberação  
7 Consu que dispõe sobre o Regulamento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à  
8 Pesquisa do Pessoal Docente da Universidade Estadual de Campinas, revogando a Deliberação  
9 Consu-A-02/2001. A proposta foi encaminhada pela CPDI. Solicita aos diretores que coloquem  
10 esse assunto em discussão nas unidades. Vão criar um grupo de trabalho para discutir esse  
11 assunto e chegar a uma proposta também com mais consenso dentro da comunidade. Em  
12 seguida, passa a palavra para os conselheiros inscritos no Expediente. O Conselheiro ANDRÉ  
13 BUONANI PASTI diz que hoje é seu último Consu, e falará algumas palavras para agradecer  
14 a todos e se despedir. Está deixando a Unicamp esta semana para ingressar na UFABC; está  
15 mudando de instituição, mas seguindo na carreira e na defesa da universidade pública.  
16 Agradece muito a convivência aqui no Conselho, as trocas, e saúda este espaço, enfim, tão  
17 necessário, de construção democrática de decisões que a Unicamp tem mantido, que possa ser  
18 cada vez mais democrático, que possa manter sua importância dentro da universidade.  
19 Agradece à Reitoria e aos colegas de todas as bancadas pela convivência. Agradece demais à  
20 Universidade, onde está desde que ingressou no colégio técnico, portanto seguidamente com  
21 vínculo à Unicamp, vai ser a primeira vez que estará fora da Unicamp. Agradece por toda a  
22 sua trajetória, tudo o que a Unicamp pôde lhe dar, em especial o Cotuca. Sai muito feliz com  
23 as decisões que conseguiram acumular nesse período, principalmente duas mais recentes, que  
24 são a decisão das cotas dos colégios técnicos e o reconhecimento das cadeiras das direções dos  
25 colégios para o Consu. Essa conquista se articula com os desafios que a representação que aqui  
26 ocupa neste momento carrega, porque acredita que terão ainda uma necessidade, agora um  
27 pouco mais liberada talvez de outros compromissos anteriormente existentes, de representar  
28 também essas instituições, mas de efetivamente conseguir defender as carreiras e representar  
29 as carreiras especiais como um todo em um contexto muito difícil, marcado, por exemplo, pela  
30 lei complementar 173, que aparece agora como novo imperativo desse projeto de granada no  
31 bolso do servidor público, nas palavras do ministro da Economia, e que tem seus representantes  
32 em várias camadas e instituições, e precisam estar muito atento a essas questões. Nesse mesmo  
33 sentido, espera que o professor Marcelo possa ceder espaço à ADunicamp para que possa ter  
34 uma fala aqui também, comentando o relatório que um grupo de docentes da Unicamp produziu  
35 sobre as condições de trabalho docente durante o ensino remoto, que aponta uma série de  
36 elementos, traz uma série de contribuições fundamentais sobre a condição do trabalho remoto  
37 neste momento, e que podem subsidiar este Conselho, subsidiar a Administração Central, nas  
38 decisões que respeitem essas condições para os docentes que sigam preocupados com isso.  
39 Manda um forte abraço a todos, um agradecimento imenso a todos os que estão aqui, a todas  
40 as pessoas que o acompanham e também às pessoas que representa neste momento, e saúda a

1 representante suplente que assumirá, que com certeza fará um bom trabalho, a professora  
2 Rosemari. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR saúda o professor André Pasti,  
3 do qual sentirão falta, e a quem agradece por todo apoio em lutas muito importantes, como a  
4 luta pelas cotas nos colégios. Vai ser bom para a UFABC, deseja a ele boa sorte em sua nova  
5 jornada. Externa desconforto com essa proposta da flexibilização do RDIDP, acha que podem  
6 pensar e talvez modificar um pouco essa proposta em conjunto, para quando ela chegou aqui  
7 no Consu para votação. Então eu acho que é uma mudança muito gritante, passar das 60 horas  
8 semestrais, que podem ser trabalhadas em cursos de extensão e especialização, passar para 12  
9 horas semanais. É uma diferença muito grande. Deixa aqui o questionamento se realmente está  
10 sobrando tanto tempo, quantos cursos um docente poderia ministrar nessas 12 horas, se esses  
11 cursos teriam a qualidade que sabem que a Unicamp tem. Acha um pouco estranho pensar em  
12 flexibilizar isso, em permitir novos ganhos para docentes, porque talvez isso possa ser usado  
13 para tampar o buraco da progressão de carreira. Isso não deveria ser o intuito dos cursos de  
14 especialização *lato sensu*, que tiveram aprovada agora a permissão de cobrança. Já vinham  
15 apresentando essa preocupação desde as discussões do *lato sensu*, e também lhe parece que é  
16 um momento estranho para discutir sobre isso, enquanto trabalhadores e trabalhadoras  
17 terceirizados estão sendo demitidos, trabalhadores que não têm direitos trabalhistas garantidos,  
18 não tiveram as conquistas trabalhistas que outras categorias têm. Deveriam pensar também na  
19 situação dessas trabalhadoras e trabalhadores, no que está acontecendo, porque as empresas  
20 terceirizadas estão realizando essas demissões, e no que a Unicamp, enquanto universidade  
21 pública, que tem uma responsabilidade para com a sociedade, poderia fazer por essas pessoas  
22 que estão passando por essas dificuldades, no momento da pandemia, para agravar ainda mais  
23 a situação. Outra questão é um pedido para que a professora Eliana comente um pouco sobre  
24 o projeto de renovação curricular, o RenovaGrad, que pretende renovar o currículo dos cursos  
25 de graduação com inovação e modernização, com base em um ensino híbrido. Alguns  
26 estudantes estão perguntando como isso vai acontecer, se a Unicamp pretende trabalhar  
27 remotamente, mesmo quando voltarem as atividades presenciais, se os cursos serão  
28 modificados para ter sempre algum componente à distância, porque muitos estudantes se  
29 preocupam com as condições de acesso, que ainda não são as melhores, e isso causa esses  
30 questionamentos. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE CARVALHO diz que esta é também é  
31 sua última reunião do Conselho, depois de seis anos como diretor da Faculdade de Ciências  
32 Farmacêuticas, sendo os dois primeiros como diretor *pro tempore*. Foi um período intenso e  
33 de muito aprendizado pela interação com todos os participantes deste Conselho. Teve o  
34 privilégio de participar de reuniões importantes, como as que criaram as cotas étnico-raciais,  
35 inclusive nos colégios, e do vestibular indígena, assim como a da criação da Diretoria  
36 Executiva dos Direitos Humanos e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Foram momentos de  
37 muito orgulho para ele e para a Unicamp. Agradece aos diretores, os atuais e os anteriores, pela  
38 amizade. Conviveu com até três diretores das unidades nesses seis anos. Agradece muito às  
39 bancadas de representantes discentes, docentes e de servidores técnico-administrativos, com  
40 quem aprendeu muito. Agradece aos dois Reitores, professor Tadeu e professor Marcelo, por

1 todo o apoio que está possibilitando a implantação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas,  
2 que é uma unidade ainda nova e que precisa ainda muito do apoio da Administração Superior.  
3 Agradece aos pró-reitores, às chefias de gabinete das duas administrações; aos procuradores e  
4 ao pessoal da Secretaria Geral; ao pessoal do som, da Comunicação e Informática; e  
5 especialmente ao pessoal que cuidava dos almoços e do café nas reuniões presenciais. As  
6 reuniões presenciais do Consu, CAD e Cepe sempre foram divididas em duas partes: antes e  
7 depois da entrada da senhora Lígia e seus meninos, os participantes mais ansiosamente  
8 aguardados nas reuniões. Pede desculpas por alguns pronunciamentos excessivamente  
9 exaltados. E, finalmente, deseja a todos deste Conselho muita sabedoria, serenidade, clareza  
10 para o enfrentamento dos enormes desafios que a Universidade tem pela frente. Manda um  
11 grande abraço a todos. A Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA diz que vai retomar  
12 brevemente a carta enviada pelos representantes docentes nível MS-3 ao conjunto de  
13 professores dessa categoria. Acha que os pontos mais importantes foram colocados aqui, existe  
14 uma demanda pela discussão desses pontos da valorização docente. Para além dessa  
15 comunicação direta dos representantes com os representados, acha muito importante trazer essa  
16 discussão para o Consu e para outros colegiados. A discussão da desvinculação da progressão  
17 automática, por exemplo, foi feita anteriormente, mas claramente precisa de um novo olhar,  
18 então que esse olhar venha para os colegiados. Recebeu com satisfação a notícia de que há um  
19 GT que vai discutir a carreira docente nas universidades paulistas, mas é importante que  
20 também haverá um aqui, e ele precisa fazer um diagnóstico que volte para a pauta dos  
21 colegiados mesmo. Assim como a resposta da Universidade aos ataques que têm sido feitos ao  
22 funcionalismo público, à ciência. A universidade pública é atacada de várias formas, ela é  
23 atacada quando se ataca o estado, quando se ataca o funcionalismo público, quando se ataca a  
24 ciência, e estão recebendo esses dois ataques. Espera que as respostas da Universidade a esses  
25 ataques também sejam objeto de discussão no Consu, nos colegiados. Recebem as resoluções  
26 sobre isso, sobre essa resposta, mas sente um déficit de discussão nos colegiados. Devem  
27 valorizar os colegiados como espaços de discussão, de criação de consenso e eventuais disputas  
28 políticas também. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE agradece o convívio  
29 com os professores André e João Ernesto, cada um por uma razão, e deseja boa sorte para o  
30 professor André na nova fase. A Unicamp perde, mas a UFABC ganha bastante. Registra o  
31 trabalho muito intenso da força-tarefa da Unicamp contra a Covid-19. Todos os envolvidos  
32 estão fazendo um trabalho muito grande, mas cita o trabalho hercúleo que os professores do IB  
33 estão realizando, Alessandro Farias, André Freitas, Marcelo Mori, não vai citar todos, mas só  
34 para fazer um reconhecimento desse trabalho belíssimo que eles estão fazendo, permitindo que  
35 haja capacidade mais ampla de testagem na região de Campinas. Lembra também que há  
36 muitos pós-graduandos que têm feito trabalho voluntário para a força-tarefa, tem sido uma  
37 experiência muito rica, e acha que isso faz parte do espírito público da Unicamp que terão de  
38 valorizar bastante ainda, não só agora, mas no futuro. O segundo ponto, a professora Adriana  
39 já comentou a carta dos colegas, Erich, Luis Fernando e Lázaro, acha muito importante esse  
40 balanço que foi feito. Pede novamente desculpas ao professor Luis Fernando, pela colocação

1 do adjetivo “desastrosa” no lugar errado, foi leitura apressada sua. Eles abriram uma questão  
2 fundamental, que é como a Universidade reage às pressões externas, o que ela imagina que  
3 pode fazer do ponto de vista interno, já que uma parte não controla. Acha que esse é um debate  
4 que tem contorno evidentemente técnico de pensar as disposições que podem seguir, e um  
5 componente também político, de como fazer essa disputa e esse enfrentamento. Isso passou  
6 pela questão da desvinculação da livre-docência com a progressão na carreira, mas existem  
7 muitos outros pontos em que precisam de acúmulo, e um deles é a maneira pela qual a  
8 Universidade às vezes antecipa algumas medidas que estão sendo forçadas pelas pressões  
9 externas. Entende as razões disso, acha que em muitas delas é inevitável, mas para lembrar que  
10 há muitas outras universidades que têm algumas interpretações distintas sobre algumas dessas  
11 pressões. Para falar aqui de um caso específico, que foi a lei federal que suspendeu concursos,  
12 progressões, novos gastos, mas que não foi aplicado a quem já estava na última fase da  
13 progressão da carreira. Há colegas aí que vão ficar um ano e meio sem a progressão por faltar  
14 o parecer de uma reunião. Isso vai ser disputado juridicamente, muito provavelmente. Acha  
15 que é um ponto sobre o qual precisam pensar um pouco melhor e que, no fundo, oculta a  
16 questão da forma de financiamento da universidade. É sobre isso que possuem bastante coisa  
17 para falar daqui para frente, mas saúda os colegas que fizeram a carta e que abrem esse  
18 problema, que é o que tentaram colocar aqui em diversos outros momentos, e espera que  
19 consigam encontrar novas formas de diálogo. Já foi comentada pela conselheira Patrícia a  
20 questão da terceirização. Pergunta se houve demissões, quantas foram, o que está acontecendo  
21 e se a Universidade pode fazer algo para controlar isso. Esse tema tem relação com sua  
22 pesquisa, e há muitas décadas já tem sido demonstrado que a terceirização trabalha em um  
23 registro de descartabilidade do trabalho humano, que agora ficou mais patente neste momento.  
24 Sabe que a Universidade não pode tomar medidas que são externas ao contrato, ela está  
25 amarrada em alguns casos, mas acha importante entender que é neste momento que o princípio  
26 que estava sendo destacado lá atrás, que é a questão do corte de gastos da eficiência que a  
27 terceirização porventura provocasse, às vezes isso é até duvidoso, ela mostra uma face bastante  
28 desumana no momento. Então pergunta se isso está acontecendo mesmo, qual é o grau dessas  
29 demissões, e se podem contribuir com algo para tentar evitar. O Conselheiro LUIS  
30 FERNANDO MERCIER FRANCO, respondendo ao professor Sávio, diz que sem problemas,  
31 é normal que essas confusões aconteçam. Agradece ao professor Marcelo pela criação do GT  
32 do Cruesp, que acha que vai ser uma oportunidade interessante de ver as três universidades  
33 paulistas discutirem esse tema da carreira docente que, obviamente, é de interesse das três  
34 instituições. Sobre o GT interno, observa que é importante que ele tenha vozes principalmente  
35 desses novos docentes, para tentar captar um pouco a percepção que eles têm de qual o futuro  
36 da Universidade, como eles veem isso neste momento. Sobre o texto apresentado para o  
37 RDIDP, acha que vai muito ao encontro do que ele e os professores Erich e Lázaro  
38 manifestaram naquelas reflexões, e que estão sendo endossadas por bastante gente, mais de  
39 250 pessoas até agora, e pelas falas aqui também no Consu. Ela aponta para o futuro, não é  
40 uma questão de varejo, não é uma questão de ficar examinando um ponto ou outro, mas de

1 repensar a carreira como um todo para o futuro. Talvez o que sintam falta nesse documento é  
2 que se de um ponto de vista ele cumpre um papel de resolver um problema de natureza  
3 administrativa, e que é louvável que deve ser enfrentado, porque, de fato, coisas aqui e ali ficam  
4 confusas, se pertencem ou não pertencem ao RDIDP, ele deixa a desejar um pouco, suscita nos  
5 docentes a esperança de que seja uma oportunidade de discutir também do ponto de vista  
6 estratégico o que é a carreira docente e o que é o RDIDP. Acha que a preferência pelo RDIDP  
7 cumpre um papel fundamental também no desenho da carreira do docente. Uma possível  
8 flexibilização do RDIDP para também atender a diversidade de atividades que existem dentro  
9 da Universidade nas áreas, e que respondem a demandas bastante difusas da sociedade, e tanto  
10 de questões do setor produtivo, quanto de cultura e questões sociais a que os docentes são  
11 chamados muitas vezes a colaborar, até para entender essas realidades, acha que a  
12 flexibilização da RDIDP vem em boa hora e é uma discussão que deve ser enfrentada. E não  
13 só do ponto de vista administrativo, da correção de problemas e de criação de mecanismos  
14 institucionais de controle, mas também poderia ser uma oportunidade mais estratégica de  
15 desenhar o RDIDP pensando no futuro da Universidade e da carreira docente. De fato,  
16 promessas populistas não resolverão o problema; simplesmente dar progressão e fazer  
17 contratação não resolve o problema estrutural da carreira docente, e precisam discutir isso. O  
18 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA deixa um abraço para os  
19 professores André e João Ernesto, aos quais agradece pela convivência e pelo aprendizado.  
20 Sobre a necessidade de a Universidade discutir mais, reagir, acha que devem pensar mais em  
21 uma questão muito presente na Universidade que é o elemento da competição, mas acha que  
22 ficam fragilizados quando não conseguem trabalhar enquanto uma comunidade. A resposta  
23 tem de vir também enquanto capacidade de restabelecer um histórico, um conceito importante  
24 que trouxe a Universidade até aqui, que é o de construir uma comunidade que consiga defender  
25 a universidade pública e, obviamente, não é uma comunidade para se proteger, mas é para  
26 conectar a universidade pública com a sociedade, para trazer essa aproximação mais forte,  
27 porque é isso que lhes resta, já que a lógica é da desconstrução. Reforça uma questão  
28 importante que a conselheira Patrícia colocou, inclusive viram na semana passada algumas  
29 manifestações na frente da Reitoria de trabalhadores terceirizados que perderam o seu emprego  
30 e que não receberam os seus direitos. De alguma forma, existe uma corresponsabilidade da  
31 Unicamp com a contratação, porque são empresas que têm um contrato com a Universidade,  
32 que repassa o recurso para a empresa, a empresa tem, da parte desse recurso, de tirar os seus  
33 custos, inclusive o pagamento dos trabalhadores, mas pegou o dinheiro e não pagou os  
34 trabalhadores. É isso que está posto dessa empresa de terceirização, de segurança inclusive,  
35 com argumento de que tinha decretado a falência. E as demissões também estão ocorrendo nas  
36 áreas de limpeza. É muito triste neste momento de pandemia ver dentro da Universidade  
37 trabalhadores que perderam a sua condição de sobrevivência, porque perderam a renda, e a  
38 última coisa que eles teriam seriam os direitos trabalhistas, que estão sendo negados neste  
39 momento em que precisam desse dinheiro para garantir uma transição do seu sustento. Seria  
40 importante que a Universidade respondesse a isso, porque viu a manifestação em que os

1 trabalhadores procuravam interlocução, e não conseguiram a interlocução nem com a empresa,  
2 nem com a Universidade. Pode ser que esteja enganado e já tenha havido essa interlocução e o  
3 problema resolvido, e ficará muito feliz se isso aconteceu. Mas, se não aconteceu, seria bom  
4 verificar isso, porque precisam ter, pelo menos na Universidade, um outro tratamento em  
5 relação a essa problemática. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que é  
6 membro do Centro Acadêmico de Ciências Humanas e lhe foi solicitada a leitura de uma uma  
7 carta aberta em relação a esse tema dos trabalhadores terceirizados: “Carta aberta ao Conselho  
8 Universitário. Prezados conselheiras e conselheiros universitários, trago nesta carta anônima  
9 uma denúncia de grave situação em nossa Universidade, que aflige a dignidade humana e vai  
10 em absoluto contrassenso com as medidas tomadas acertadamente pela Administração Central  
11 frente a pandemia. Trato aqui da situação das funcionárias terceirizadas da limpeza, que chega  
12 por relato até nós que tem sofrido com violações de seus direitos de sua condição humana no  
13 contexto da pandemia. Com a suspensão das atividades presenciais da Unicamp, a empresa  
14 Alternativa, responsável pela prestação de serviços de limpeza, incorreu em massivas  
15 demissões, deixando famílias inteiras desamparadas. As funcionárias que seguiram  
16 trabalhando encontram-se em clima de pânico e insegurança diante da possibilidade de serem  
17 também mandadas à rua, e tem sido generalizadas a ansiedade e a depressão e a necessidade  
18 de apoio psíquico. Não bastassem as demissões e a precária saúde mental, agrava-se a situação  
19 uma vez que, mesmo para as funcionárias que seguiram trabalhando, foi relatado que não houve  
20 oferecimento de máscaras pela empresa para garantir a segurança no trabalho, tendo elas que  
21 desembolsar recursos próprios para se protegerem. A situação das funcionárias terceirizadas  
22 da vigilância e de segurança, contratadas pela empresa Strategic, também encontra relatos  
23 semelhantes. Não apenas as massivas demissões estão afetando os trabalhadores, como muitos  
24 não têm recebido os direitos mínimos advindos dessas demissões, como salário no último mês  
25 trabalhado, nem a rescisão contratual. A situação atinge o ápice de funcionários demitidos  
26 terem que, em plena pandemia, realizar um protesto em frente à Reitoria da Unicamp, no último  
27 dia 27 de julho, exigindo que esta cobre responsabilidade das empresas que, inclusive, são do  
28 mesmo grupo. Diante do exposto, e considerando: 1) o princípio desta Universidade ao respeito  
29 da dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, transcrevendo o tratamento desigual,  
30 por preconceito de qualquer natureza; 2) o princípio desta Universidade da valorização do ser  
31 humano; 3) a iminência de um novo edital de contratação do serviço de limpeza da Unicamp;  
32 4) a responsabilidade da Universidade de fiscalizar as empresas prestadoras de serviços;  
33 exigimos que a Administração Central preste esclarecimentos diante do supracitado, regularize  
34 a situação frente às empresas terceirizadas, assim como tome medidas cabíveis para o amparo  
35 às funcionárias e funcionários demitidos. Muitos desses encontram-se sem condições de pôr  
36 comida na mesa de suas casas. É cabível também a ampliação da infraestrutura do Serviço de  
37 Assistência Psicológica e Psiquiátrica ao Estudante para trabalhadores terceirizados,  
38 especialmente no atual contexto da pandemia. Por fim, não é a primeira nem a última vez que  
39 denúncias desse tipo vêm à tona em relação a essas empresas. Nos últimos anos, reduziu-se  
40 bruscamente o horário de almoço, aumentaram-se os mecanismos de controle das funcionárias,

1 restringiu-se o repouso em espaços públicos, condena-se qualquer contato extraprofissional  
2 com a comunidade universitária, reduziram-se as refeições exclusivamente ao RU. Foram  
3 recorrentes as demissões em massa, entre inúmeros outros problemas, que apenas com a  
4 reformulação do edital de contratação dos serviços podem ser regulados. A terceirização não  
5 pode ser utilizada por esta Universidade para justificar a conveniência de não se responsabilizar  
6 pela exploração e desumanização do trabalhador que a serve”. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
7 GEROMEL deixa o seu abraço de conforto e admiração a todos que estão na linha de frente  
8 como membros da área da Saúde ou como voluntários. Eles têm sido essenciais para minimizar  
9 os efeitos desta pandemia que se abate sobre o país e insiste em não passar. Sem todos eles e  
10 elas, não seria possível manter o país coeso diante das ações indevidas e desagregadoras que o  
11 governo federal insiste em praticar cotidianamente. Espera que todos os que participaram ou  
12 participam desse governo sejam responsabilizados à luz das regras legais vigentes pelos atos  
13 que estão sendo praticados. Como disse à professora Teresa na última terça-feira, muitos PEDs  
14 que participaram e os ajudaram de maneira brilhante neste semestre letivo trabalharam por seis  
15 meses e estão sendo pagos por terem trabalhado apenas cinco. A professora Teresa disse-lhe  
16 que traria uma solução hoje a respeito desse problema, que acha que devem olhar com extremo  
17 cuidado. Também solicita um esforço da Administração para adquirir o maior número de e-  
18 books para o próximo período letivo. Acaba de dar um curso de graduação à distância, aliás  
19 pela primeira vez, e acha que uma das questões essenciais é que os alunos devem ter acesso a  
20 bibliografia através, por exemplo, desse material e-book, porque não será possível a presença  
21 física na biblioteca. Parabeniza a Reitoria pela implantação da ajuda aos mais pobres, através  
22 das doações de cestas básicas, mas salienta que, como vem falando há bastante tempo, precisam  
23 ir além, ajudar os mais pobres a ingressar na Unicamp e nos colégios técnicos, por meio dos  
24 sistemas de pontos e de cotas. Precisam alterar as regras dos vestibulares, pois não podem  
25 continuar concedendo bolsas ou cotas a alunos oriundos de famílias de alta renda. O  
26 Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que é muito importante o que o professor  
27 Geromel comentou sobre a questão dos PEDs, e pensando no semestre seguinte também. Outra  
28 questão é que a Universidade deveria se manifestar publicamente sobre todos os ataques e  
29 destruição do bioma, do meio ambiente, promovidos pelo próprio Ministério do Meio  
30 Ambiente, que deveria proteger as riquezas do país, não apenas as materiais como as imateriais.  
31 Precisam ter um posicionamento forte, porque isso causa impacto, não só ambiental, mas  
32 econômico e científico para toda a sociedade, e principalmente as perdas de vidas, de  
33 lideranças, de comunidades, que têm sido assassinados por grileiros e várias situações que estão  
34 ocorrendo em outros espaços. Outra questão é sobre um movimento feito pela APG Central, e  
35 depois também houve a nota da Faculdade de Educação sobre o Fundeb, que é muito  
36 importante que seja aprovado, pensando na educação pública de qualidade para todas as  
37 crianças, para todos os adultos nas modalidades de educação básica e EJA. A Unicamp deveria  
38 estar mais publicamente nesse apoio, nessa visibilidade. Solicita que a PRPG comente a  
39 Resolução GR-80/2020, do dia 28.07, em que a Reitoria aborda a continuidade das pesquisas  
40 e o desenvolvimento no uso dos laboratórios nos centros e nos núcleos. Ficou uma dúvida de

1 alguns estudantes sobre a questão do termo de responsabilidade; pesquisou em outras  
2 resoluções mas elas também não tratam diretamente desse termo. Solicita esclarecimento sobre  
3 que tipo de termo seria e quais responsabilidades, pensando que seguem o segundo semestre  
4 em uma situação atípica ainda com a questão da pandemia, com todos os cuidados necessários.  
5 O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA cumprimenta os professores André Pasti e  
6 João Ernesto, com os quais conviveu por pouco tempo, por ser recente no Consu, mas já pôde  
7 perceber, nesse pouco tempo, o compromisso deles com a defesa da Universidade e das pautas  
8 progressistas. Deseja ao professor André boa sorte na nova empreitada, nos novos desafios.  
9 Solicita da Reitoria, como já foi feito, um esclarecimento sobre essas informações que têm  
10 circulado a respeito das demissões e, mais do que isso, do não cumprimento de direitos  
11 trabalhistas, não pagamento de indenização no caso dos terceirizados. Se por um lado a  
12 demissão, que já é uma coisa grave neste momento, é uma atribuição da empresa, parece-lhe  
13 que no caso da inobservância das normas trabalhistas a Universidade também pode ser  
14 responsabilizada. Tem certeza de que a Reitoria também deve estar preocupada com isso, mas  
15 seria importante ouvir um pouco a posição da própria Universidade, até para terem subsídios  
16 para conversar sobre isso nas unidades de maneira mais rigorosa. Ficou se perguntando  
17 também se o aumento da violência, dos furtos, não poderia estar associado com essas  
18 demissões, no caso particular da empresa de segurança. Solicita esclarecimento sobre isso,  
19 como forma de subsídio. Outro tema, que o conselheiro Robson mencionou há pouco, é a  
20 aprovação na Câmara dos Deputados do Fundeb, no último dia 21 de julho. O Fundo de  
21 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da  
22 Educação foi aprovado em uma Emenda Constitucional, número 15, passando então de um  
23 fundo provisório para um fundo permanente. A forma como ele foi aprovado na Câmara dos  
24 Deputados, apesar dos problemas, trouxe alguns avanços importantes, como, por exemplo, a  
25 introdução do custo aluno-qualidade como um dos critérios. Agora esse projeto foi para o  
26 Senado, e o risco é de que ali ele sofra alguns retrocessos. Por exemplo, a perda do custo aluno-  
27 qualidade, a volta daquela proposta – que acha que foi originalmente apresentada pelo Paulo  
28 Guedes – da inclusão dos vouchers, que é uma forma de transferir recursos para as escolas  
29 privadas, a questão também da retribuição ao mérito, uma série de riscos que o projeto pode  
30 sofrer no Senado. Por isso pensou em trazer esse tema aqui. A Faculdade de Educação fez uma  
31 nota em defesa desse projeto, que está disponível no site, mas lembra a importância do tema  
32 financiamento da educação básica, que é do interesse de todos, e sugere que ele seja discutido  
33 e talvez até derive dessa discussão alguma mobilização no sentido de fortalecer essa luta para  
34 que ele seja aprovado, no mínimo, da forma como ele foi na Câmara dos Deputados. Se houver  
35 alguma alteração significativa no Senado, ele volta para a Câmara, e então o processo pode ser  
36 mais complicado ainda. Então, no limite, seria interessante que ele fosse aprovado do jeito que  
37 está, pelo menos para que garantissem esses avanços que já foram assegurados na Câmara. O  
38 Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO informa que foi assinado convênio entre a Unicamp  
39 e a Secretaria de Estado de Saúde para a gestão do Hospital Estadual de Sumaré, algo  
40 extremamente importante para o treinamento de profissionais na área da Saúde, importante



1 para a Faculdade de Ciências Médicas, para as outras unidades também que atuam na área da  
2 Saúde. E como o senhor Reitor sempre tem destacado, essas unidades têm de ser  
3 autossuficientes financeiramente, o convênio que as financia tem de ser suficiente e isso tem  
4 de ser objetivo, uma meta que precisa ser mantida e conquistada por todos. Outro ponto é que  
5 na última reunião do Consu o professor Erich citou que aconteceria um Webinar relacionado  
6 ao financiamento das instituições públicas de saúde, uma tentativa de buscar referenciais para  
7 a construção e alternativas de soluções na Unicamp. De fato, aconteceu entre 15 e 18 de julho  
8 e dele participaram o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Hospital de  
9 Clínicas de Ribeirão Preto, que também é da USP; o Incor, que é da USP, um órgão do Hospital  
10 de Clínicas de São Paulo; o HC, ligado à Unesp, que fica em Botucatu; o Hospital de Base, que  
11 é da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, que é uma faculdade pública, uma  
12 autarquia; e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é ligado à Universidade Federal do  
13 Rio Grande do Sul. Apesar de ter dito Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP,  
14 uma característica de todos esses hospitais é que nenhum deles está ligado à universidade ou  
15 faculdade de Medicina, eles são independentes. O hospital da USP, de São Paulo, hospital de  
16 Ribeirão Preto, o HC de Botucatu, aí USP e Unesp são autarquias; o Incor é um órgão de uma  
17 autarquia, que é um hospital; o Hospital de São José do Rio Preto ligado a Faculdade de  
18 Medicina de São José do Rio Preto, que é pública, estadual pública, é uma fundação, então é  
19 uma entidade sem fins lucrativos de direito privado; e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre  
20 é uma empresa pública, ou seja, a pessoa jurídica deles varia nesse sentido. Todos esses  
21 hospitais apresentaram alguma expansão importante nos últimos 20 anos, com destaque para o  
22 Hospital de Clínicas de Botucatu e Hospital de Base de São José do Rio Preto. Se alguém  
23 conhece ou conheceu o Hospital de Botucatu 20 anos atrás e passar lá hoje, ou quem conheceu  
24 o Hospital de Base de São José do Rio Preto 20, 30 anos atrás, passar lá hoje, é um ambiente  
25 irreconhecível. Uma característica desses hospitais é que todos têm uma fundação associada,  
26 que dá apoio, fundação essa com o Cebas, que é o Certificação das Entidades Beneficentes de  
27 Assistência Social, que popularmente chamam de título de filantropia. Esse certificado dá  
28 direito à isenção tributária de seis impostos, entre eles o INSS, a parte patronal dos contratos  
29 de trabalho, o que significa 20% do salário. Ou seja, para cada mil reais de salário, paga-se em  
30 torno de 20% da parte patronal do INSS, e essas entidades com o Cebas estão dispensadas  
31 desse imposto. Então uma folha de pagamento, por exemplo, de R\$5 milhões, são R\$1 milhão  
32 de isenção. São isenções públicas, mas os hospitais privados acabam também tendo esse  
33 direito, como, por exemplo, Hospital Albert Einstein, Hospital Sírio-Libanês, e a Unicamp até  
34 o presente momento não conseguiram uma fundação que tivesse esse Cebas. Outra  
35 característica desses hospitais, para o conhecimento de todos, é que todos eles associam  
36 atendimento ao SUS com atendimento a planos e seguro de saúde privados. Há um destaque  
37 com o Incor, no total do orçamento do Instituto do Coração, que é um órgão do HC de São  
38 Paulo, 50% dos seus recursos, do seu financiamento, vem do atendimento privado. No Hospital  
39 de Base de São José do Rio Preto, 28% dos seus recursos vêm do atendimento privado. No  
40 próprio complexo do HC da Faculdade de Medicina da USP, que possui 2.500 leitos, 25% do

1 financiamento vem do atendimento privado. O que é importante nessas apresentações, e  
2 conhece esses hospitais pessoalmente, é que a observância é de que a convivência do  
3 atendimento público e privado, há uma tendência de nivelamento do atendimento por cima, do  
4 público. A maioria das instalações do hospital, UTI, centro cirúrgico, equipamentos de  
5 diagnósticos, são os mesmos para o atendimento público e privado. E esses hospitais, apesar  
6 da crise dos últimos anos, e todos eles reclamam e apontam a crise como muito impactante,  
7 têm projeto de expansão neste contexto. Então, são aspectos que destaca no sentido de apontar  
8 a importância de rever o modelo da Unicamp, para garantir que possam acompanhar,  
9 incorporar tecnologia da área da Saúde, pois hoje estão trabalhando basicamente para  
10 sobreviver. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que vai se referir a  
11 uma situação que está ocorrendo no IFCH que envolve o Departamento de Demografia. Desde  
12 o ano passado, estão discutindo com a Reitoria as condições para adequação do departamento,  
13 a Deliberação Consu-A-029/2012, que se refere aos artigos 85 dos Estatutos e 149 do  
14 Regimento da Unicamp, que estabelece um número mínimo de 10 docentes para a manutenção  
15 dos departamentos. O departamento atingiria o número de 10 docentes em 2018, o que não  
16 ocorreu devido ao contingenciamento e a posterior aposentadoria de um docente. Nas  
17 conversas que tiveram com o professor Gontijo e com o professor Marcelo, propuseram a  
18 manutenção do departamento, a contratação de dois professores e ofereceram, como  
19 contrapartida, a criação de uma nova modalidade do curso de graduação em Ciências Sociais,  
20 denominada População e Políticas Públicas, bem como o início de uma discussão no Instituto  
21 sobre a ampliação das vagas. Ao mesmo tempo, começaram a prospecção para atrair novos  
22 docentes para o departamento, que não gerasse despesas adicionais para a Universidade. Essa  
23 modalidade que estavam propondo no curso de graduação é extremamente inovadora, ela se  
24 localiza no âmbito das Ciências Sociais aplicadas, e não tem congêneres em nível nacional.  
25 Acreditam que ela contribuiria enormemente para a diversificação e atualização das  
26 possibilidades profissionais dos egressos. Concomitantemente a isso, iniciaram um processo  
27 de recertificação do IFCH, que permitiu construir uma proposta de reorganização da unidade  
28 que resolvia problemas antigos, racionalizava a estrutura e permitia uma redução importante  
29 do número de gratificações, algumas imediatamente, outras em médio prazo. Na última  
30 conversa que fizeram com a PRDU, acertaram os detalhes e a PRDU questionou a permanência  
31 do Departamento de Demografia no organograma do Instituto. O que argumentaram na ocasião  
32 é que a criação e a extinção de departamentos são processos independentes da recertificação, e  
33 que decisões a respeito são de ordem política acadêmica, e não de política administrativa.  
34 Acreditavam que havia um acordo quanto a isso, mas foram surpreendidos no final de semana  
35 passado pela proposta encaminhada pela PRDU para a próxima reunião da CVND, na qual  
36 sugere a extinção do departamento. A sugestão de extinção do departamento ocorre sem que  
37 tenham tido a possibilidade, devido à pandemia, de discutir de maneira mais detida a proposta  
38 que encaminharam para a Reitoria, de criação de uma nova modalidade no curso de graduação  
39 em Ciências Sociais. Ela também ocorre em um contexto da lei complementar 173 de 2020, a  
40 qual veda contratações. Reafirma que a manutenção ou não do Departamento de Demografia

1 é uma decisão de ordem estritamente acadêmica, e deveria levar em conta não apenas a  
2 proposta que encaminharam, que até o momento não ocorreu, como também a especificidade  
3 desse departamento, que se distingue, por área de conhecimento e vocação, dos demais  
4 departamentos do Instituto. Por essa razão, aproveita a oportunidade para solicitar que neste  
5 contexto, marcado pela excepcionalidade provocada pela pandemia e por uma legislação  
6 federal que impõe fortes constrangimentos à Universidade, que a Reitoria retire da proposta  
7 encaminhada à CVND a sugestão de extinção do departamento, para que possam continuar a  
8 discussão em bases acadêmicas e tomar uma decisão definitiva, de maneira calma, tranquila,  
9 mas analisando todas as possibilidades que estariam colocadas para o IFCH. O Conselheiro  
10 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz, sobre essa discussão do RDIDP, que entende a  
11 necessidade das discussões e adequações, principalmente na parte de atividades simultâneas e  
12 de uma normatização em relação aos cursos de extensão, por exemplo consultoria, serviços de  
13 terceiros etc. No entanto, possui uma preocupação muito grande em relação a como está  
14 colocada hoje a redação de atividades simultâneas, ela tem uma mistura muito grande de  
15 atividades, que são ditas atividades-fim da Universidade e da carreira docente e atividades que  
16 poderiam ser classificadas como simultâneas à atividade docente. Então, é claro que as  
17 atividades de extensão, consultoria, serviço de terceiros podem ser classificadas como  
18 atividade simultânea, mas atividade de pesquisa não deveria. Sugere que convênios de pesquisa  
19 sejam tratados como atividade-fim, e não seja colocado nesse rol de atividades simultâneas.  
20 Muitos convênios têm fins específicos de pesquisa, como os convênios com a Aneel, ANP, Lei  
21 de Informática, Embrapii, fundos setoriais, programas prioritários, até doutorado com duplo  
22 diploma vai exigir um convênio com a Universidade. Todos eles exigem convênios e seria  
23 importante colocá-los como atividade-fim, pois são pesquisa. Isso sem contar, por exemplo, os  
24 centros de pesquisa em engenharia, com a Fapesp, em que há uma participação de uma  
25 empresa. A Fapesp entra com uma parte, a empresa entra com outra parte. Neste caso, por si  
26 só, a participação de um docente nesse centro já tem uma certa exigência de dedicação por um  
27 número de horas semanais. Então, quando for atividade de pesquisa nesses convênios, sugere  
28 que eles sejam tratados como atividade-fim e não sejam contabilizados. Ao mesmo tempo,  
29 entende a necessidade de se controlar a dedicação a curso de extensão *lato sensu*, consultoria,  
30 serviço de terceiros etc., e dado o quanto isso levantou de discussões nas reuniões realizadas  
31 com a representação docente, com diretores etc., sugere, se possível, que esse assunto como  
32 um todo na carreira RDIDP possa ser discutido com mais profundidade e que não seja ainda  
33 trazido no próximo Consu, que se tenha mais tempo de se fazer isso. Deixa então registrada  
34 essa preocupação de terem uma discussão mais aprofundada, principalmente dado esse grande  
35 impacto que poderia ter para a Universidade colocar a atividade simultânea classificando  
36 dentro dela convênios de pesquisa. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES  
37 FILHO diz que traz um assunto de interesse de toda a Universidade, com relação à pandemia  
38 e suas consequências. Viram vários levantamentos feitos em âmbito internacional de como as  
39 universidades reagiram à pandemia, e vale compartilhar alguns dados interessantes. Apenas  
40 7% de 440 universidades de todo o mundo não deram continuidade às atividades não

1 presenciais, ou seja, a grande maioria, 93% das universidades, prosseguiu a seu modo com  
2 atividades não presenciais, e valeria a pena olharem para os efeitos para poder melhorar. Há  
3 uma pesquisa em andamento, conduzida pela Administração, e pergunta do resultado dessa  
4 pesquisa, para poderem juntar com outros resultados e poder fazer uma análise agregada. Mas  
5 outras coisas que aparecem nesses levantamentos, inclusive em um texto da “Nature” de um  
6 mês atrás, é um tema que se junta a essa manifestação dos chamados jovens docentes, de início  
7 de carreira, é que a pandemia acabou trazendo um êxodo, principalmente atingindo jovens  
8 docentes em várias universidades do mundo. Aqui imagina que seja uma coisa diferente,  
9 porque não possuem um mercado de trabalho tão aberto e tão extenso para mestres e doutores,  
10 principalmente para doutores, então não vê muito. Mas a questão do êxodo se coloca também  
11 aqui e se junta uma outra questão, que é a própria crise financeira que estão vivendo, que de  
12 certa forma coloca uma dificuldade de promoção. Não está se referindo só a promoção de  
13 carreira, mas à promoção das condições de carreira, as condições do trabalho dentro de uma  
14 carreira. Na mesma pesquisa que fez o levantamento dessas 440 universidades, foi  
15 demonstrado que 48% delas, quase a metade, teve apoio do governo, mas só 13% é de apoio  
16 financeiro. Certamente vão enfrentar a mesma coisa aqui. Juntando esses assuntos com a  
17 questão da revisão do RDIDP, a iniciativa de ter um GT das três universidades parece-lhe muito  
18 boa, e colocaria a necessidade, nesta revisão, de garantir que tenham dentro do regime as regras  
19 necessárias para manter o regime de dedicação integral de ciência e pesquisa, mas que se  
20 estimule a captação de recursos em diversas frentes, pois essa é a tendência em âmbito global  
21 em todas as universidades, inclusive as públicas. Fazer essa ampliação de captação de recursos  
22 de um ponto de vista institucional, ou seja, como uma política dentro da Universidade, que não  
23 só pode aumentar a captação de recursos, mas também redistribuí-los e torná-los mais  
24 equitativos entre as diferentes áreas do conhecimento. Outro assunto que aparece nesses  
25 levantamentos é justamente ligado aos jovens docentes é a permanência docente, emprestando  
26 um termo que se usa muito na Universidade em relação aos estudantes. Precisam revisar a  
27 carreira nesse sentido de permanência, com vistas a estímulos, que se olhe para frente, que se  
28 encontre estímulos para ficar. Então, o tema da revisão da RDIDP é central e vem junto com o  
29 tema do enfrentamento da crise financeira. O professor Zeferino acabou de colocar um assunto  
30 extremamente importante para o futuro da universidade, sobre a área da Saúde, atendimento  
31 em saúde, olhando para o futuro, com a crise que estão passando, financeira, política; o  
32 professor Marcelo mencionou também a reforma administrativa que possivelmente ocorra no  
33 Estado de São Paulo. Precisam neste semestre começar um trabalho de convergência, para  
34 saber como vão enfrentar conjuntamente todos esses movimentos da crise financeira, a questão  
35 da reforma administrativa, reforma tributária, um conjunto de elementos que trazem um desafio  
36 muito grande, para o qual precisam estar razoavelmente munidos. Possuem algum tempo para  
37 trabalhar isso, é melhor não esperar que as coisas aconteçam já no ano que vem, então fica aqui  
38 um apelo para que busquem essas soluções, discutam no âmbito estratégico e procurem alguma  
39 convergência sobre esses assuntos para poder enfrentar a situação. O Conselheiro PAULO  
40 ADRIANO RONQUI agradece aos conselheiros André Pasti e João Ernesto, que se despedem

1 hoje, pelas contribuições ao Consu. Sua manifestação é sobre o falecimento do maestro Benito  
2 Juarez, ocorrido ontem na cidade de São Paulo. Professor Benito foi o primeiro professor  
3 contratado pelo Magnífico Reitor Zeferino Vaz na área das Artes, em 1970, para o coral  
4 universitário. Foi um dos fundadores do curso de Música e, conseqüentemente, do Instituto de  
5 Artes, a partir de 1971. Também foi um defensor da abertura do curso de Música Popular em  
6 1989, que se tornou o primeiro na América Latina e foi modelo para muitos outros cursos de  
7 importantes universidades brasileiras. Então, de forma bem singela, faz memória a esse  
8 importante e aguerrido professor do IA, que faleceu na data de ontem. O Conselheiro ANDRÉ  
9 MARTINS BIANCARELLI soma-se aos agradecimentos e cumprimentos aos colegas que se  
10 despedem hoje do Consu, e também subscreve algumas falas a respeito não só da necessidade  
11 de discutir o RDIDP e a própria carreira docente, as dificuldades de promoção, mas também  
12 que essa discussão deva ser feita no âmbito da crise financeira. Nenhuma questão importante  
13 da Universidade pode deixar de ser discutida no contexto do futuro do seu financiamento. Em  
14 seguida, registra a ocorrência lamentável de invasões cibernéticas a eventos virtuais do  
15 Instituto de Economia nesses últimos tempos, como tem infelizmente acontecido em outras  
16 unidades da Unicamp e em outras universidades. No caso do IE, foram quatro vezes em que as  
17 salas virtuais foram invadidas, não por acaso em três delas em discussões com a temática racial.  
18 Citando explicitamente: “O Pensamento Político Negro do Brasil”; “Subdesenvolvimento e  
19 Igualdades Raciais”; e, na quinta-feira passada, “A História Global da Escravidão e do  
20 Capitalismo”. No outro evento invadido, a vinculação ideológica e partidária do palestrante era  
21 o alvo da fúria dos invasores. Em todos esses casos havia convidados externos expondo e  
22 tiveram suas falas interrompidas de maneira agressiva, com sons e imagens de conteúdo  
23 ideológico, político, eleitoral, até pornográfico, e outros tipos de manifestação lamentável.  
24 Possuem recomendações de natureza tecnológica para evitar esses eventos, e têm reforçado  
25 isso, como, por exemplo, usar a plataforma Zoom de maneira mais fechada, transmitir pelo  
26 Youtube etc. Mas sua manifestação aqui é de natureza política. O Instituto emitiu uma nota de  
27 repúdio e entrará em contato com a Diretoria Executiva de Direitos Humanos e outros órgãos  
28 da Unicamp, inclusive para obter informações sobre iniciativas e ideias para evitar e denunciar  
29 esse tipo de ataque. Isso é importante, não só pelo que já ocorreu, mas também pelas  
30 perspectivas de continuarem por algum tempo com aulas e, mais ainda, com atividades de  
31 seminários e discussões de maneira remota. Sabem que essas atitudes revelam um desprezo  
32 pelo debate, pelo conhecimento, mas nesse caso do IE revelam algo ainda mais grave, que é o  
33 racismo e o totalitarismo, que infelizmente têm muito espaço na sociedade brasileira hoje.  
34 Outro assunto também é uma questão que imediatamente envolve o IE mas que pode estar  
35 gerando dúvidas também em outras unidades, que é um pedido de maior esclarecimento  
36 relativo à mudança recentemente aprovada no Consu sobre os professores colaboradores e a  
37 criação da figura do pesquisador visitante. Das discussões antes e durante o último Consu ficou  
38 claro para ele a diferença entre os dois, mas algumas coisas ainda lhe parecem um pouco  
39 obscuras e necessitam de diretrizes mais claras. Particularmente no IE, não sabe como proceder  
40 com docentes que são aposentados e que já são cadastrados como colaboradores e que

1 participam ou vão participar de convênios de pesquisa intermediados pela Funcamp. A mesma  
2 coisa em relação a alguns docentes aposentados que dão aula em curso de extensão. Sabe que  
3 a Extecamp se manifestou sobre isso, mas parece que a manifestação é provisória. Sua dúvida  
4 é precisamente se devem trocar o status desses professores específicos para pesquisador  
5 visitante e, nesse caso, devem seguir os trâmites previstos na deliberação aprovada no último  
6 Consu, o que deverá levar algum tempo para tramitar, porque ela passa por várias câmaras. E  
7 se a pessoa deve continuar como professor colaborador e, além disso, ser pesquisador visitante,  
8 ou se devem interromper as atividades de quem já está recebendo e esperar o processo ser  
9 concluído. Em suma, estão sentindo falta de algo que foi comentado na discussão, que era uma  
10 espécie de tutorial, algum manual de procedimentos, como lidar em cada caso. O MAGNÍFICO  
11 REITOR diz que o professor Munir vai explicar, mas justamente essa categoria foi criada para  
12 evitar problemas para essas pessoas, porque professor visitante segue a lei do voluntariado e  
13 não pode receber recursos. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que  
14 seu primeiro ponto se refere às reflexões sobre como modernizar o RDIDP; apoia as falas dos  
15 professores Anderson e Sérgio e também considera que isso levará mais tempo do que o  
16 próximo Consu, para ter uma posição mais sólida, mais consolidada, principalmente porque  
17 não sabem qual será o futuro pós Covid-19, mas já antes da Covid-19 sabem que precisariam  
18 levar em consideração que o mundo exige colaboração ampla. A segunda observação refere-  
19 se à solicitação da Academia Brasileira de Ciências para que todos apoiem um projeto de lei  
20 que está no Senado para impedir o contingenciamento, de forma permanente, do Fundo  
21 Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FNDCT. Pedirá à Secretaria Geral  
22 que passe o link aos membros do Consu, para mais ampla divulgação, porque é chocante que  
23 um projeto de lei que está propondo que o financiamento à pesquisa do FNDCT não seja  
24 contingenciado, e está em consulta pública no Senado Federal, tenha menos de cinco mil  
25 apoiadores, quando deveria ter um apoio maciço da população brasileira. Não entende de leis,  
26 mas entende suficientemente de ciência e confia na Academia Brasileira de Ciência como uma  
27 das defensoras da ciência no Brasil. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA  
28 MEIRELLES agradece por ter compartilhado este espaço com o professor João Ernesto, no  
29 período em que foi diretor e agora como membro da bancada docente, e deseja a ele uma nova  
30 etapa também de muito êxito em outras atividades na carreira acadêmica. E ao professor André  
31 Pasti, diz que ficou muito feliz de ter compartilhado esse tempo de bancada docente com ele e  
32 deseja muito boa sorte na nova etapa de sua carreira acadêmica. Têm discutido muito as  
33 dificuldades orçamentárias e isso, de alguma forma, tem uma relação também com a carta dos  
34 docentes nível MS-3 ou com essa questão que conversaram ao longo do Consu em mais de um  
35 momento. Imaginam que cerca de 50% do quadro docente hoje foi um quadro que se iniciou  
36 recentemente na Universidade, e chama a atenção para a importância que teve essa renovação  
37 do quadro docente para a situação que estão enfrentando e virão a enfrentar. Sem essa  
38 renovação, o grande risco que correriam não é só a ameaça que vem de fora, mas é a forma  
39 como lidam com essa ameaça. Tem, em algumas reuniões do Consu, indicado aquilo que  
40 considera essencial para o futuro da Universidade, mesmo depois dessas dificuldades que estão

1 passando, que é preservar em grande parte esses recursos humanos que construíram ao longo  
2 do tempo, uma boa parte deles que entrou na Universidade recentemente, e que é necessário,  
3 de toda forma, garantir a permanência e a valorização dessas pessoas. Isso foi inclusive  
4 motivação para sua candidatura à representação docente. É importante voltar a essa discussão  
5 da desvinculação da livre-docência da ascensão na carreira. É natural que os jovens docentes  
6 se sintam desvalorizados neste momento, e para que não só sobrevivam às dificuldades, mas  
7 tenham a chance de recuperar um futuro que faz jus à história da Unicamp, precisam dar grande  
8 valor a essa juventude que é o futuro da Universidade, é o futuro da pesquisa, é o futuro da  
9 qualidade da extensão, é o futuro da qualidade do ensino de graduação. Então acha que esse  
10 tema deveria ser retomado pelo Conselho Universitário com uma prioridade para valorizar os  
11 jovens docentes. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE deseja toda sorte ao  
12 professor André, que ele encontre um bom ambiente de trabalho, um bom ambiente de vivência  
13 em São Paulo. Para o professor João Ernesto, envia um até breve, até a próxima comissão,  
14 onde se encontrarem. Ficou sabendo agora sobre o professor Benito Juarez, que era uma pessoa  
15 carismática, um profissional extremamente competente, que fez parte da sua vida na Unicamp  
16 quase desde o começo. É uma pessoa que vai fazer muita falta. Sobre o assunto que vai abordar,  
17 muito já foi dito pelos professores Anderson e Sérgio. Ressalta um ponto que destaca bastante  
18 a diferença entre a pesquisa como ela é feita hoje na Unicamp e como ela era feita em 2001,  
19 quando o regimento de RDIDP foi escrito. Hoje em dia a própria Fapesp e o próprio CNPq,  
20 essas duas entidades que são notadamente governamentais públicas, lançam editais que  
21 demandam a participação das indústrias, então CNPq tem um mestrado e o doutorado,  
22 doutorado já há dois anos, acadêmico de inovação, em que parte do financiamento do aluno é  
23 feito pela indústria. E a Fapesp tem o famoso e antigo já projeto de inovação em pequenas  
24 empresas. Eles também têm aporte de verba de indústrias. Esses dois tipos de projeto são  
25 considerados atividades-fim, como classificou o professor Anderson. Então, imagina que  
26 quando o financiamento de um projeto vem da indústria fora dessas duas classificações, desses  
27 dois tipos de chegada, que é da Fapesp e do CNPq, ele também possa ser considerado da mesma  
28 forma, como atividade-fim, porque envolve orientação de alunos, alunos regularmente  
29 matriculados nas escolas de pós-graduação da Universidade, então não existe razão para serem  
30 diferenciados dos alunos que são financiados pelo CNPq, Fapesp ou Capes, sem intervenção  
31 industrial. Parabeniza a Reitoria porque através do programa de desburocratização, e agora  
32 dessa revisão de normas, várias regulamentações antigas e que já não fazem mais sentido estão  
33 sendo revistas. O regimento geral está muito desatualizado e ele precisa ser colocado em dia.  
34 Parabeniza a Administração pela vontade, coragem, paciência, persistência, perseverança em  
35 executar esse trabalho, então espera que consigam chegar a um termo, que deve ser muito  
36 discutido, não espera que ele seja para o próximo Consu, talvez para o seguinte, para que  
37 consigam uma normatização da RDIDP que permita à Unicamp e aos seus docentes realmente  
38 trabalharem na fronteira do que é necessário neste país. Precisam fazer isso, e a população  
39 espera isso deles. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO deseja sucesso ao professor  
40 André, agradece a convivência que tiveram no Consu, que foi muito produtiva, muito

1 prazerosa, e ele está recebendo um grande abraço dos colegas pela participação na  
2 Universidade. Também agradece a convivência com o professor João Ernesto nesses tempos  
3 de representação dentro do Consu. O primeiro assunto que vai abordar diz respeito ao novo  
4 texto que trata do RDIDP. Os colegas que a antecederam já falaram da importância desse  
5 assunto, da maior discussão que ele demanda, de forma que ele não entre na pauta do próximo  
6 Conselho Universitário. Entende que esse assunto, além disso, por tratar diretamente da vida  
7 dos docentes, deve ter uma participação maior da comunidade na discussão. Seria adequado a  
8 Reitoria encaminhar esse documento às unidades, para sua discussão nesse período de tempo,  
9 até terem uma noção mais qualificada das mudanças que precisam ocorrer. O MAGNÍFICO  
10 REITOR diz que como está colocado no Expediente do Consu, todos os diretores aqui  
11 participam, então pode-se considerar que seja discutido nas unidades. A Conselheira RACHEL  
12 MENEGUELLO diz que a solicitação é essa, que os diretores encaminhem isso para os colegas  
13 docentes já conhecerem nas suas unidades do que se trata essa mudança e, eventualmente,  
14 sugerirem ou aperfeiçoarem o documento. O segundo ponto é reforçar a manifestação do  
15 professor Álvaro, diretor do IFCH, e sua manifestação vai na direção do bom senso. Não acha  
16 compreensível que um assunto acadêmico, de repercussão no ensino e na pesquisa, de uma das  
17 mais importantes áreas das Ciências Humanas que a Unicamp já estabeleceu, que é a área de  
18 Demografia, tendo sido ou através do Nepo, que é um núcleo de excelência nacional e  
19 internacional, com mais de 35 anos, ou através do programa de pós-graduação, que é um curso  
20 de excelência, seja tratado com tamanho burocratismo no relatório da PRDU sobre a  
21 certificação do IFCH. A questão do número mínimo de docentes para constituir um  
22 departamento é polêmica, já esteve na agenda das várias gestões para voltar a ser debatida, não  
23 foi, e esse é o ponto. Deveria ter sido antes de esse relatório sugerir esse fechamento. Considera  
24 que o mais surpreendente é sugerir o fechamento de um departamento de uma área estratégica,  
25 Demografia, em plena pandemia, uma vez que essa disciplina é e será estratégica para o país  
26 no dia seguinte quando saírem desse contexto. Além disso, o encaminhamento desreconhece a  
27 proposta de especialização da graduação, que foi feita pelo Instituto, que ninguém analisou  
28 ainda, as instâncias não analisaram, e que envolve uma iniciativa fundamental para consolidar  
29 essa área na Universidade e no Instituto. Como disse, para ela é uma surpresa, mas é, sobretudo,  
30 incompreensível. Acompanha o professor Álvaro, solicita a compreensão da Reitoria sobre  
31 esse assunto no encaminhamento do documento, quando ele for para as instâncias competentes.  
32 O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ saúda os conselheiros que estão se despedindo do  
33 Consu, uma possibilidade que também se coloca para ele. Solicitou um afastamento, que está  
34 para ser analisado e não sabe se isso vai ser decidido antes da próxima Sessão. De toda forma,  
35 não pode deixar de colocar aqui um problema que está acontecendo, além de toda a barbaridade  
36 com os trabalhadores terceirizados, de demissões, de condições de trabalho precárias etc., os  
37 trabalhadores da Funcamp foram surpreendidos naquela discussão sobre renegociação de  
38 contrato. Recordar-se que perguntaram ao professor Francisco se a renegociação dos fretados  
39 não traria prejuízo para nenhum trabalhador, se não poderia causar alguma desassistência, e  
40 ele insistiu que não. No entanto, foi cortado o direito dos pais que têm filhos na creche de trazer



1 as crianças com eles nos fretados. Para o filho utilizar o ônibus vai ser cobrado R\$ 370 por  
2 mês, que virá descontado do salário automaticamente caso a pessoa não desista desse direito.  
3 Então está havendo um desespero, uma correria dos funcionários Funcamp para tentar cancelar  
4 o uso do fretado pelos seus filhos, e isso vai gerar uma desassistência, esses pais não vão ter  
5 como trazer o filho para a creche. Isso pode afetar a demanda da creche e pode ser usado mais  
6 para frente como uma justificativa para o desmonte do serviço, com o argumento de que não  
7 há demanda, quando na verdade as pessoas não podem transportar seus filhos para usarem as  
8 creches. Essa questão do mapeamento da demanda, o real levantamento da necessidade que a  
9 comunidade da Universidade tem de usar o serviço da creche é uma questão antiga, nunca foi  
10 bem esclarecida. Na verdade, a cada ano que passa, dão a entender que tem menos gente  
11 interessada no serviço, algo de que duvida, mas com a alegação de falta de demanda vão se  
12 fechando turmas. Essa medida vem nesse sentido e causa indignação, porque o funcionário tem  
13 de discutir, de uma semana para a outra, tirar o filho da escola, estão todos sem saber como  
14 isso vai ficar no futuro. É muito desagradável que seja executado assim de forma tão rápida,  
15 tão bruta, sem a participação de ninguém. Então é mais uma medida lamentável de retirada de  
16 direito e desmonte de um serviço público muito importante, muito elogiado por quem já  
17 utilizou, que são as creches da Unicamp. Solicita esclarecimento se isso vai acontecer para  
18 servidores Unicamp também ou só para o trabalhador Funcamp, e pergunta por que a Unicamp  
19 localiza essa necessidade. Lembra que o aumento do teto salarial, que impacta a Universidade  
20 em R\$60 milhões por ano, Unicamp não achou impossível e parecia caber nas contas, e agora  
21 não tem como dizer que um funcionário trazer o filho no ônibus está fora do orçamento da  
22 Universidade. Solicita um esclarecimento sobre o que motiva e até onde vai essa medida tão  
23 lamentável. Agradece muito ao professor João Ernesto, uma pessoa que gostou muito de  
24 conhecer, é um professor admirável que vai fazer falta no Consu, assim como o professor  
25 André Pasti, que já conhecem há muito tempo, e com certeza vai fazer falta aqui. Esperam que  
26 haja um futuro mais animador para a Unicamp, porque, realmente, as perspectivas agora não  
27 estão boas para quem trabalha, para quem não tem sequer a valorização que foi manifestada  
28 aqui com relação à carreira docente. Gostaria muito de ver, nem que fosse em termos de  
29 intenção, isso ser manifestado com as carreiras de funcionários, a questão da isonomia dos  
30 pisos salariais, tantas demandas, desde as mais básicas, como a correção da inflação, que têm  
31 sido ignoradas. O Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO informa que  
32 o HC de março até agora já atendeu e internou 900 pacientes, tiveram 72 óbitos e 730 altas;  
33 uma taxa de letalidade por volta de 18%. Foi feita uma grande operação, tiveram de mudar  
34 todo o Hospital para atender não só os casos de Covid-19, como também os pacientes não  
35 Covid, que são as outras urgências. Mas, para fazer isso, para todo esse enfrentamento, tiveram  
36 também algumas dificuldades. De março até agora, já foram 1.558 afastamentos, desde licença  
37 gestante até outros, por saúde mental, até outras coisas. Hoje são 230 colaboradores afastados,  
38 aliados aos 73 que foram desligados, ou por aposentadoria ou por pedido de demissão, sendo  
39 47 colaboradores da Unicamp e 30 Funcamp. Mas fizeram, no contexto da Covid-19, para abrir  
40 37 leitos novos de UTI, 150 contratações entre enfermagem, médicos, fisioterapeutas, para que

1 pudessem fazer esse atendimento à população. Com isso, tiveram várias dificuldades ao longo  
2 do período, mas conseguiram ajuda de muitas pessoas, muitas frentes de trabalho para fazer  
3 toda parte de testagem de profissionais, de pacientes assintomáticos, sintomáticos, e foram  
4 mais de 12 mil testes já realizados, inclusive com trabalhadores terceirizados para fazer o PCR  
5 e o sorológico. Após terem chegado ao pico da pandemia e estarem agora em uma  
6 descendência, possuem ainda uma previsão boa para dois meses de EPIs para atender. Mas têm  
7 a volta à rotina, que vai consumir EPI. Mesmo com todas essas contratações e tudo o mais,  
8 com os afastamentos foram obrigados a usar hora extra também dos profissionais que se  
9 disponibilizaram a fazer, e tiveram mais R\$149 mil de horas extras. Mesmo com todos os  
10 cuidados, infelizmente ocorreu o óbito de dois colaboradores do HC, que foram contaminados  
11 pela Covid-19, a senhora Luci Peroto e o senhor Fábio Ferreira da Costa. A Luci estava em  
12 Mogi Mirim e o Fábio faleceu no próprio HC. Já fez isso no Conselho Executivo do HC, e  
13 solicita ao Consu utilizar um minuto de sua fala para que, em respeito às vidas que foram  
14 perdidas nessa jornada, seja feito um minuto de silêncio, o que é autorizado e realizado em  
15 seguida. Agradece a todos por esse momento de reflexão e observa que o HC começou o ano  
16 com uma previsão de déficit de R\$28 milhões, e a professora Marisa, no ano passado, quando  
17 foram ao Consu e obtiveram o apoio de todos, falou que este ano o déficit seria maior que o do  
18 ano passado. Foi, mas, felizmente, com um grande trabalho administrativo, aliado também ao  
19 cancelamento de cirurgias eletivas, devido à pandemia, hoje a previsão de déficit para 2020  
20 está em R\$17 milhões. Foram reduzidos R\$11,6 milhões, que foi a subvenção do ano passado.  
21 Mas, mesmo assim, possuem os desafios de retornar ao funcionamento normal do HC, que vai,  
22 junto com algumas medidas da Secretaria de Estado relativas ao financiamento do Fundo de  
23 Ações Estratégicas e Compensação - Faec, deixar o Hospital também em uma situação delicada  
24 para conseguir equacionar esse déficit até o final do ano. Estão lutando arduamente na  
25 administração para que consigam cumprir todos os compromissos e equacionar esse déficit.  
26 Mas certamente ainda possuem um longo caminho. A luta continua, o trabalho é grande, mas  
27 agradece a todas as doações, os doadores que ajudaram a Unicamp, para o HC, na compra de  
28 equipamentos para força-tarefa, para o HC, para o Caism, EPIs para todos; e à equipe da  
29 superintendência do HC, que tem trabalhado duro, às vezes até de noite, várias horas após o  
30 expediente; à DGA, que tem sido uma parceira enorme, grandiosa, na figura do senhor Andrei;  
31 à Deas, com o professor Manoel, que tem lutado grandemente pela área da Saúde; e à Reitoria,  
32 que os tem apoiado na busca de doações, de ações, de colaboração de várias unidades, e é isso  
33 que lhes tem dado alegria de continuar nessa luta. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO  
34 parabeniza a todos da comunidade universitária, em especial a área da Saúde, que vêm se  
35 dedicando com amor, respeito, profissionalismo e colocando suas vidas em risco para salvar a  
36 humanidade neste momento de pandemia. Os profissionais da Saúde desta Universidade vêm  
37 trabalhando arduamente de forma presencial nesta pandemia, mas há também profissionais da  
38 Administração Central, faculdades, institutos e órgãos de diversas funções vindo à  
39 Universidade trabalhar fisicamente, e a grande maioria está em *home office*. Tem recebido  
40 diversas manifestações e sugestões de funcionários da área da Saúde, como isenção no valor

1 de alimentação e transporte, pois os funcionários da Saúde merecem reconhecimento extra da  
2 Universidade neste momento crítico. Sobre insalubridade, recebeu uma demanda solicitando  
3 insalubridade máxima para todos os setores da área da Saúde, já que se trata de um complexo  
4 hospitalar terciário, que atende a pacientes mais graves do SUS. Pergunta se há estudo sobre  
5 esse tema, e se não há, se seria possível um GT para estudar tal demanda. É importante a  
6 Universidade continuar dando todo apoio necessário à área da Saúde neste momento, como  
7 vem ocorrendo. E que em um futuro próximo continue atendendo as demandas orçamentárias  
8 da Saúde, visto com que tudo que está acontecendo quanto à Covid-19, o orçamento estipulado  
9 deve estourar, como o professor Antonio acabou de mencionar. Os funcionários que desejam  
10 ter suas dúvidas, críticas e sugestões ouvidas nesta Casa devem enviar e-mail para  
11 servato@unicamp.br, para que possa colocá-las no Expediente, como ocorre desde 2003,  
12 quando foi eleito pela primeira vez. Um pensamento sem autor: “A água fervente que amolece  
13 a batata é a mesma que endurece o ovo”; não são as pessoas que mudam as pessoas, mas sim  
14 o que há dentro delas. O Cruesp, em 29 de maio, comunicou a decisão de congelar os salários  
15 em 2020, e como trataram da consulta para Reitor hoje, deixa claro aos futuros candidatos à  
16 Reitoria que os funcionários exigem em 2021 reajuste com as perdas passadas incluídas. Em  
17 reuniões passadas, nesta Casa, foi claro nas suas falas no Expediente que o processo de  
18 isonomia salarial entre a Unicamp e a USP não será esquecido, e que nas reuniões futuras,  
19 durante a campanha para Reitor, os funcionários façam a conversa diretamente aos candidatos  
20 sobre este tema, não se esqueça de cobrá-los. Vem cobrando equiparação salarial dos  
21 funcionários das três universidades, e vai continuar cobrando enquanto estiver representando  
22 os funcionários nesta Casa. O Cruesp, pelo que entendeu, está discutindo as carreiras dos  
23 servidores das três universidades, portanto solicita que o representante da Unicamp junto ao  
24 Cruesp continue lutando pela equiparação salarial entre as três universidades, como sempre foi  
25 feito, pois não deixará cair em esquecimento. Aos candidatos à sucessão eleitoral, uma de suas  
26 sugestões é isonomia salarial a partir de 2022. Outro assunto importantíssimo é o absurdo de  
27 os trabalhadores não terem o período desta pandemia computado em sua respectiva vida  
28 funcional para contagem de tempo para aposentadoria etc. Tem recebido, principalmente dos  
29 funcionários da área da Saúde, reclamações sobre isso. Estão sobrecarregados de serviço  
30 devido à pandemia, e estão trabalhando sem ter o período incluído na vida funcional. Colocam  
31 também como absurda a implantação, em plena pandemia, do ponto eletrônico; perguntam se  
32 não poderiam esperar para implantar em 2021. Outro assunto é sobre as refeições distribuídas  
33 aos trabalhadores; tem recebido sugestões e reclamações quanto às marmitex. Muitas sugestões  
34 vêm no intuito de pedir melhorias na alimentação, dizendo que a comida é razoável, mas  
35 precisa ter diversidade, pois estão trabalhando bastante, sentem mais apetite que o normal,  
36 estão esgotados fisicamente e mentalmente. Tem recebido diversas queixas sobre gratificação  
37 de representação e a decepção com o Cruesp quanto à ação tomada no passado. Absurdo o  
38 governo do estado estipular 10 anos para incorporação das gratificações em 1996, e as  
39 universidades na época estipularem, via Cruesp, cinco anos. Já existem ações na justiça sobre  
40 esse assunto e será longo o debate, pois há funcionários CLT e Esunicamp nessa situação. Para

1 finalizar, solicita à Universidade que estude a implantação de um monumento aos servidores  
2 que perderam a vida nesta pandemia. Esse memorial mostraria a todos o quanto é importante  
3 o trabalho de técnicos de enfermagem, auxiliares, enfermeiros, médicos, docentes,  
4 pesquisadores e toda comunidade da Saúde, que se dedicam com risco de perda da vida para  
5 salvar a humanidade nesta pandemia da Covid-19. Nesse monumento deve constar o nome de  
6 cada um que perdeu a vida pensando no próximo. Ressalta que está aqui para colocar as  
7 angústias de quem representa nesta Casa, e não para ser técnico nem defender simplesmente  
8 por ser oposição ou situação. Aproveita para transmitir seus pêsames à família do senhor Sílvio,  
9 que trabalhou durante anos como copeiro servindo com maestria a todos no Consu. Aos que  
10 criticam as universidades e suas diversidades, pergunta quem resolveria a questão das vacinas  
11 contra Covid-19 se não fossem as universidades, suas pesquisas, seus pesquisadores, docentes,  
12 alunos e professores. Ia sugerir um minuto de silêncio a todos os profissionais da Saúde que  
13 perderam a vida nesta pandemia, em especial os servidores da Unicamp, mas foi contemplado  
14 anteriormente pela fala do superintendente do HC. O Conselheiro MATHEUS ALVES  
15 ALBINO deseja boa sorte e agradece aos professores André Pasti e João Ernesto por suas  
16 contribuições. Iria saudar a presença do secretário de Cultura Claudiney Carrasco, mas ele  
17 infelizmente foi embora. É bom ver que alguém escuta as críticas que aqui são feitas. Campinas  
18 tem 47 mil habitantes que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, e o número de  
19 desempregados vem aumentando. A pergunta que traz é como vão pedir a essas pessoas para  
20 defender a universidade pública apresentando uma proposta de regulamentação do RDIDP  
21 como essa de hoje. Primeiro, que ela deixa evidente que a intenção dos cursos de pós-graduação  
22 *lato sensu* é permitir complementação financeira. A regra vigente estabelece limite de  
23 participação remunerada em 120 horas anuais, mas a nova proposta junto ao *lato sensu*, com  
24 uma série de atividades simultâneas no mesmo artigo, propõe 625 horas anuais. Considera que  
25 a ampliação expressiva desse limite contraria o próprio conceito de regime de dedicação  
26 integral. O que vê até agora, com todo respeito aos membros dos dois grupos de trabalho  
27 criados, é um texto em algumas partes muito mesquinho, corporativista, que precisa ser  
28 rediscutido. Então se esse assunto vier ao plenário, acredita que deveriam defender que o limite  
29 de participação remunerada nessas atividades seja mantido em 120 horas anuais e que a  
30 remuneração máxima seja referenciada em termos da remuneração do professor nível MS-3.1.  
31 Não acha que é função da Universidade se especializar em oferecimento de curso de pós-  
32 graduação *lato sensu*. Quando a Administração suprir as demandas das unidades, ao invés de  
33 extinguir departamentos, vão estar do mesmo lado. Quando vier uma proposta de valorização  
34 da carreira docente, dos técnico-administrativos, nós vamos apoiar sem pensar duas vezes.  
35 Todos os trabalhadores, sem exceção, merecem mais direitos, mas, por enquanto, nada disso  
36 foi colocado aqui, e observa que só existe uma maneira de ganhar o quanto quiserem com  
37 cursos pagos, que é saindo da universidade pública. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE  
38 OLIVEIRA diz que muito do que iria mencionar já foi contemplado pelas falas dos professores  
39 Anderson, Sérgio e Adriana, em relação ao cenário em que estão e no qual precisam prestar  
40 bastante atenção. Agradece aos trabalhadores da Saúde, mas também aos trabalhadores da

1 Informática, que permitem que trabalhem neste momento de pandemia. Sobre a questão do  
2 RDIDP, é importante que os interessados no futuro da Universidade reflitam e discutam agora  
3 sobre a sobrevivência da Universidade. Aproximam-se as reformas administrativa e tributária,  
4 estão em um momento em que a Universidade está em evidência pelas suas pesquisas, então é  
5 necessário aproveitar essa situação para que tenham, de fato, uma sobrevivência. Correm riscos  
6 se não aproveitarem este cenário em que, apesar de tudo, precisam pensar também em longo  
7 prazo na Universidade. Ela precisa ter os mecanismos de atração dos talentos, e dois exemplos  
8 são: os estudantes da Unicamp foram muito bem em uma competição internacional de  
9 matemática de estudantes universitários, obtendo uma medalha de ouro e duas menções  
10 honrosas, e aqui cabe o elogio aos líderes da equipe, os professores Gabriel Ponce e Plamen  
11 Kochloukov do Imecc. Também tiveram prêmios internacionais associados a um Congresso  
12 Internacional de Sistemas Fuzzy, em que a tese de doutorado foi internacionalmente  
13 reconhecida com prêmios em dinheiro. Possuem um grupo enorme de talentos que poderiam  
14 ser atraídos para a Universidade, mas se não tiverem de fato algum atrativo, inclusive de  
15 carreira, correm o risco de perder essas pessoas. Portanto, faz um apelo, até mesmo aos  
16 candidatos à futura Reitoria, para pensarem globalmente na Universidade, independentemente  
17 de questões locais. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira  
18 ELIANA MARTORANO AMARAL esclarece à conselheira Patrícia que o projeto  
19 RenovaGrad se iniciou em 2017, ele já tinha vários pressupostos, têm trabalhado na questão  
20 do desenvolvimento de formação docente e revisão dos currículos, e discutido com os cursos  
21 de graduação já desde aquela época. E dentro de várias características, em que o ensino é  
22 centrado no estudante, flexibilidade, tudo isso fazia parte, e ensino híbrido entendido como  
23 então a complementação com recursos ou utilização dos recursos complementares eletrônicos.  
24 Então essa era a proposta do projeto RenovaGrad, cujo ápice seria em 2020; veio a pandemia  
25 e continuaram com o projeto estratégico, que não é novidade e faz parte das propostas de  
26 renovação dos cursos de graduação. Havia previsão de liberar uma chamada para que pudessem  
27 dar apoio às unidades dentro dessa proposta de renovação dos cursos de graduação, dando  
28 liberdade para que esses recursos, que são poucos, fossem utilizados a critério da unidade. Com  
29 a pandemia, seguraram para ver como as coisas andariam. Algumas unidades têm solicitado  
30 algum recurso de suporte para poder aprimorar esse processo, então agora está sendo liberada  
31 essa chamada, que ainda está aberta para as unidades. Cada unidade terá seus projetos revistos  
32 por uma comissão, mas elas têm uma fração de recursos que é da ordem de R\$20.800,00.  
33 Podem ser projetos individuais das unidades, mas podem ser projetos também colaborativos  
34 em que se juntem esses recursos. Diante da continuidade do ensino remoto, e uma maior  
35 demanda de formação para qualificar o ensino remoto, estão com várias frentes. Um GT foi  
36 criado para fazer uma proposta de trabalho dentro do EA<sup>2</sup>, haverá várias ofertas, e já  
37 começaram com grupos de discussão sobre temas específicos dos recursos educacionais que  
38 têm sido utilizados agora, mas, além disso, estão procurando outras opções, para dar respostas  
39 mais rápidas. Recentemente, passaram a fazer parte de um consórcio que oferece vagas, e  
40 muitos dos professores da Universidade já fizeram e estão fazendo alguns programas de

1 capacitação e formação. Lançaram hoje a chamada de um outro programa de formação que  
2 também vai focar em qualificação do processo educacional na educação remota, junto com  
3 alguns dos instrumentos que são necessários para isso. Tiveram depoimentos de professores de  
4 que isso tem trazido uma aproximação da necessidade de revisão de alguns aspectos  
5 pedagógicos e educacionais em que esses cursos podem ajudar. Então não é só uma questão de  
6 instrumentalização, mas é muito mais, de reflexão sobre a qualificação do processo de ensino  
7 e aprendizagem. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO  
8 informa que dentro da Diretoria de Cultura, o programa Funciona Cultura, voltado  
9 especificamente para os funcionários da Universidade, teve todo o seu planejamento refeito  
10 devido à pandemia. É um programa executado conjuntamente com o GGBS e com a Educorp,  
11 e fizeram como teste 10 oficinas nesse primeiro momento, de maneira remota, e foi muito bem-  
12 sucedido. Decidiram oferecer mais 18 oficinas por mês, em um total de 144 oficinas, todas elas  
13 voltadas para os funcionários da Universidade. Foram selecionados mais de 180 oficinairos  
14 através de um edital, incluindo pessoas de toda a região de Piracicaba, Limeira e Campinas. O  
15 outro edital, que também teve um sucesso expressivo, foi esse aberto no período de  
16 contingenciamento, voltado à cultura. Tiveram 157 propostas e foram selecionadas 31, e uma  
17 das atividades previstas nesse edital é um festival virtual de arte e cultura, que será realizado  
18 agora em outubro com esses artistas selecionados. Convida toda a comunidade a participar em  
19 breve desse festival de artes on-line. Ainda sobre a Diretoria de Cultura, dá conhecimento à  
20 coleção Jurema, que é do projeto Saberes Ancestrais e Direitos Humanos, uma parceria da  
21 Diretoria de Cultura com a Diretoria Executiva de Direitos Humanos, e lançam agora agosto o  
22 primeiro e-book, “Casa dos Saberes Ancestrais da Unicamp - Sabedorias Ameríndias”. Ele é  
23 composto por textos de sete pesquisadores, professores de sete unidades da Unicamp, e somado  
24 a isso, textos e transcrições também de ativistas indígenas, como Ailton Krenak, Daniel  
25 Munduruku e Denilson Baniwa. E o segundo volume, que também começa agora a ser  
26 trabalhado, será denominado “Casa dos Saberes Ancestrais da Unicamp - Sabedorias  
27 Afroamericanas”, e sairá até o final deste ano ou início do ano que vem. É importante lembrar  
28 que essas atividades têm a participação e um esforço imenso neste período de todos os  
29 funcionários da Diretoria de Cultura, que é liderada pelo professor Wenceslao Machado. Da  
30 parte de extensão, tiveram a seleção do PEX, que é o Programa Edital de Apoio às Atividades  
31 de Extensão, em que conseguiram selecionar 39 propostas entre as 107 enviadas. Mesmo neste  
32 período de pandemia, consideram que receberam um número elevado de propostas, que vão  
33 ser executadas durante este ano e metade do ano que vem. Lançaram neste mês também um  
34 projeto inicial, no qual têm trabalhado por mais de dois anos, que é a “Revista Internacional de  
35 Extensão da Unicamp”, que já começa internacional, com um corpo editorial com grandes  
36 pesquisadores do mundo na área de extensão, e que tem a submissão aberta ainda até o final  
37 do mês, da primeira edição, até dia 30 de agosto. Convida toda a comunidade que tem interesse  
38 em publicar nesta primeira edição da revista. Paralelamente a isso, também abriram o edital  
39 específico para pesquisa e extensão, que é uma lacuna grande que possuem, não só na Unicamp,  
40 mas em todo o território nacional, em todas as universidades, pois há poucas pesquisas na área

1 de extensão. Para incentivar esse movimento, abriram o edital e também consideraram um  
2 sucesso, com 37 propostas iniciais; ainda estão em processo de seleção, e será publicado o  
3 resultado em breve. Agradece a todos os representantes de unidades, que são realmente esse  
4 corpo que tem feito, participado dos editais, dado os pareceres, com grande envolvimento e um  
5 volume muito grande em todos os editais. É possível ver pelos números que é um trabalho  
6 grande para esses colaboradores das unidades. Observa que as bolsas de extensão continuam  
7 normalmente seu fluxo, apesar da pandemia. Há ainda bolsas a serem alocadas neste ano, então  
8 aqueles projetos que necessitam e estão em desenvolvimento de extensão podem submeter os  
9 pedidos para a Proec. Também informa que no dia 20 de agosto haverá um seminário virtual  
10 da Cátedra de Direitos Humanos da UGM, do Grupo Montevideu de Universidades de que a  
11 Unicamp faz parte. Essa cátedra de direitos humanos começou as atividades ano passado e tem  
12 a Unicamp como presidente. A cada dois anos tem um presidente, e a Unicamp é a primeira  
13 presidente dessa cátedra. O seminário será muito interessante, sobre direitos humanos em  
14 período de pandemia, o dia inteiro de atividades, com representantes dos quatro países que  
15 encabeçam essa cátedra, no dia 20 de agosto. Brevemente haverá a publicação dos horários, os  
16 palestrantes, e é um evento com a curadoria da professora Néri, diretora de Diretoria Executiva  
17 de Direitos Humanos, que também participou da Primeira Escola de Verão na UFMG no início  
18 do ano, também com grande sucesso. Encerra sua fala enviando suas condolências à família do  
19 professor e maestro Benito Juarez; a viúva e o filho, André Juarez, foram professores aqui  
20 também. Benito Juarez foi muito importante, trabalhou por muitos anos na Sinfônica de  
21 Campinas como percussionista enquanto ele era diretor, e ele é muito importante para a  
22 Universidade na criação do Instituto de Artes, criação do departamento de Música, criação da  
23 Orquestra da Unicamp, e deixou uma marca muito grande na cultura da cidade, na cultura do  
24 estado, do país. Principalmente por abrir um caminho que parecia, naquela época, muito  
25 distante, com muitas barreiras, de aproximação da linguagem da música popular da erudita,  
26 que pode parecer hoje em dia algo vencido, mas na época ele teve muita contribuição. Na  
27 década de 1980, criou o curso de Música Popular na Unicamp, que ainda hoje é modelo para  
28 muitas universidades do país e da América do Sul. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA  
29 informa que abriu o edital para facilitadores na Univesp. Está aberto até os próximos dias,  
30 então é mais uma oportunidade para os alunos, desta vez a habilitação vai ser feita pela  
31 Unicamp, mas a seleção vai ser feita por eles, então mudou um pouco o edital. Informa ainda  
32 que o Proap chegou, ele vencia agora em outubro, mas devido à pandemia foi renovado até 31  
33 de maio. Então já chegou a segunda parcela, que vai até dia 31 de maio para os programas que  
34 são Proap, os programas 4 e 5. Sobre a chamada MAI/DAI do CNPq, desta vez tiveram 10  
35 bolsas para mestrado e 10 bolsas para doutorado para aplicar, não têm a resposta ainda, e  
36 tiveram 25 aplicações para mestrado e 13 para doutorado. Foi até difícil fazer a seleção, ótimas  
37 propostas, ótimas empresas, para realizarem convênio nessa parceria com o CNPq. O último  
38 assunto é o auxílio que a CGU tem dado para a pós-graduação em várias frentes. Por exemplo,  
39 saiu agora a chamada CNPq das bolsas de mestrado e doutorado, é preciso preencher um  
40 formulário com muitas informações, e o *data lake* que a CGU organizou está fornecendo essas

1 informações para o programa, o que está sendo bastante útil. Toda parte do Print está sendo  
2 colocada no sistema, e isso vai ser muito bom para organizar depois relatórios ou mesmo fazer  
3 uma avaliação dos programas. Portanto, agradece ao pessoal de TI da CGU que está  
4 trabalhando nisso. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF, respondendo a alguns  
5 questionamentos, diz que com relação ao termo que está associado à Resolução GR-080/2020,  
6 que estabelece medidas complementares às Resoluções 24 e 34, no que tange às atividades de  
7 pesquisa, é necessário lembrar que há uma deliberação que mantém as atividades presenciais  
8 somente as essenciais. No entanto, em virtude de uma demanda de diversos docentes,  
9 pesquisadores, e também alunos de pós-graduação, para a realização de determinadas  
10 atividades, seja para terminar a tese, seja para concluir algum experimento porque tem um  
11 artigo que está submetido etc., foi criada essa deliberação, amplamente discutida com diretores.  
12 O termo é uma medida necessária para proteção de todos os envolvidos; cada uma das unidades  
13 criou uma comissão que vai avaliar os riscos e que vai efetuar o controle desse acesso pontual  
14 e restrito aos laboratórios quando há risco de comprometimento seja da pesquisa, seja de  
15 amostra, seja de cepas de micro-organismos, plantas etc. Então, esse termo de compromisso é  
16 feito para a proteção do indivíduo, para que ele e também a Instituição tenham ciência de que  
17 ele está indo de acordo com o que foi permitido em uma deliberação. Isso evita uma situação  
18 em que a pessoa possa ir lá, burlar uma resolução e desempenhar as suas atividades. É um  
19 termo de ciência dos riscos, que tem um controle, e que ela está fazendo aquilo porque deseja,  
20 e não por que a Universidade está impondo. Foi levantado questionamento também a respeito  
21 das Deliberações Consu-A-016/2020 e 017/2020, que se referem aos programas de professor  
22 colaborador e pesquisador colaborador, e pesquisador visitante, respectivamente. Observa que  
23 essas deliberações muito provavelmente vão precisar de alguns ajustes, particularmente no que  
24 tange às disposições transitórias, particularmente na 016. Há um GT constituído pela CGU, do  
25 qual faz parte, que está estudando aspectos também relacionados à implementação do sistema  
26 on-line para unificar todas as formas, e durante esse período em que foram aprovadas ambas  
27 as deliberações, apareceram dúvidas também trazidas pelos colegas, pela própria comunidade,  
28 e que apontaram a necessidade realmente de fazer alguns ajustes. Junta-se à professora Cláudia  
29 Bauzer, que apontou o projeto de lei complementar 135 de 2020, que se encontra no Senado  
30 Federal, e que é um apoio ao FNDCT. Conclama aos colegas para que votem “sim” nesse  
31 link, que foi distribuído, está circulando, e tem o apoio da Academia Brasileira de Ciências.  
32 Foi divulgado também nas listas oficiais da Universidade e é importante a participação da  
33 comunidade nesse sentido. Outra mensagem que foi divulgada amplamente pelos docentes é  
34 sobre um projeto promovido pelo MIT e que visa à participação de um estagiário, um aluno de  
35 graduação do MIT em alguma atividade de “estágio” nas universidades brasileiras.  
36 Particularmente eles têm um interesse bastante grande na Unicamp, mas é claro que em período  
37 de pandemia essa atividade será feita de forma virtual. Os interessados deverão preencher um  
38 formulário on-line que foi encaminhado, e amanhã encerra-se esse prazo. Não há nenhuma pré-  
39 seleção por parte da Universidade, muito menos por parte da Pró-Reitoria de Pesquisa, é uma  
40 iniciativa do MIT, que deseja que seja de maneira mais ampla possível. As áreas prioritárias



1 são a Computação, a Ciência de Dados, as áreas de Simulação Numérica, tudo que tem relação  
2 com computação aplicada, em qualquer área do conhecimento. Destaca que apesar da  
3 pandemia e de todos esses esforços, seguem trabalhando. Vão divulgar brevemente os  
4 resultados do edital de extensão, e antes do mês passado foram divulgados os resultados de um  
5 edital que foi feito pela PRP, mas com recursos da Comvest, para avaliação dos sistemas de  
6 inclusão, então isso está andando. Outros editais serão também lançados ainda neste segundo  
7 semestre, particularmente relacionados à infraestrutura de pesquisa, equipamentos  
8 multiusuários e um edital para os periódicos eletrônicos da Unicamp, do portal; também estão  
9 organizando um grupo para elaborar esse edital, já há uma minuta mais ou menos preparada,  
10 em breve será divulgado. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES  
11 NETO deseja boa sorte ao professor André, que deixa a Unicamp, e agradece ao professor João  
12 Ernesto pelos anos de convívio. Agradece também a toda equipe da área da Saúde pelo trabalho  
13 constante em defesa da vida. Foi redator da proposta de realização remota do concurso de livre-  
14 docente, que foi aprovada há pouco, claro que com a ajuda da PG, e observa que o estado de  
15 São Paulo, assim como todo o país, passa por um momento difícil, o que traz reflexos para a  
16 Unicamp. Mas a situação da Unicamp é um pouco mais complicada porque enfrentam um  
17 déficit persistente desde 2012. Quando tratam desses assuntos relacionados à carreira, precisam  
18 lembrar que estão em déficit desde 2012, atingiram um pico em 2016, e isso decaiu até 2019,  
19 até essa situação catastrófica. Em função desse déficit, a Universidade, ao longo do tempo,  
20 adotou uma série de contingenciamentos e restrições às contratações, às progressões, assim por  
21 diante. E como esses processos todos são muito demorados, porque são muito rigorosos,  
22 processo de progressão e contratação, passaram por uma redução das admissões e das  
23 progressões em 2016 e 2017. Em 2017, a Universidade adotou algumas medidas bastante  
24 rígidas de contenção de despesas, o que permitiu reverter aquela tendência de alta do déficit.  
25 Com isso, conseguiram separar recurso para promoção e contratação a partir de 2018, o que  
26 surtiu efeito a partir de 2019. Então em 2019 houve um grande salto das progressões docentes,  
27 e isso também estava previsto para 2020, mas foi interrompido em função da pandemia. Seriam  
28 as progressões em 2020 decorrentes dos recursos liberados em 2019. E esse comportamento  
29 também foi observado com a progressão dos servidores, que saiu de valores que eram muito  
30 próximos de zero até 2017, e depois começaram a crescer, atingindo valor expressivo agora  
31 em 2020, reflexo do processo de 2019. Veio a pandemia em março deste ano e precisaram, em  
32 função da queda de arrecadação do ICMS, adotar um contingenciamento, aprovado pelo  
33 Consu, da ordem de R\$72 milhões. Isso envolvia as progressões e contratações de 2020, mas  
34 não envolvia as contratações anteriores, respeitando a dificuldade que algumas unidades  
35 podem ter, que são maiores do que as outras, de concretizar ou de completar os processos de  
36 progressão. Então, tudo o que envolve recurso de 2019 foi mantido. Até que chegou a lei  
37 complementar 173, que naturalmente complicou o panorama e impediu uma série de ações  
38 para contratação ou concessão de qualquer tipo de aumento de remuneração de professores,  
39 incluindo as progressões. O curioso é que ela veio para definir a ajuda federal aos estados, foi  
40 concedida ao estado de São Paulo, mas não chegou a atingir a Unicamp. Portanto, a

1 Universidade não foi beneficiada pela ajuda mas sofreu os reflexos do artigo 8º, que restringiu  
2 as despesas de pessoal, inclusive aquelas despesas relacionadas a progressões em estágio  
3 avançado. Estão falando da progressão de professores, mas não lhe sai da cabeça o problema  
4 que enfrentam com os pesquisadores. Há 13 pesquisadores que enfrentaram processo  
5 extremamente longo e desgastante de progressão, que foi concluída na CIDF, que estava pronto  
6 para ser submetido à CAD e que não pôde ser concretizado em função dessa lei. Então, por  
7 conta disso, 13 pesquisadores tiveram essa progressão postergada até 2022, o que é cruel.  
8 Entende que essa lei tenha agravado essa insatisfação, que já era latente desde o período da  
9 repressão das progressões em 2016, e que não conseguiu ser compensada pelo aumento que  
10 tiveram em 2018, 2019, agora começo de 2020. Não acha justo colocar na desvinculação a  
11 culpa por isso. Essa desvinculação que foi feita teve duas origens, uma é essa dos concursos  
12 externos que eram reaproveitados na Unicamp, a outra é que em 2016, por exemplo, com as  
13 restrições orçamentárias, não podiam assegurar a progressão para todos os professores que  
14 queriam se tornar livre-docentes, então criaram uma situação paradoxal, que tinha uma vaga  
15 de progressão de livre-docente, vários candidatos aprovados no concurso e não podiam aprovar  
16 a progressão de nenhum deles porque não havia recurso suficiente, o recurso era para um e três  
17 tinham passado. Lembra que os recursos para a progressão horizontal e para progressão para  
18 titular têm uma limitação, define o número de vagas, para livre docente, antigamente não tinha.  
19 Então no fundo isso foi decidido há algum tempo para resolver essas dificuldades, isso não é a  
20 causa de absolutamente nada. A causa, naturalmente, são as dificuldades financeiras e a grande  
21 demanda justa dos professores da Unicamp, que estão cada vez mais bem qualificados. Então  
22 é preciso reconhecer que essa demanda dos professores nível MS-3 é absolutamente legítima  
23 e precisa ser resolvida a médio prazo. O mesmo acontece com servidores e com os  
24 pesquisadores, que têm demandas semelhantes e que são todas justas. Precisam fazer isso a  
25 médio prazo para que não percam o recurso mais valioso que a Universidade possui, que são  
26 suas cabeças. Há esse achatamento de carreiras, que todos reconhecem, mas precisam de uma  
27 solução criativa para isso, que não é fácil de se obter, e que também aparece em outras  
28 universidades do mundo todo, não é uma característica da Unicamp. Neste momento de  
29 pandemia, isso tem aparecido em várias outras universidades. Então essa notícia do professor  
30 Marcelo da criação do GT do Cruesp é muitíssimo bem-vinda, assim como de um GT interno  
31 para que estudem isso, mas lembra que a solução não é fácil. Então apela a todas as pessoas  
32 envolvidas que não recorram a um tratamento superficial a esse assunto neste momento de  
33 sucessão na Universidade, porque não vai ser com discurso simplista ou inflamado que vão  
34 resolver um problema de fundo, complexo, e que se arrasta há muitos anos. A Universidade  
35 tem sofrido com muitas medidas externas, que não são só essas que têm impacto sobre  
36 contratações e progressões. O professor Marcelo mencionou agora a reforma administrativa no  
37 Estado de São Paulo, que está sendo gestada neste momento, além da reforma tributária, que  
38 está sendo discutida no Congresso. Todas elas têm grande impacto sobre as finanças da  
39 Universidade e sobre a atratividade das carreiras docentes e de pesquisadores e de funcionários.  
40 Portanto, precisam tentar evitar a desagregação interna que é provocada por esse ambiente de

1 disputa local, e precisam unir esforços e ideias para enfrentar essas adversidades, que são, como  
2 disse, principalmente externas. Com relação a isso, louva o papel que o Consu tem  
3 desempenhado no aperfeiçoamento da Universidade durante esse processo de trabalho remoto,  
4 em que têm superado várias dificuldades. Têm enfrentado discussões difíceis, como essas  
5 alterações estatutárias e regimentais. Lembra que alteraram recentemente a forma de ingresso  
6 nos colégios; hoje, por exemplo, extirparam dos Estatutos uma tal câmara de alunos que servia,  
7 no fundo, só para restringir a representatividade dos centros acadêmicos, ou seja, atualizaram  
8 um pouco os Estatutos. Em breve, vão tratar do RDIDP. Parabeniza a Casa pela disposição de  
9 contribuir com a Universidade. Sobre o Departamento de Demografia, que foi mencionado  
10 pelo professor Álvaro e pela professora Rachel, observa que o assunto não surgiu agora. Entrou  
11 na PRDU em março do ano passado e esse assunto já estava na mesa; vários departamentos,  
12 de várias unidades, tinham menos de 10 pessoas e já havia um movimento para que as unidades  
13 correspondentes fizessem uma redução nos departamentos. Todos os outros institutos e  
14 faculdades que faziam parte da lista naquela época se adequaram, como o IA, que um grande  
15 esforço; a FCM, a FOP; a FEA fez um esforço ainda mais interessante, reduziu o número de  
16 departamentos além do mínimo necessário, se não está enganado, para dois; o Cotil fez  
17 recentemente também uma proposta, só para citar alguns exemplos, não vai se recordar de  
18 todos. É um assunto que já está em discussão há mais de um ano, e nesse período, naturalmente,  
19 o IFCH teve oportunidade de discutir internamente essa redução, assim como de discutir a  
20 certificação. O que a PRDU está fazendo agora é sugerindo que se cumpram os Estatutos da  
21 Universidade, em seu artigo 85-A, e o Regimento da Universidade, artigo 149-A. Não se trata  
22 de uma intervenção na unidade sobre um assunto de ordem acadêmica. Louva a ideia de criação  
23 de uma modalidade, mas não vê por que essa modalidade seria severamente afetada com a  
24 junção dos departamentos. Observa que o departamento em que atua, que é de Matemática  
25 Aplicada, tem mais de 30 professores, tem áreas de pesquisa muito relevantes, nacional e  
26 internacionalmente, que estão agrupadas sob o mesmo departamento chamado Matemática  
27 Aplicada. São várias linhas de pesquisa, algumas com nove professores, que talvez seja um  
28 número maior do que o número de professores do Departamento de Demografia. Então, a  
29 modalidade é bem-vinda, esperam que isso seja posto em prática, e não vê que isso seria  
30 prejudicado pela fusão eventual de departamentos, assim como foi feito nas outras unidades.  
31 Aproveita para elogiar o IFCH, porque a proposta de certificação como um todo do Instituto  
32 realmente foi brilhante, parabeniza o professor Álvaro e à equipe do IFCH que fez essa  
33 proposta muito boa de certificação. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS  
34 informa que o programa Desburocratize, que já foi citado hoje algumas vezes, foi aberto há  
35 quase um ano, e o interessante é que ele tem muito pouca ingerência da cúpula da CGU. É  
36 basicamente um programa de pessoas que se agregaram ao redor do tema, dividiram-se em  
37 grupos de trabalho, reúnem-se com uma agenda própria e apresentam as sugestões que recebem  
38 da comunidade, de modo organizado. A única coisa que a CGU acaba fazendo é encaminhar  
39 aos órgãos da Administração as demandas que foram feitas com prazo para obtenção das  
40 respostas. Convida a todos que tiverem interesse ou que tiverem um assunto que esteja

1 incomodando, que entrem em contato e demandem desse programa uma solução. A Unicamp  
2 é a primeira universidade que aderiu a um programa de desburocratização do governo, de  
3 qualificação da gestão pública, e esperam trazer e levar contribuições a esse aperfeiçoamento  
4 da gestão pública. O segundo assunto é um agradecimento a diretores de 11 unidades de ensino  
5 e pesquisa, que não vai nominar porque acha que todos sabem. A equipe da CGU de  
6 desenvolvimento de sistemas é bastante pequena, e por isso abriram um convite para que  
7 funcionários de outras unidades pudessem auxiliar no desenvolvimento de sistemas, com o  
8 tempo que tiverem livre para ajudar. Receberam sugestões de 11 unidades e esse pessoal está  
9 identificando assuntos de interesse das unidades e trabalhando nisso. Só para mostrar como  
10 isso funciona bem, o sistema de inscrição on-line de concursos foi desenvolvido pelo grupo da  
11 CGU junto com o pessoal do Imecc, e foi uma colaboração muito produtiva. Agradece a essas  
12 unidades cujos funcionários se dispuseram a ajudar. Também informa sobre o processo de  
13 avaliação institucional: haviam previsto que uma comissão externa internacional visitaria a  
14 Unicamp no início deste ano para o término do processo no mês de março. A pandemia mudou  
15 todos os planos e tiveram a colaboração desse comitê em reuniões virtuais, e acabaram  
16 encerrando o projeto de modo virtual. O relatório da comissão externa foi entregue e será  
17 apreciado nas reuniões de agosto da Copei, em conjunto com a CAI e Consu. Uma experiência  
18 inédita para a Unicamp e também para os membros do comitê fazer um processo de avaliação  
19 institucional on-line. Tiveram perdas e ganhos nesse processo. Em novembro do ano passado,  
20 quando foi discutido o déficit do HC, também foi proposto que se buscasse a contratação de  
21 uma consultoria externa para ajudar a encontrar soluções para a gestão do Hospital. Estiveram  
22 ao longo desses meses, desde novembro até recentemente, trabalhando em conjunto - CGU,  
23 PRDU, HC e Deas -, e conseguiram finalizar um termo de referência para abrir uma licitação  
24 para contratação dessa empresa de assessoria. Sobre o assunto do RDIDP, observa que  
25 colocaram na pauta do Expediente da reunião de hoje o texto que foi elaborado justamente pela  
26 CPDI e que foi apresentado em três reuniões, primeira com os diretores, segunda com a  
27 representação docente, terceira com funcionários e estudantes. Ficou evidente que o texto  
28 precisava de aperfeiçoamentos, então será feito um grupo de trabalho, que vai propor  
29 aperfeiçoamentos ao texto, e obviamente todas as sugestões serão muito bem-vindas. Outro  
30 assunto foi desenvolvido pelo Observatório Unicamp, vinculado ao Cesop, para pesquisa de  
31 opinião. O primeiro trabalho que foi demandado, feito em conjunto com a CGU e com a PRG,  
32 foi uma avaliação da percepção sobre o trabalho dos docentes, dos funcionários e dos  
33 estudantes nesta pandemia. Essa pesquisa de opinião foi finalizada, o grupo está analisando os  
34 resultados, e o mais interessante é que já há um contato do Cesop com três outras universidades  
35 brasileiras que fizeram pesquisas semelhantes e vão discutir em conjunto os resultados. Acha  
36 que essa é uma contribuição importante não só para dentro da Unicamp, mas uma contribuição  
37 importante também para o desenvolvimento de outras universidades do país, de modo que  
38 tenham uma boa compreensão do que ocorreu, que medidas precisam tomar para aperfeiçoar e  
39 facilitar a vida de todos, contribuindo com o aprendizado aqui adquirido para facilitar a vida  
40 de outras universidades. O professor Geromel referiu-se à necessidade de e-books adicionais,

1 e informa que vai tratar desse assunto com o pessoal do sistema de bibliotecas, para verificar  
2 o que é possível fazer. Também foi levantado um assunto das bolsas PED, sobre o qual solicita  
3 que o professor Francisco fale. O último aviso é sobre um edital Finep, que foi divulgado em  
4 conjunto com a PRP; tiveram um projeto apresentado, está em fase final de preenchimento da  
5 documentação, para que possam enviar à Finep. É possível que não tenham reunião da Copei  
6 para aprovar esse projeto, mas fará isso *ad referendum* e depois homologará na Copei. O  
7 Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO esclarece que o assunto  
8 dos PEDs está sob análise da PG. As bolsas PAD e PED custam anualmente cerca de R\$6,7  
9 milhões, e a Universidade passa por uma situação difícil. Então, o que foi combinado, que são  
10 capazes de fazer, é conceder meia bolsa para PADs e meia bolsa para PEDs neste semestre,  
11 isso representa 11,11% de valores a mais para os PADs e 10% a mais para os PEDs neste  
12 semestre. É isso que esperam fazer em complementação ao que foi já decidido, e em  
13 reconhecimento ao trabalho deles neste semestre bastante complicado. O MAGNÍFICO  
14 REITOR agradece ao empenho, dedicação, ao trabalho dos professores André e João Ernesto,  
15 que o Consu está perdendo. Naturalmente ganharão outros olhares, mas certamente são pessoas  
16 combativas, que têm boas ideias, que discutem. Deseja sorte ao professor André na  
17 Universidade Federal do ABC. Agradece ao professor João Ernesto por toda contribuição,  
18 realmente é complexo montar uma faculdade nos momentos tão complexos, tão difíceis que  
19 estão vivendo, e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas tem feito um trabalho exemplar. Sobre  
20 a questão da terceirização, e em especial do contrato com a empresa Alternativa, observa que  
21 foi feito um redimensionamento por conta da pandemia, a empresa tem a liberdade de  
22 redimensionar os seus quadros de funcionários. Todas as empresas terceirizadas foram  
23 notificadas no início da pandemia com relação aos protocolos de segurança, EPIs, para garantir  
24 a segurança, e vale destacar que o Cecom está atendendo os funcionários de limpeza e  
25 vigilância com sintomas de Covid-19. No caso da readequação que houve na terceirizada, que  
26 está com problemas, estão acompanhando, foram 14 vigilantes demitidos e todos esses 14  
27 foram substituídos, e a empresa alega que não cumprem protocolos estabelecidos. Há um  
28 questionamento sobre a questão dos furtos. Foi feito um comparativo, depois podem  
29 compartilhar, entre o mesmo período de 2019 e 2020, e não houve observação de aumento de  
30 furtos nesse período. Sobre a questão trabalhista especificamente, foram retidos os valores das  
31 rescisões e das verbas trabalhistas e serão pagas em audiência de conciliação no Ministério do  
32 Trabalho. A empresa foi notificada pela Unicamp para apresentar os comprovantes de  
33 pagamento de salários e rescisões, ela entregou os comprovantes de salários mas não fez o  
34 pagamento das rescisões pois alegou incluir essas despesas em sua recuperação judicial, pois  
35 está em falência. A Universidade decidiu, com a doutora Luciana, da PG, que está  
36 acompanhando o caso, descontar o valor dessas rescisões, que é um valor de R\$136 mil, no  
37 próximo pagamento, e há uma audiência marcada para amanhã. Estão acompanhando de perto,  
38 com muita preocupação, o processo com os trabalhadores dessa empresa. Houve uma certa  
39 confusão do conselheiro Iuriatan, porque um detalhe esquecido nessa discussão é que existem  
40 apontamentos do Ministério Público que a Unicamp, como entidade pública, não podem

1 subsidiar funcionários terceirizados, não é legal este subsídio. Esses custos têm de estar  
2 embutidos nas licitações, em todos os convênios que são firmados. Houve uma confusão no  
3 momento do anúncio, por conta de parte da Funcamp. Os convênios do HC, em particular da  
4 área da Saúde, cobrirão os custos dos dependentes dos funcionários da Funcamp. O desconto  
5 desses funcionários é de 6%, conforme regulamento do Ministério do Trabalho, e às crianças  
6 de até 6 anos é garantida a gratuidade nos fretados. No que se refere aos assuntos que  
7 permearam a reunião de hoje, tanto a proposta colocada no Expediente do RDIDP para  
8 discussão nas unidades, quanto a questão das carreiras de docentes, observa que já discutiram  
9 isso muitas vezes no Conselho Universitário, não é algo simples, tiveram muitas contratações  
10 nos últimos anos, e naturalmente o assunto estava represado. Aos poucos foram conseguindo  
11 fazer muitos concursos, ano passado fizeram um número recorde de processos dentro da  
12 perspectiva de ter um orçamento ainda bastante limitado. Este ano a perspectiva era fazer mais  
13 concursos, mas veio a famigerada lei complementar 173, sobre a qual concorda com muitas  
14 falas aqui de ela tem muitos aspectos questionáveis do ponto de vista inclusive jurídico, mas,  
15 naturalmente, estes assuntos estão sendo levantados, já há muitas pessoas entrando na justiça  
16 contra essa lei complementar, e esperarão os resultados. A interpretação, ao contrário do que  
17 foi falado aqui por alguns conselheiros, é uma interpretação conjunta das três universidades  
18 públicas paulistas e de muitos outros órgãos com os quais conversaram. Essa interpretação é  
19 clara no que diz respeito a muitos aspectos da lei, mas, principalmente, ela é feita para a  
20 proteção dos envolvidos no assunto. Durante esses quase três anos e meio na gestão da  
21 Universidade, está cansado de receber assuntos de 20, de 30, de 10 anos atrás que chegam neste  
22 momento tão complicado, por erros realizados no passado. Nesse assunto, existe uma lei que é  
23 clara, que não pode haver concurso, que não pode haver promoção, que não pode haver novos  
24 recursos. Se fizerem e posteriormente for contestado, o interessado terá o seu concurso  
25 anulado, não importa quem foi o culpado, de que maneira foi feito, se houve pressão do Consu  
26 etc. Podem correr mais riscos do que simplesmente não ter o aumento neste momento, que é  
27 certamente merecido, mas podem ter risco de perder o emprego, de precisar devolver recursos,  
28 e é justamente nesse sentido que estão buscando a proteção dos docentes e funcionários, o de  
29 evitar problemas futuros. Apesar de não concordarem, ela é claríssima a esse respeito, e estão  
30 esperando por interpretações jurídicas que possam dar validade a qualquer ação específica que  
31 forem tomar. Tiveram um processo de recuperação, veio a pandemia inesperada, que  
32 infelizmente virou muitas situações. Mesmo assim, se não houvesse essa lei complementar, o  
33 entendimento seria manter os recursos para as promoções, que é algo fundamental na  
34 Universidade. Porém, a lei é clara, e é externa, não é como alguns conselheiros falaram, ou  
35 uma interpretação simples, que não querem fazer, nem é algo que a Reitoria está determinando  
36 agora, é uma lei federal. Infelizmente, precisa lidar todas as semanas com reuniões, porque a  
37 Universidade não está recebendo nenhum repasse que deu luz a esta lei complementar. Ou seja,  
38 ela veio a partir de um repasse aos estados, e esse repasse, por enquanto, não chegou às  
39 universidades. Sabem que estão discutindo diversos assuntos extremamente complexos,  
40 ninguém tinha dúvida de que esses assuntos seriam debatidos, complicados, difíceis, mas não

1 se furtam de realizar esse debate, porque ele é importante do ponto de vista conceitual da  
2 governança da Universidade. O mais fácil agora seria, já no final de mandato, deixar as coisas  
3 acontecerem e esperar que a próxima Administração resolva. No entanto, não é assim que  
4 pensam, desejam trabalhar em prol da Universidade, nas discussões que são difíceis e  
5 importantes neste momento de tantos ataques que ela vem sofrendo. A vivência política faz ter  
6 esse radar aguçado em muitas falas, em muitos textos que foram aparecendo, e às vezes  
7 implicitamente ou explicitamente é mencionado que não estão fazendo a discussão, que  
8 precisam ser mais democráticos, que precisam ter mais discussão na Universidade sobre certos  
9 assuntos. Vários conselheiros falaram isso, inclusive apareceu em uma carta mandada dia 13  
10 de julho, pela ADunicamp, dizendo: “Tal como entendemos, a Universidade poderia melhor  
11 enfrentar todas as dificuldades aqui mencionadas e também as que deixamos de mencionar, em  
12 função do escopo desta nota, se o espírito democrático, crítico e participativo estivesse no cerne  
13 das decisões que nos tocam a todos”. Solicitou à Secretaria Geral que fizesse um rápido  
14 levantamento, e desde que decretaram as atividades não presenciais, no dia 13 de março, só de  
15 reuniões oficiais, Consu, CAD, Cepe, Caac, CVD, CVND, CCP, CCG, CCPG, CIDD, Copei,  
16 foram mais de 50, sem contar as reuniões prévias que muitas vezes fizeram. Além de  
17 congregações, comissões de graduação, pós-graduação, extensão, comissões diversas que  
18 ocorrem nas unidades. Isso sem contar grupos de trabalho que foram criados neste momento e  
19 estão trabalhando de maneira intensa. Então, dizer que não há discussão na Universidade neste  
20 momento é uma afronta contra todos os que estão participando nesses grupos de trabalho,  
21 nessas câmaras, comissões, nessas discussões que estão realizando como universidade. E estão  
22 fazendo, com muita dificuldade, com muita adaptação a um modelo novo, sentem falta da  
23 presença das pessoas, mas dizer que não há discussão dos assuntos é absolutamente  
24 equivocado, e por isso fizeram uma nota em resposta a essa nota da ADunicamp, que disse  
25 erradamente: “Que estabeleceu a alteração de um calendário letivo decidido pela  
26 Administração Superior da Universidade, sem a devida consulta, discussão e anuência dos  
27 trabalhadores e estudantes que enfrentam e enfrentarão o período acadêmico pandêmico em  
28 2020”. Está equivocado, porque o calendário foi discutido diversas vezes no âmbito das  
29 unidades, nas comissões de graduação, nas comissões de pós, na CCG, na CCPG e,  
30 posteriormente, aprovado na Cepe. Para sua surpresa, no dia 23 de julho recebeu uma  
31 notificação de que a ADunicamp entrou na justiça contra uma decisão da Ceoe, o que considera  
32 um verdadeiro ataque à autonomia da Universidade. Sem dúvida alguma, sentiu-se também  
33 bastante incomodado porque é membro da ADunicamp e não recebeu nenhuma consulta  
34 referente a essa questão. Então, gostaria que a própria Associação lesse o que escreveu: “que  
35 poderíamos enfrentar as dificuldades se deixarmos de mencionar a função do escopo dessa  
36 nota, se o espírito democrático, crítico e participativo estivesse no cerne das decisões que nos  
37 tocam a todos”. Deixa essa consternação muito explícita neste momento. A Universidade vem  
38 trabalhando de uma maneira muito importante nesta pandemia. São centenas de pesquisadores  
39 trabalhando em pesquisas contra a Covid-19, milhares de trabalhadores na área da Saúde  
40 realizando um esforço sobre-humano para realizar esse trabalho. Estão seguindo, dentro das

1 possibilidades, uma agenda que precisa ser seguida em defesa da própria universidade pública,  
2 ou seja, fazendo o que a universidade pública faz de melhor, e é isso que têm mostrado dentro  
3 da perspectiva da Universidade no país. Tem participado de diversos debates nacionais,  
4 internacionais, mostrando a importância de seguir esses assuntos. E parece-lhe no mínimo  
5 curioso ouvir no Conselho Universitário, quando acreditam que o assunto é importante,  
6 dizerem que ele precisa ser discutido mesmo na pandemia, como o assunto das cotas dos  
7 colégios técnicos. E quando o assunto não interessa a X ou a Y ou a Z, dizerem que não devem  
8 discutir esse assunto porque estão em plena pandemia, ou seja, dois pesos e duas medidas em  
9 assuntos completamente equivalentes. A Universidade precisa continuar discutindo os diversos  
10 temas. Além do tema do RDIDP, que já foi colocado aqui, destaca, como já foi mencionado  
11 pelo professor Fernando Hashimoto, os editais de cultura, a revista de extensão, a pesquisa de  
12 opinião mencionada pela professora Teresa, em colaboração com o Cesop; a atuação da  
13 graduação e da pós-graduação sobre discussão de atividades remotas, e estão fazendo  
14 discussões com outras universidades, webinários, oficinas; estão oferecendo agora, para o  
15 segundo semestre, oficinas para aprimoramento dos professores; a PRP, o professor Munir não  
16 mencionou, mas acha importante mencionar, está organizando o congresso de iniciação  
17 científica, também de maneira remota. Estão trabalhando com a desburocratização de diversas  
18 áreas; o Hids, como todos os diretores tiveram a possibilidade de discutir, está trabalhando e  
19 funcionando para a formação de um HUB internacional de desenvolvimento sustentável.  
20 Trabalham na Educorp para aproveitar este momento e fazer formação de diversas áreas para  
21 funcionários; fizeram o treinamento de sistema de resolução de conflitos de diversos  
22 funcionários da Universidade. A Inova continua com várias atividades, todas elas foram  
23 transformadas em modo remoto. Todas as sextas-feiras, durante dois meses, fizeram manhãs  
24 inteiras de discussão com o comitê de avaliação internacional. Envolveu-se pessoalmente em  
25 alguns projetos, e vai compartilhar a tela para mostrar coisas interessantes e fundamentais para  
26 a Universidade. Por exemplo, estão terminando a reforma do Plasma, que é um laboratório de  
27 *coworking, makerspace*, para os estudantes. Aliás, convida todos a participarem de uma  
28 reunião aberta no dia 06 de agosto sobre esse trabalho, no antigo laboratório de Plasma, e está  
29 ficando espetacular esse projeto. Destaca que essa semana farão a inauguração oficial da  
30 plataforma Alumne, de ex-alunos da Unicamp, na qual estão colocando 100 mil ex-alunos em  
31 contato com os alunos, com a possibilidade de mentoria, de diretório de vagas de emprego, há  
32 fotos de momentos históricos da Universidade, grupos de afinidade de diversos tipos, eventos,  
33 ou seja, estão montando uma plataforma completa, que será lançada agora nesta semana.  
34 Também mostra algo que é de extrema importância, em que se envolveu diretamente, que é  
35 toda a ideia do voluntariado, das doações, para as quais criaram o site [ajude.unicamp.br](http://ajude.unicamp.br).  
36 Envolveu-se diretamente no pedido de recursos para doações judiciais, conseguiram mais de  
37 R\$10 milhões em recursos, e possuem toda a prestação de contas. Doações de pessoas físicas  
38 somaram R\$2,5 milhões, que foram fundamentais para os hospitais, para as pesquisas, para os  
39 projetos sociais que estão criando. Tiveram também empresas, com a grande maioria delas  
40 falou pessoalmente, estão pedindo a participação de artistas, de esportistas, conseguiram para



1 os pontepretanos o Dicá, para os bugrinos o Careca, além de artistas de todo tipo para ajudar a  
2 Universidade neste momento difícil. Portanto, a Unicamp, mais do que nunca, está trabalhando,  
3 com muitas dificuldades, muita complexidade, mas está fazendo a sua parte. E está terminando  
4 agora um semestre, que foi talvez o semestre mais difícil da vida de todos, para os alunos,  
5 professores, Administração, mas está terminando com sucesso. Já tiveram alguns relatos,  
6 muitas mensagens positivas de professores, de estudantes, de funcionários, de que há muito  
7 para aprimorar, muito para melhorar, muito para fazer, mas que conseguiram concluir o  
8 semestre. Agora terão um breve período de férias e depois um segundo semestre muito mais  
9 planejado, mais tranquilo, mais adequado para todos, certamente com muito aprendizado.  
10 Conseguiram efetivar a renovação do convênio com o Hospital Estadual de Sumaré; para quem  
11 se lembra, a última renovação foi uma dificuldade muito complexa, conseguiram fazer essa  
12 discussão de uma maneira muito clara e precisa, que é fundamental para toda área da Saúde da  
13 Unicamp. Finaliza este Consu parabenizando a todos os estudantes, professores e funcionários  
14 da Universidade, pela superação deste momento difícil, e com a certeza absoluta de que sairão,  
15 como Instituição, mais fortalecidos do que entraram nesta pandemia, apesar das dificuldades.  
16 Se alguém desavisado ouvisse a reunião de hoje do Consu, acharia que não há nada de positivo  
17 acontecendo. Pelo contrário, estão trabalhando com muitas complexidades, com muita  
18 dificuldade, mas em prol da sociedade brasileira, que afinal de contas é para isso o mandato.  
19 Em seguida, propõe votos de pesar às famílias de: Luci Peroto, atendente de enfermagem do  
20 Hospital de Clínicas, que faleceu no dia 02 de julho; Rubens Marcondes Pereira, médico  
21 radiologista aposentado da Faculdade de Ciências Médicas, que faleceu no dia 08 de julho;  
22 Fábio Ferreira da Costa, técnico de enfermagem do Hospital de Clínicas, que faleceu dia 10 de  
23 julho; Angela von Nowakonski, médica patologista aposentada do Hospital de Clínicas, que  
24 faleceu no dia 17 de julho; Fernando Iguti, professor aposentado da Faculdade de Engenharia  
25 Mecânica, que faleceu no dia 19 de julho; Eroni Caldas Donato, técnica de enfermagem do  
26 Hospital de Clínicas, que faleceu dia 28 de julho; Benito Juarez, ex-maestro da Orquestra  
27 Sinfônica de Campinas e um dos fundadores do Instituto de Artes da Universidade, que faleceu  
28 no dia 03 de agosto. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada  
29 a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente  
30 Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho  
31 Universitário. Campinas, 04 de agosto de 2020.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 168ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 29 de setembro de 2020, sem alterações.*